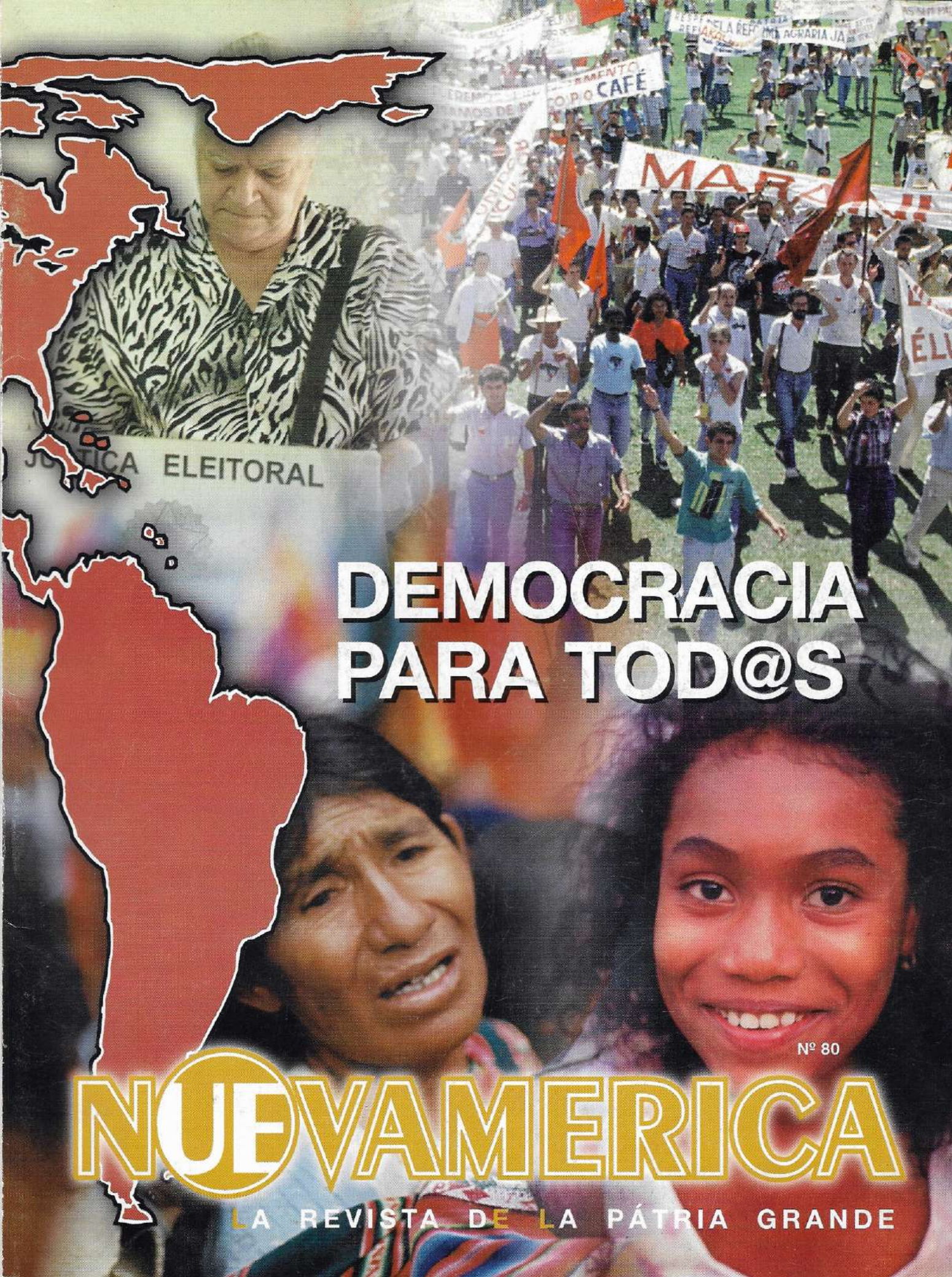


DEMOCRACIA PARA TOD@S

Nº 80

NUEVAMERICA

LA REVISTA DE LA PÁTRIA GRANDE


Como encontrar uma revista diferente?
¿Dónde se encuentra un punto de vista diferente?
NUEVAMERICA

Democracia para tod@s

A afirmação da democracia é parte hoje do discurso político e social de todas as correntes ideológicas e partidárias presentes nas sociedades latino-americanas.

No entanto, em geral a ênfase é colocada na democracia formal e, consequentemente, no exercício do voto. Nos últimos anos se multiplicaram as eleições em quase todos os países.

Trata-se sem dúvida de uma conquista significativa e importante, que supôs em muitos casos um longo processo de superação de regimes ditatoriais e afirmação de processos de democratização.

É necessário também reconhecer que é freqüente que as eleições se reduzam a verdadeiros torneios eleitorais comandados pela mídia, pelos sistemas de marketing e pelo poder econômico.

Construir democracia supõe consciência da dimensão pública da vida, exige sociedades civis organizadas, dinâmicas e participativas. Uma realidade pouco freqüente hoje, onde o desânimo e a falta de alternativas têm provocado imobilismo e apatia.

Democracia implica presença do Estado. Não um Estado mínimo e sim um Estado consciente do seu papel de gestor do bem comum e promotor de condições de vida dignas para tod@s.

Nesta perspectiva, não é possível dissociar democracia de sociedade civil e Estado. Também não se pode separar o voto da democratização da renda, da garantia dos direitos sociais, do acesso à educação, da qualidade do ensino, do direito ao trabalho, à saúde, à terra e a moradia.

Democracia se constrói no cotidiano. No dia a dia de pessoas e grupos quando se descobrem como cidadãos e cidadãs, quando se multiplicam ações e se mobilizam energias de busca de soluções para os problemas da população, especialmente dos excluídos de condições de vida dignas. Democracia exige empoderamento do cidadão e cidadã comuns e um governo sintonizado com os anseios populares. Democracia, justiça e qualidade de vida se interpenetram.

La afirmación de la democracia es hoy parte del discurso político y social de todas las corrientes ideológicas y partidarias presentes en las sociedades latinoamericanas.

Sin embargo, generalmente el énfasis se coloca en la democracia formal y, consecuentemente, en el ejercicio del voto.

En los últimos años las elecciones se multiplicaron en casi todos los países. Se trata sin duda de una conquista significativa e importante que supuso, en muchos casos, un largo proceso de superación de regímenes dictatoriales y afirmación de procesos de democratización.

Es necesario reconocer también que, frecuentemente, las elecciones se reducen a verdaderos torneos electorales comandados por los medios de comunicación, los sistemas de marketing y el poder económico.

Construir democracia supone consciencia de la dimensión pública de la vida, exige sociedades civiles organizadas, dinámicas y participativas. Una realidad poco frecuente hoy, donde el desánimo y la falta de alternativas han provocado inmovilismos y apatía.

Democracia implica presencia del Estado. No un Estado mínimo y sí un Estado consciente de su papel de gestor del bien común y promotor de condiciones de vida dignas para tod@s.

En esta perspectiva, no es posible disociar democracia de sociedad civil y Estado. Tampoco se puede separar el voto de la democratización de la renta, de la garantía de los derechos civiles, del acceso a la educación, de la calidad de la enseñanza, del derecho al trabajo, a la salud, a la tierra, a la vivienda.

La democracia se construye en el cotidiano. En el día a día de las personas y los grupos, cuando se reconocen como ciudadanos y ciudadanas, cuando se multiplican acciones y se movilizan energías de búsqueda de soluciones para los problemas de la población, especialmente de los excluidos de condiciones de vida dignas. La democracia exige la construcción del poder del ciudadano y ciudadana comunes y un gobierno en sintonía con los deseos y anhelos populares. Democracia, justicia y calidad de vida se postulan recíprocamente.

EN ESTE NUMERO
NESTE NÚMERO

PROCESOS DEMOCRÁTICOS Y MOVIMIENTOS POPULARES



Arquivo Novamerica

Um interessante diálogo com Helio Gallardo, que nos fala sobre os diferentes processos democráticos que estão acontecendo na América Latina. Conversando com María Dollores Villagómez, chama a atenção para o valor da luta popular.

14

SOCIEDADE CIVIL E PLURALISMO DEMOCRÁTICO



Geraldo Kosinski

Neste artigo, as reflexões do filósofo Leandro Konder acerca das possibilidades de se transformar o quadro das políticas neoliberais, atualmente, hegemônicas na América Latina.

26



Victor Bascopé

LA WHIPALA: símbolo y construcción de identidad

Gustavo Adolfo Morales nos apresenta a Whipala - expressão do pensamento, de vida e do sagrado.

48

SUMÁRIO

REALIDADES ***REALIDADES***	CONSTRUINDO CAMINHOS DE CIDADANIA *Janett Ramiréz Plasencia*	4
	ESTADO Y DEMOCRACIA Las políticas sociales actuales en Argentina *Elena Picasso*	8
ENTREVISTA ***ENTREVISTA***	PROCESOS DEMOCRATICOS Y MOVIMIENTOS POPULARES Helio Gallardo	14
CIDADANIA ***CIUDADANIA***	LA SOCIEDAD CIVIL Sus relaciones con el estado y la democracia a fin de siglo *Nelson Villarreal Durán*	20
ENFOQUES ***ENFOQUES***	SOCIEDADE CIVIL E PLURALISMO DEMOCRÁTICO *Leandro Konder*	26
	SOCIEDAD CIVIL Y PLURALISMO DEMOCRATICO *Leandro Konder*	28
	SIGNOS DE SOLIDARIEDAD La participación popular en Bolívia *Arq. Luis F. Ramírez Velarde*	30
EDUCAÇÃO ***EDUCACION***	EDUCACION Y DEMOCRACIA Los foros comunitarios *Josefina Espaillat*	35
	ESCOLA CIDADÃ Uma disputa pela qualidade social *Edith I. S. Frigotto*	40
IDENTIDADES ***IDENTIDADES***	PUEBLOS INDIGENAS Identidad, participación y democracia *Ismael Veja Diaz*	44
	LA WHIPALA Símbolo y construcción de identidad *Gustavo Adolfo Morales*	48
NOTÍCIAS/NOTICIAS		50
MOSAICO/MOSAICO		54

REALIDADES



Construindo caminhos de cidadania

Um Movimento em Ação

Janett Ramírez Plasencia
Membro da Equipe da Novamerica

Ser cidadão é caminhar com seus próprios pés e pensar com sua própria cabeça...é aquele que, mesmo sozinho, é capaz de inventar um belo país. Não é aquele que fica esperando a ordem, o elogio ou a crítica do outro. O cidadão...tem motor próprio, não é simplesmente um chassi.

Herbert de Souza, Betinho

El panorama de la exclusión social en Brasil es desalentador: el 28,7% de la población del país - aproximadamente 46 millones de personas - es considerada indigente. Sin embargo, las redes de solidaridad y compromiso tejidas desde las comunidades y barrios, organizadas en/por uno de los movimientos sociales de mayor embergadura de esta década, permiten vislumbrar senderos que nos pueden aproximar a la construcción de una "verdadera" democracia, nuevas alternativas que también reavivan la llama de la utopía...

Para os membros de um dos mais importantes movimentos sociais dos anos 90 no Brasil: o Movimento da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, tratar de cidadania é aprofundar na questão da democracia. Termos inseparáveis. Conceitos e práticas tão antigos como atuais, que se vão construindo no tempo e segundo os diferentes contextos históricos. A democracia continua sendo, para eles e para muitos, o sonho, a utopia. Mas, de que democracia e de que cidadania estamos falando? Estas são perguntas presentes no debate atual. Elas pouco significam se não forem confrontadas com a ampla discussão que as envolve e com as práticas que se vêm desenvolvendo na nossa sociedade. Neste artigo pretendemos apresentar alguns aspectos que marcam a caminhada dos comitês da Ação da



Arquivo Novamerica

Cidadania do Estado de Rio de Janeiro orientados a "se fazerem cidadãos" e construir democracia. Uma democracia a partir do cotidiano, ponto de partida, estratégia de ação e utopia.

A FOME E A MISÉRIA REVELAM AS MARCAS DA EXCLUSÃO

"Tudo começou com...o que toca mais o coração das pessoas: a Fome". Trinta e dois milhões de pessoas vivendo na miséria! Este foi o dado que em 1993 desvelou, uma vez mais, a situação de fome e miséria que vive atualmente o país. Se no Brasil sempre existiram pobres e indigentes, qual foi o elemento que levou o Movimento da Ação da Cidadania a colocar em alerta todo o país? A grande e trágica novidade estava na dimensão massiva da miséria. O Brasil tinha conseguido, ao longo de toda sua história, gerar três categorias sociais: ricos, pobres e indigentes: *"Uma minoria rica branca, sofisticada e comparável ao Canadá. Uma minoria pobre, negra, silenciosa e resignada, do tamanho do México. E 32 milhões de indigentes, uma Argentina de miséria dentro do Brasil".*[1]

"...enquanto nós tivermos alguma família sem moradia, com fome, criança barriguda cheia de vermes a Ação da Cidadania vai continuar agindo e... a gente aqui não abre mão". *(Depoimento de um Coordenador Local)*

O clamor indignado e ético do Movimento da Ação da Cidadania denunciando a incompatibilidade entre Miséria e Democracia provocou a inclusão da fome novamente no cenário social como prioridade, mas não por muito tempo, da agenda política do governo e da sociedade civil.

Hoje, quase 6 anos depois, os dados oficiais nacionais anunciam que a miséria diminuiu no Brasil. Segundo o Mapa da Fome, elaborado em 1993 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) do Ministério do Planejamento, eram 32 milhões os brasileiros em situação de miséria. O critério utilizado, naquele momento, foi o de renda insuficiente para as necessidades básicas de alimentação. Hoje, este critério entrou em revisão e, segundo os estudos do mesmo Instituto, os indigentes são 17 milhões.

No entanto, este dado difere substancialmente daquele publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no seu relatório de 1998. Utilizando o critério de renda inferior a US$ 1 por dia por pessoa, afirma que os brasileiros abaixo da linha da pobreza são 28,7% da população do país. Se considerarmos que atualmente a população é de aproximadamente 160 milhões, os indigentes seriam aproximadamente 46 milhões de brasileiros.

Diminuíram ou aumentaram os indigentes? O certo é que a miséria diminui nos dados oficiais nacionais, mas aumenta a cada dia o número de famílias que moram na rua, debaixo das pontes, nas calçadas, nos viadutos...São inúmeras as pessoas que comem das caçambas de lixo nas portas dos supermercados, que ficam desempregadas, que morrem por atendimento precário da saúde pública ou simplesmente porque não têm acesso a ele, etc. Aprofunda-se o fosso entre a vida e a morte, entre vida digna e o retorno ao estado de necessidade e desamparo da exclusão, entre o presente e o direito a pensar e construir um futuro estável, entre a busca de alternativas e a profundidade da crise generalizada em que vivemos.

É indignante comprovar, por exemplo, que com o agravamento da atual crise financeira internacional, o tema da exclusão social ficou praticamente ausente do recente debate político-eleitoral do país.

Assistimos no Brasil à produção da "indústria da fome e da miséria" que continua provocando uma historia perversa de morte e exclusão.

OS CIDADÃOS E CIDADÃS SE ORGANIZAM

Os membros dos comitês da Ação da Cidadania - Comitê Rio, que em cerca de 90 % pertencem aos setores populares (reunidos aproximadamente em 300 [2] comitês em todo o Estado do Rio de Janeiro)...

"aqui se encontra desde o evangélico piedoso e caridoso que quer ajudar o irmão porque tem medo da ira divina, outro evangélico que está preocupado por organizar uma coisinha e você vai até o militante de esquerda com compromisso de partido político...é um grupo muito diversificado de pessoas e a gente acre-

dita que todas elas com o seu jeito têm como contribuir...O que é que nós vamos fazer..." (Depoimento de um Coordenador de um Comitê)

"...nós somos muitos, nós somos de todas as cores, nós somos de todos os credos, nós somos de todas as cores políticas...é um espaço democrático...porque democracia não é o lugar do igual, é do diferente...isto me obriga a lidar com as diferenças, com as igualdades...ouvir a opinião contrária, ouvir a todos...Isso desfaz a idéia da uniformidade e obriga às pessoas a ...um exercício democrático importante". (Depoimento de um Coordenador de um Comitê)

tentam contribuir desde suas comunidades e bairros através de sistemáticas campanhas de solidariedade, principalmente de alimentos, para a sobrevivência das pessoas que vivem no limite entre a vida e a morte lenta e anunciada. Também organizam campanhas para atender à situação das crianças fora da escola, relacionadas com a moradia, as alternativas de trabalho, a questão da terra, etc. A implementação de projetos: padarias, lanchonetes e comedores comunitários, fábricas de tijolos e lajes, cooperativas para a construção de casas e confecção de roupa, creches comunitárias, etc, contribuem fundamentalmente com a geração de renda e empregos. Estes projetos, tidos como alternativos, têm produzido efeitos no nível das relações de produção ao incentivar novos sistemas de produção e, por meio das parcerias, tem desenvolvido novos sistemas de relações de trabalho e se concretizado em diversas formas de solidariedade.

Cada dia os membros dos comitês da Ação da Cidadania encontram uma forma de inventar, recriar, renovar o tecido social. Não é fácil. Mas acreditam que a consciência de "fazer alguma coisa pela cidade muda a prática da vida". Têm a convicção de que eles são os que têm de construir a cidadania. Lutar pela cidadania "é mais que missão ou obrigação, é viver feliz", afirmam que a solidariedade é princípio que inspira e orienta a ação. Principalmente, é um modo radical de ser humano.

A CIDADANIA EM AÇÃO NO HORIZONTE DA DEMOCRACIA

A Ação da Cidadania afirma que a democracia é para todos ou para ninguém, se quisermos avançar no processo de democratização, é preciso que os cidadãos se mantenham em permanente vigília ética frente à defesa do bem público, dos mecanismos utilizados para a gestão pública e a cobrança da responsabilidade da representatividade política dos governantes. Trata-se de recriar o sentido do público como elemento indispensável para a democracia, espaço da solidariedade, da igualdade, da participação, da diversidade, da liberdade. O espaço público, além de significar o que pode e deve ser de todos e para todos, constitui também um modo de se pensar a reorganização da sociedade. Trata-se de propor um outro modo de ser social, equilibrando as relações entre o Estado, o mercado e a sociedade civil. Nesse sentido, é preciso que a sociedade civil possa redefinir seu papel porque dessa forma *"...o poder não se concentrará excessivamente no executivo, a globalização e o novo surto de desenvolvimento não serão excludentes, e a democratização do poder e da geração de riquezas só acontecerá se a sociedade civil souber fazer sua parte".* [3]

"Queremos transformar o mundo...queremos erradicar um passado que nos envergonha a todos e construir um futuro que nos dignifica. Queremos a ética na política, a economia produzindo para todos, a cidadania se afirmando e transformando tudo o que toca... Queremos um mundo capaz de enterrar a velha injustiça, o cinismo, a indiferença, a violência, a ganância, a fome do lucro a todo custo e de fazer nascer una nova sociedade igualitária, solidária, fraterna, participativa e diversa. Queremos um mundo novo, um mundo jovem...romper os compromissos com a velha sociedade, a velha ordem, o velho progresso que nos transformou nessa fantástica Casa Grande e Senzala cujo nome é Brasil." (Hebert de Souza, Betinho)

A noção de sociedade civil que o Movimento propõe como princípio e estratégia traz um novo modo de contemplar a diversidade interna da sociedade e a concepção de suas fronteiras. Privilegia seu papel como instrumento de pressão frente ao Estado. O apelo à mobilização baseia-se em critérios comuns capazes de permear a pluralidade de entidades e discursos e fazer com que todas as entidades se sintam pertencentes ao mesmo âmbito social, a sociedade civil.

OS COMITÊS LOCAIS: UMA ESTRATÉGIA PRIVILEGIADA

Uma das estratégias escolhidas para por em movimento a sociedade foi a criação de Comitês Locais da Ação da Cidadania. Estes apresentam-se como a "essência de democracia", pois é esse o espaço privilegiado para o exercício de uma prática democrática que tenta valorizar a força da união, o esforço conjunto e, ao mesmo tempo, procura respeitar o direito de pensar, criar, sonhar, discordar. O importante é a capacidade das pessoas de realizarem ações concretas e eficazes. Ações simples, mas radicais. Isto exige que cada um acredite na "força de sua iniciativa, na força de suas idéias, projetos e valores, na força de sua ética e de sua energia política...Na sua capacidade de gerar democracia". [4] Após seis anos de caminhada dos comitês locais do Estado do Rio de Janeiro, a maioria de seus membros reconhece, como uma característica importante do processo vivido nos comitês, o caráter "inclusivo" – não excludente –, expressado no múltiplo, plural e diverso do Movimento. É múltiplo porque articula várias

Arquivo Novamerica



frentes. Relaciona atores, ações e diferentes práticas políticas, daí sua complexidade. Assumir posições e definir critérios comuns de atuação constituem, ao mesmo tempo, uma dificuldade e um desafio.

O fato de conjugar pessoas de credos e compromissos políticos diferentes dá ao Movimento um caráter suprapartidário e ecumênico e lhe permite uma atuação ampla, participativa e efetiva na sociedade. Os Comitês Locais constituem um espaço de expressão do diverso. A diversidade é um elemento constitutivo de sua natureza e um desafio permanente para aprender a lidar com o diferente. Ela se expressa na presença de diferentes atores sociais – igrejas, partidos, empresas estatais e privadas, ONGs, Universidades, etc.-, no amplo leque de posturas ideológicas, nos diferentes compromissos e formas de atuação política, na formação das pessoas, nos níveis sociais aos quais pertencem, na trajetória e experiência de vida, etc. Desta forma o caráter diverso, plural e múltiplo permite que a Ação da Cidadania não seja só um espaço para o fortalecimento da sociedade no nível local e uma forma de afrontar e resolver conjuntamente os problemas mas, também, um espaço para a convivência e o exercício democrático.

A cidadania que os membros dos comitês da Ação da Cidadania tentam viver não se limita à reivindicação dos direitos. Tendo por base a necessidade de criar uma nova cultura, acredita no poder da ação e da iniciativa dos cidadãos, na corresponsabilidade na vida social, na solidariedade como princípio que inspira a ação, na força interpelante e mobilizadora da sociedade civil, no espaço público como lugar fundamental para o exercício da cidadania.

QUE CIDADANIA?

Trata-se de uma cidadania que na sua própria concepção inclui a estratégia de ação política que supõe seu exercício, gera democracia e é construída no seio do próprio movimento e nos diferentes âmbitos da sociedade civil.

No momento atual, a prática do Movimento da Ação da Cidadania pode colaborar na definição de novas metas, novas realizações, novas utopias pois suas práticas tentam estar voltadas para a sociedade como lugar privilegiado de criação de relações democráticas. Desta forma, se está procurando construir uma cidadania não só como "direito a ter direitos" (Hannah Arendt) mas como uma estratégia política de afirmação da democracia. ■

[1] Souza, H. de, Fome de Humanidade. IBASE. Memória. Textos de Betinho. Sem data.p.1.

[2] Dado até junho de 1997.

[3] Grzybowski, C. Reinventar-se e Mudar o País. Jornal da Cidadania, ano 3, n. 53, 1 a 15 de março de 1997.

[4] Ação e Reação Contra a Miséria. IBASE. Memória. Textos Betinho TBE 93-2, 1993.

Mapa da Exclusão. Folha de São Paulo. 26 de outubro de 1998. Caderno Especial.

RAMÍREZ, J. Tese de Mestrado. O Movimento da Ação da Cidadania-Comitê Rio: uma experiência de educação na e para a cidadania. PUC-Rio. 1998.

BENJAMIM, C. Fundamentos de um Projeto Novo para o Brasil. Tempo e Presença, n. 297, jan/fev 1998.

SOUZA, H. de, Em Nome do Bem Público – Contra o Falso Dilema entre Privatização e Estatização. Jornal da Cidadania, ano 1,n. 14, 16-30 de abril de 1995.



Estado y democracia

Las políticas sociales actuales en Argentina

Elena Picasso
Argentina

Los procesos de globalización y regionalización van orientando la tendencia de búsqueda de nuevas estrategias para que las organizaciones sociales puedan actuar en el ámbito local con una comprensión global de la realidad.

Elena Picasso, a partir da entrevista realizada com Alberto Croce, apresenta questões que giram em torno do papel do Estado, a força do Terceiro Setor, a democratização da cidadania, as diferentes alianças entre os setores e relações entre o estado e a sociedade civil. Além disso, ela tece alguns interrogantes acerca da possibilidade de construção de um novo contrato social que inclua a todos e todas. Em outras palavras, uma importante contribuição para continuar este importante debate.

INTRODUCIÓN

Elena Picasso, corresponsal de la Revista Nuevamerica, entrevistó a Alberto César Croce, educador popular argentino, capacitador del CENOC y miembro del Equipo nacional de comunidades de base.

Alberto estuvo presente, como Vicepresidente por área temática, en el Consejo nacional para la participación y debate de políticas sociales como Red de Organizaciones de la Sociedad Civil, que se realizó a raíz de una propuesta de la Secretaría de Desarrollo Social y del cual participaron más de 7.000 organizaciones no gubernamentales de todo el país.

Del encuentro entre ambos surgió el texto a seguir.

En este espacio se toma al Estado desde la perspectiva de las Políticas Sociales, como desafío de estas políticas en un momento de ajustes estructurales, pobreza, alto nivel de desempleo.

En realidad, el desafío del estado argentino debe necesariamente encuadrarse dentro de la política mundial. El capitalismo se ha desarrollado de manera impresionante pero, para fortalecerse, se postergaron las cuestiones sociales. Pareciera ser que la clave para que una política capitalista se desarrolle es el costo de

João Ripper

la postergación de necesidades esenciales, con toda la gravedad con que se producen situaciones de acumulación de capital por parte de algunos pocos y del empobrecimiento cada vez mayor de grandes mayorías.

Frente a este desproporcionado desequilibrio de ganancias y del efecto que produce el mercado en relación a las mayorías más pobres de todas las poblaciones mundiales, se dan distintas ideas y corrientes a nivel mundial. Por un lado se afirma que no hay alternativas aparte de estas que ofrece el llamado "modelo único". Otros plantean la existencia de salidas dentro del mismo capitalismo.

En un neoliberalismo duro y desencarnado, no habría otro camino que la regulación del mercado a través del mercado mismo. Esta fue la política de las décadas de 80 y 90 con la que todos los países centrales gobiernan el mundo.

Esto entra en crisis total y se buscan otras situaciones. Los problemas de la deuda externa, fueron llevando a que los países emergentes no centrales tuvieran que entrar en procesos de ajuste cada vez más brutales, con privatizaciones y desempleo.

En esta encrucijada de fin de siglo otros planteos de posibles modificaciones empiezan a proclamar al Estado y lo encaran en propuestas y manifestaciones tres líderes mundiales: Bill Clinton, Romano Prodi y Tony Blaire, que están hablando de la Tercera Vía. Es importante reflexionar para entender qué hay detrás de ésto.

EL NUEVO PAPEL DEL ESTADO

El Estado en su retirada ha dejado libradas a su suerte amplias capas de la población que no encuentran lugar en el nuevo paradigma del desarrollo[1] ¿Cómo será el mañana para aquellos que hoy no acceden a la educación, la salud, la justicia? Se propone, hacia el futuro, un Estado de tamaño pequeño, que a su vez debe ser fuerte y establecer reglas de juego. El neoliberalismo proclama en palabras de Robert Nozick, que todo estado más extenso que aquel que garantiza la seguridad, las transacciones particulares y la vigencia de la Ley es injustificable. Sólo un "estado mínimo" es compatible con los derechos individuales y el libre juego de las fuerzas económicas. Cada uno de los ciudadanos debe cubrir sus gastos y necesidades, por eso se crearon las AFJP *(Administradora Fondo Jubilaciones y Pensiones)* como entidades privadas de capitalización y ahorro, a través de las cuales todos cubran sus gastos, la justicia, la salud, la educación de manera privada y el Estado sólo supla para aquellos que no puedan. En los países centrales ésto es minoritario, el problema se agrava en países como los nuestros, donde son grandes mayorías a quienes hay que asistir.

En este espacio se toma al Estado desde la perspectiva de las Políticas Sociales, como desafío en un momento de ajustes estructurales, pobreza, alto nivel de desempleo

El modelo que se plantea es el autosustento, donde las políticas sociales sólo se orientarían a los que no pueden cubrirlas por su cuenta y las políticas públicas de los gobiernos apuntarían a que todos pudieran desarrollarse por si, tratando de empujar la competencia hasta que no haya gente que necesite otras ayudas.

El papel del Estado en cuanto a la asignación y utilización de los fondos sociales quedaría reducido a políticas focalizadas contra la pobreza extrema. Una batalla informática se desarrolla en torno al tema donde se cruzan críticas y estimaciones. La tendencia mundial sería que los gobiernos vean cómo poder cubrir, a su vez, sus propias necesidades.

Por otro lado, las empresas lucran con sus productos y servicios en el mercado y comienzan lenta y erráticamente a realizar contribuciones de distinto tipo para enfrentar problemas sociales.

EL TECER SETOR

El llamado tercer sector crece día a día, aumenta el número de asociaciones, las funciones que desempeñan y responsabilidades que asumen en la provisión de servicios sociales, en la defensa de los derechos, en la lucha contra la desigualdad, el cuidado del medio ambiente. Las fronteras Estado, Mercado y Sociedad están siendo revisadas actualmente. ¿Qué compete a cada quién? ¿Cómo se juegan las alianzas? ¿Cuál es el nuevo significado de lo público y lo privado? ¿Qué se le puede legítimamente exigir al Estado, a las Empresas y a las organizaciones de la sociedad civil?

De ahí, otros problemas deben plantearse. ¿Cuando se habla del tercer sector, de qué hablamos? ¿en qué marco? ¿cómo juegan los actores? Por un lado el Mercado, las Empresas. Una cosa fundamental es que las grandes empresas que tienen el poder económico han entrado en una etapa de metamorfosis impresionante. Hasta la época más salvaje de la revolución industrial, las empresas eran emprendimientos que tenían que ver con la producción de mercaderías, de servicios, como una gran oferta que se expandía en el libre

mercado; sin embargo se van transformando progresivamente en producciones de respuesta a la demanda diversificada y en fondos de inversión, cuyo principal motivo es lograr la multiplicación de capital. En realidad, aunque todavía se hable del rol social del empresario en algunas ocasiones, no se refiere a la empresa, o al compromiso empresarial de lo social, ya que va quedando reducido a quienes lo hacen, pero no a algo que hace la empresa como tal, ya que la empresa es un conjunto de accionistas - a veces diseminados por el mundo - cuyo único objetivo real es multiplicar el capital y el fondo de inversión haciéndolo en distintos lugares, ámbitos, países y en fusión o convenios con otras empresas. La extensión de las empresas crece, son cada vez más grandes, poderosas, impersonales. Estamos ante un fenómeno nuevo y así el Segundo Sector va a ir tomando formas distintas; los gerentes y manager de las empresas cada vez van a poder hacer menos acciones solidarias, salvo que las tengan propuestas en el marketing por imagen.

Empieza a surgir el auge de la sociedad civil considerada "el espacio social y de instituciones que se encuentran en mayor o menor grado fuera del estado" [2]

Los escritos de Gramsci muestran al estado como combinación de coersión y concenso, como producto de la articulación entre sociedad civil y sociedad política y donde la sociedad civil no será sólo expresión de los individuos y las relaciones económicas sino de organizaciones diversas y nexos ideológico-culturales. Surge la reacción de la sociedad para controlar el poder del estado, frente al crecimiento de mercado, el control de las democracias políticias y la vuelta al protagonismo de la gente. También la sociedad civil sufre transformaciones, porque por un lado están las organizaciones pequeñas de la comunidad trabajando en la educación, la salud, la defensa legal de sus derechos, en las reivindicaciones; y se le suma ahora al sector social todos estos exprotagononistas empresarios que antes podían hacer desde su sector estas ayudas y que ya no pueden. Son empresas transformadas en fondos de inversión. Se organizan como parte y en la sociedad civil, para hacer cosas que antes las hacían como empresarios, y así se crean fundaciones y asociaciones que hay que mirar y entender con esta perspectiva. En el Tercer Sector aparece con fuerza el protagonismo empresarial. En realidad, son empresas que ya no pueden hacer filantropía como tales y lo hacen desde fuera de la empresa, con los fondos que la empresa transfiera, pero la Empresa como tal es sólo una máquina de ganancia y en ella no tiene cabida el emprendimiento social. Son actores distintos, parecen los mismos pero se trata de otra configuración. En este marco aparecen los estados pequeños, con capacidad de negociación para ciertas cuestiones y de establecimiento de mínimas reglas de funcionamiento, ya que trata de que cada uno resuelva el problema por su cuenta. Nada parecido al Estado Benefactor que trataba de redistribuir a todos. A lo sumo, surgen preocupaciones de equidad con los que van quedando afuera, sin alternativas válidas para evitar la exclusión que se produce. Diferente al Estado que redistribuye, aparece esta tendencia mundial, que cuenta con cierto aval de los sectores de poder político, aunque no de todos ni de toda la gente, sin embargo se impone desde la única posibilidad de salida que reconoce el estado y el mercado después de la caída del Muro.

Se van construyendo nuevas relaciones, en este aunar esfuerzos y multiplicar acciones en comunidades de riesgo con tanta vulnerabilidad

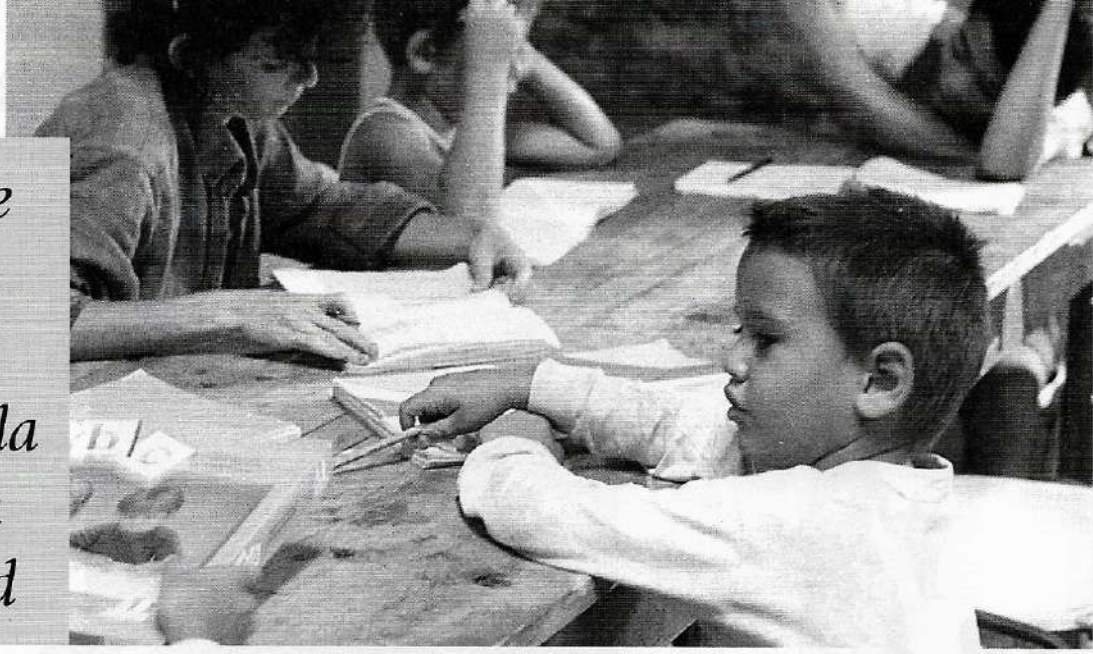
Lo difícil de todo este desafío es ir encontrando el camino posible para llevar adelante con mayor justicia y equidad en medio de la disgregación de las fuerzas que llevan a la resolución de los problemas por su cuenta. Detrás de esto existe toda una cultura, una historia, un gran peso de funcionalidad que no es fácil modificar.

No está probado en el mundo que esta receta funcione. Pero primero debemos tener claro donde estamos parados para poder avanzar.

Se habla de una reestructuración de fuerzas, de un nuevo pacto social, con avances de autonomía de la sociedad civil ante las debilidades en que se apunta desde el primero y segundo sector dentro de su aparente fuerza. Reacomodar las fuerzas de poder entre el estado, el mercado y desde la sociedad civil y los acuerdos del nuevo pacto a ir desarrollando entre todos una nueva propuesta de convivencia respetuosa de todos y sin exclusión. Dentro de los desafíos de esta nueva vía está el de que todos puedan comprar lo que quieran, democratizar el mercado. Que todos puedan participar es una aspiración que cobra fuerza de conciencia desde el ejercicio de los derechos humanos, en todos los integrantes de la sociedad civil. Otro tema en debate es la democratización de la ciudadanía desde el consumo y en clave del mercado.

Trat.gráfico sobre foto/João Ripper

"...gente que trabaja con la gente" haciendo de la cooperación una realidad



UNA MIRADA AL FUTURO

Hay distintas perspectivas de donde se va mirando todo esto hacia el futuro. Al reconocer que ninguno de estos tres sectores tiene configuración monolítica y a su vez están dentro de si en profunda crisis, sin posibilidades de salidas reales ante desafíos de mayorías sin empleo, sin perspectivas y ante tantas consecuencias de violencia, de ingobernabilidad, de descontrol social, de polarización y desintegración, se abren intersticios y espacios de nuevas alianzas entre ellos. Hay una parte del estado que hace acuerdo con una parte del sector empresarial y en ese acuerdo básicamente el empresariado le garantiza al estado la posibilidad de perpetuarse en el poder; y el estado al empresariado le garantiza reglas de juego económicas que permiten acrecentar su capital casi sin ningún límite. Allí hay una primera alianza, no todos los empresarios entran en ese pacto. Es un pacto de exclusión, por tanto, los que quedan afuera, buscan alianza con quienes les tiendan puentes para no perder y buscan a su vez sectores de la sociedad civil que los respalden y aquí se dan alianzas entre algunos sectores de la sociedad civil y algunos sectores del empresariado que hacen causa común en el tema de anticorrupción o desde principios de la ética, ya que en lugar de darse a esa alinaza estado-empresa, fundamentan su separación por la corrupción de muchos funcionarios. Ante esa crítica al estado y como no todos participan de la misma, ese sector del estado que queda afuera busca a su vez alianzas con la parte de la sociedad civil constituída por las organizaciones más populares, denominadas de base, donde su problema no es la corrupción sino la exclusión a la que están sometidas.

En este gráfico que vamos dibujando quedan desfazados - en esa permanente interactuación de relaciones - un sector de poder absoluto conformado con parte del estado y parte del empresariado, un sector ético o anti corrupción, conformado por una parte de la sociedad civil y una parte del empresariado y otro sector que denominaremos de antiexclusión desde una parte del estado y una parte de la sociedad civil que quedó fuera de los otros pactos.

Estos tres sectores juegan otra alianza y hay encuentros de ellos entre si y se da la peculiaridad de no tratarse de intereses tan contrapuestos y distintos como en la primera parte de la descripción. La sociedad civil excluída necesita del Estado para afrontar todo este proceso de cambio, ya que es el instrumento que tiene poder económico y porque la sociedad civil excluída del poder necesita de la construcción de políticas focales adaptadas a las necesidades desde políticas globales de transformación progresiva.

Se van construyendo nuevas relaciones, en este aunar esfuerzos y multiplicar acciones hacia comunidades de riesgo con tanta vulnerabilidad.

Es en todo este trasfondo de relaciones, actores, sectores de poder, donde los ciudadanos debemos iniciar un debate público sobre cuál habrá de ser el nuevo contrato social que incluya a todos y se pronunicie en contra de la exclusión social, que otorgue lugar y sustento a los más desfavorecidos, que vincule así al mercado, al estado y a la sociedad civil, delimitando normas, marcos deseables, redefiniendo esferas de derechos y responsabilidades mutuas en los nuevos espacios para encauzar el ámbito privado de la privatización generalizada, con responsabilidad social, a fin de lograr las necesarias regulaciones en el desarrollo que se desea impulsar desde la sociedad que queremos. Son las entidades del tercer sector, actores protagónicos de ese desafío, "gente que trabaja con la gente" haciendo de la cooperación una realidad. Sin embargo en función de puentes hacia, desde y con las organizaciones comunitarias de base, que tienen a su vez fuerte desarrollo de procesos con mayor o menor organicidad desde su trama actual. ■

[1] THOMPSON, Andres, 1998 **Necessitamos um contrato social solidário** Diretor de Programas para a América Latina y El Caribe, Fundación W>K. Kellgg. Diário Clarim, Opinión, Tendencias, martes 22 de setiembre de 1998.

[2] GIL DE LA TORRE, 1995, **El concepto de Sociedad Civil**, Phronesis, México.

João Ripper

ENCUENTRO IBEROAMERICANO DEL TERCER SECTOR HACIA UN NUEVO CONTRATO SOCIAL PARA EL SIGLO XXI

Elena Picasso - Argentina

Con el desarrollo de nuevos temas para el sector Social se desarrolló en Buenos Aires, Argentina, este IV Encuentro Iberoamericano con el objetivo de continuar ampliando las bases de conocimiento analizando el llamado Tercer Sector, a fin de intercambiar y realizar propuestas de acción, así como descubrir sus tendencias a partir de diagnósticos nacionales. Con la presencia internacional de 800 representantes tuvo una dimensión significativa en el medio de las Organizaciones no gubernamentales presentes.

Se reconoce ampliamente la pobreza generalizada en sus enormes bolsones, la violencia urbana, razones éticas y económicas, el compromiso de los actores de los países para que, en medio de la crisis, se apunte a la consolidación del régimen democrático. Se reconoce la necesidad de apoyar redes de protección, considerando fundamental la participación ciudadana hacia la construcción de una Agenda ambiciosa pero realista del Siglo XXI, proponiendo un desarrollo económico, social, sustentable y equilibrado.

"Los avances tecnológicos, la velocidad de las transformaciones y los cambios vertiginosos en la evolución de las sociedades, implican riesgo y necesitan apuntar cambios que dirijan sus efectos hacia los Derechos Humanos para todos, hacer frente a la exclusión e inequidad y mayor efectividad en el mejoramiento de la producción." Así se expresa María Rosa Martini, de Costa Rica, Presidenta de este 4° Encuentro, en su discurso inaugural, animando a nuevas relaciones intersectoriales, a un nuevo contrato Social, donde el Estado, el Mercado y la Sociedad Civil varien sus dimensiones y capacidad de acción, fines y responsabilidades, cubriendo roles diferentes. Que el incremento del capital social no sólo se desarrolle hacia lo económico sino para toda la actividad social, favoreciendo redes existentes con participación en las comunidades de base, fortaleciendo entre todos el sistema democrático. Se propone superar la etapa del diagnóstico y avanzar con propuestas de diseño viables y creativas, considerando la solidaridad sin límites como patrimonio de todos, en una ética de justicia solidaria para el Siglo XXI.

Se presenta un Documento de Base que es citado por todos los exponentes en alguno de sus aspectos por la profundidad y complejidad de los temas que allí se señalan. La licenciada Ines Gonzalez Bombal, investigadora del Centro de Estudio de Estado y Sociedad (CEDES) y profesora de la Universidad Nacional de General Sarmiento, miembro de la Comisión convocante, es autora de este documento del cual destacaremos algunos puntos. Ya su título centra el tema: Sentido común de la gente común que se siente parte de algo común. La idea de contrato social no es más que un artificio- nos dice- que en el buen sentido de la palabra permite pensar el orden político como producto de la deliberación humana, lo que origina la modernidad como nueva época. Aquí la política abandona los principios trascendentes y se convierte en una construcción humana, asunto de ciudadanos que contratan un pacto político bajo el que quieren vivir.

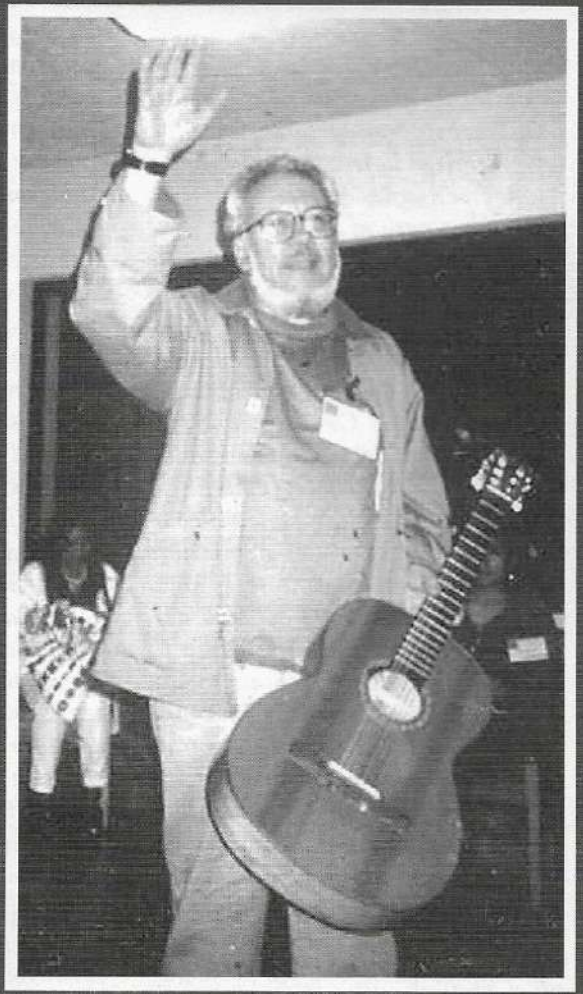
La emergente y nueva esfera de lo social cuestiona la versión original del contrato, hasta ese entonces circunstripta a lo político, ya que se aspira a un modelo de sociedad cuyos principios generadores sean la igualdad, los derechos y la libertad.

La sociedad civil tiene respuestas para dar y se ha ganado la legitimidad para hacerlo. Este IV Encuentro Iberoamericano sobre el Tercer Sector debe constituirse en el foro en que puedan ser escuchadas sus propuestas. La inmensa pluralidad de asociaciones reunidas que integran el tercer sector, exhortan al estado y al mercado a sumarse a un compromiso común; establecer un contrato social que a todos incluya. Nada de lo que finalmente adviene dejó de ser anticipado como posible por los que se atrevieron a pensar. Hoy hay un presente sobre el que reflexionar y debe ser ésta la ocasión para pasar a la acción.

En el encuentro se nuclean los expositores en torno a temas diversos como: Vigencia de los Derechos y papel de la acción ciudadana; la Construcción del capital social; Globalización y Redes Internacionales; Capacidades del tercer sector en un nuevo contrato social; Instituciones del tercer sector; Valores para un nuevo contrato social; Energia del tercer sector en Iberoamerica; El Estado y el sector privado redefiniendo relaciones para un nuevo contrato social; Cuestión social y responsabilidades sectoriales; Nuevos y viejos problemas sociales: la complejidad de lo social a fin de siglo; Trabajo y educación ¿ejes del desarrollo social?; Pobreza: ¿responsabilidad de quién?; responsabilidad social empresaria: entre lo global y lo local.

Helio Gallardo

Procesos democráticos y movimientos populares



Helio Gallardo, na sua passagem pelo México, foi entrevistado por María Dolores Villagómez, que quis compartilhar com todos nós estas interessantes reflexões.

Nesta entrevista, o professor costarriquenho apresenta alguns exemplos onde é possível observar os diferentes processos democráticos pelos quais os países latino-americanos estão atravessando, manifestando sua posição acerca da sociedade civil e da democracia.

Helio considera que somente a luta popular – a partir de variados sujeitos - possibilitará espaços de transferência de poder, que ajudarão na construção de uma nova América Latina.

En muchas ocasiones usted ha afirmado que la democracia no existe. Si la democracia no existe y sí existen procesos de democratización, entonces ¿como los definimos?

La democracia no existe en ninguna parte del mundo porque es un concepto valor y esto quiere decir que como concreción histórico social ningún país tiene un régimen que exprese la democracia. La democracia forma parte de un discurso, los discursos son reales pero no son las instituciones de carne y hueso.

Lo que expresan los regímenes democráticos de los distintos países latinoamericanos son diversos despliegues de procesos de democratización. Algunos países poseen instituciones formales democráticas que no van acompañadas de lógicas y de climas democráticos. Un ejemplo de esto podía ser México que aparentemente tiene división de poderes pero no funcionan, tiene una asamblea legislativa donde deberían expresarse las diversas corrientes de opinión pero no es así. Tiene de hecho o ha tenido durante muchas décadas una dictadura de partido que se identifica con el Estado y tiene, por lo tanto, instituciones apropiadas, por lo menos en la retórica, de un régimen democrático. Sin embargo, esas instituciones no van acompañadas de ninguna lógica democrática. Además durante mucho tiempo, muchas décadas, han estado acompañadas de una ausencia de movimientos sociales y, por lo tanto, de presión social que impulsara a una renovación y a una transformación de las instituciones falsamente democráticas mexicanas.

Otro ejemplo, Chile, cuenta con una Constitución autoritaria, con una lógica social autoritaria, una economía autoritaria y un régimen democrático formal que expresa esos autoritarismos en sus instituciones. Es decir, hay toda una lógica no democrática que acompaña a instituciones que formalmente parecen democráticas como la división de poderes. A diferencia de México, en Chile el poder judicial es un poco más autónomo.

Con ello tenemos dos ejemplos en los cuales existen procesos de democratización que básicamente se expresan en instituciones democráticas, pero que no van acompañadas de lógicas democráticas. Ahora podíamos tener también procesos de democratización que están acompañadas de instituciones democráticas y en los que apuntan también ciertas lógicas democráticas como es el caso de Costa Rica.

La democracia forma parte de un discurso, los discursos son reales pero no son las instituciones de carne y hueso

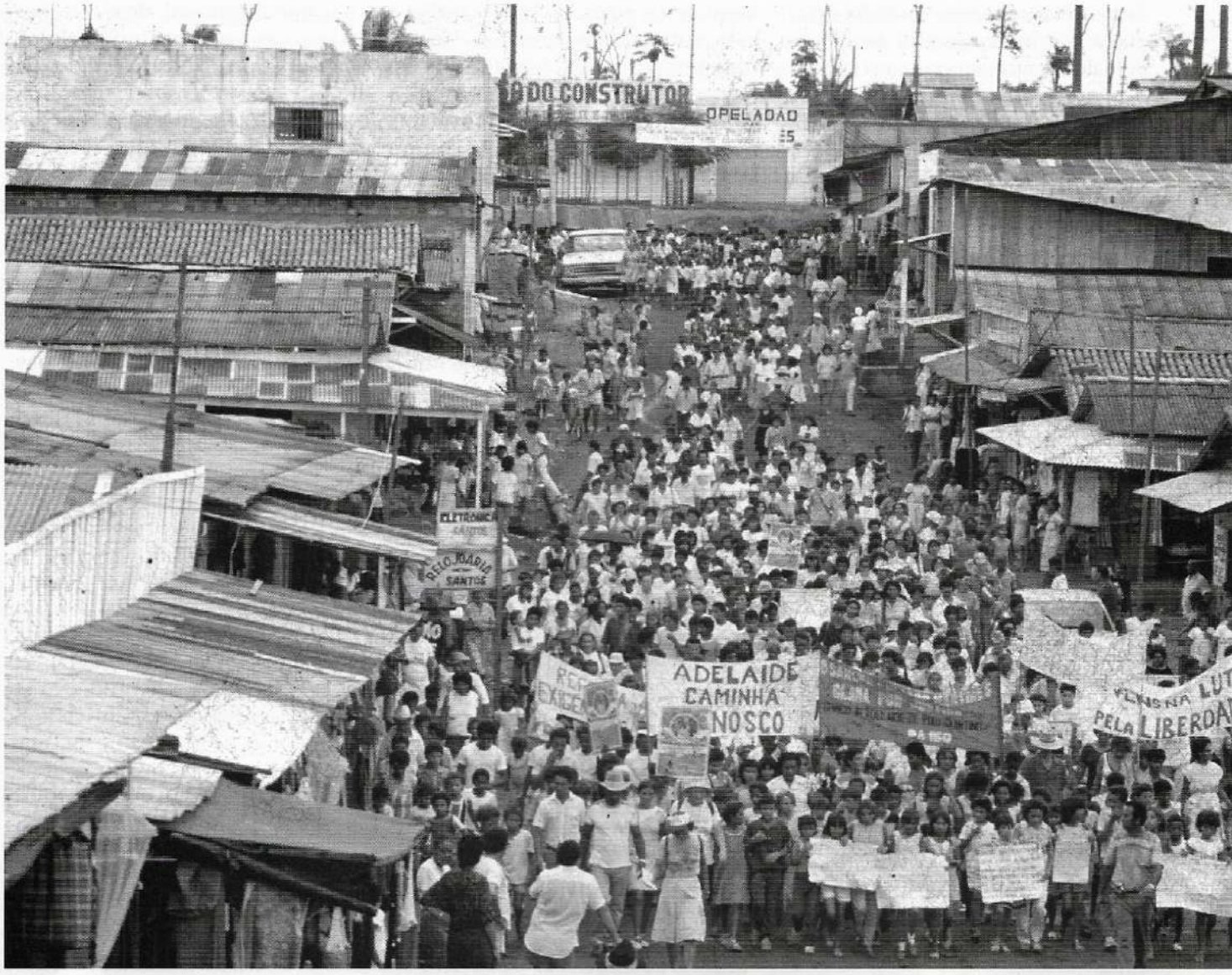
¿Cuál es la interrelación democracia - sociedad civil - estado? ¿Cuál es el rostro de la sociedad civil? ¿Dónde se inserta el movimiento popular? ¿Se inserta o no dentro de la llamada sociedad civil?

En Costa Rica existen instituciones democráticas como la división de poderes pero también un tribunal supremo de elecciones de gran peso que incluso es el que tiene el control jurídico del país durante los procesos electorales, con total independencia del poder ejecutivo y de los partidos. También cuenta con algunas lógicas elementales de potenciación ciudadana, no demasiadas; tampoco hay que pensar que Costa Rica acompaña con lógicas no autoritarias en economía, en la familia, en la iglesia sus instituciones políticas democráticas; sin embargo, sí hay ciertos embriones de lógicas de potenciación de autonomía ciudadana, es decir, un cierto esfuerzo por dotar de más fueros jurídicos al ciudadano, lo que permitiría decir que, con relación a México y Chile (a lo mejor hay una relación inadecuada de sociedades) en Costa Rica hay más acompañamiento de lógicas democráticas, siendo muy insuficiente; más lógicas que acompañan a las instituciones y que les dan más sentido que las que existen en México y Chile. Ahora, al igual que en México, en Costa Rica esas lógicas embrionarias no tienen como suelo o plataforma un movimiento social significativo, popular.

Desde el punto de vista del discurso más elemental, la sociedad civil es una construcción imaginaria o analítica de la sociedad moderna y en términos básicos la expresión sociedad civil, apunta hacia el campo donde se expresan los intereses particulares.

Para que esos intereses particulares puedan expresarse como tales, el Estado les rodea de marcos jurídicos que suponen capacidades y obligaciones. Desde este punto de vista básico (del imaginario fundamental de la sociedad moderna) es totalmente improcedente una sociedad civil fuerte, es decir, una sociedad en la que se puedan

João Ripper

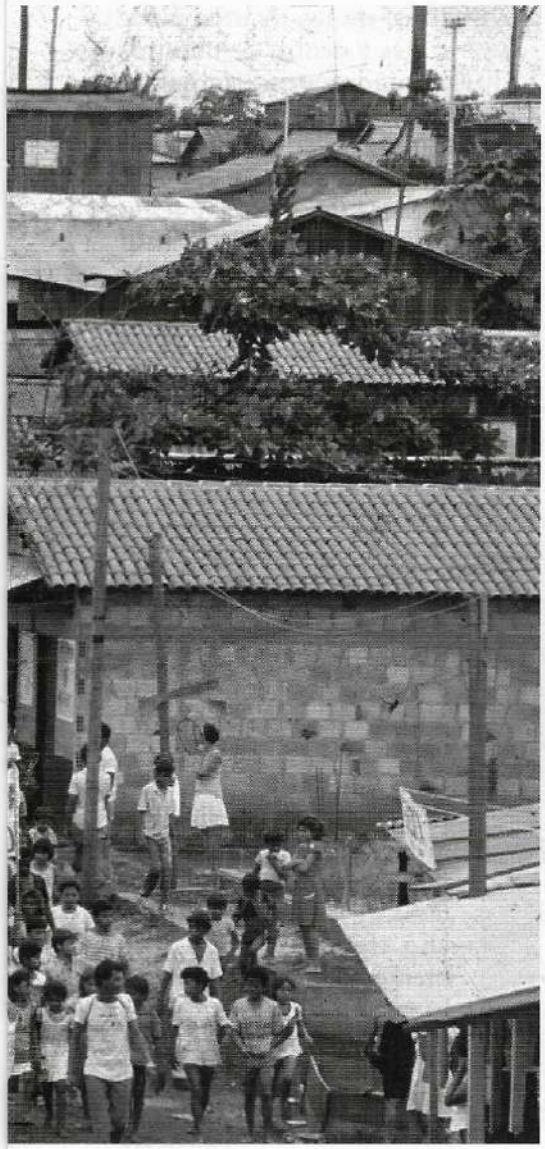


expresar sin limitaciones jurídicas y prácticas los intereses particulares legales, legítimos, dentro de la organización capitalista de la vida. Es decir, un Estado que discrimina, reprime, asesina, como en el caso de Colombia o el caso mexicano, si pensamos Chiapas, en donde hay un Estado que crea aparatos paramilitares, un Estado que moviliza a un sector de la comunidad indígena contra otros sectores de la comunidad indígena, un Estado que presiona la comisión mediadora que encabezaba Samuel Ruíz, ese Estado no está respetando ni creando las condiciones para que los intereses particulares de la sociedad se expresen; claro que en Chiapas hay una salvedad por parte del Ejército Zapatista, porque sus intereses se expresan fuera del marco jurídico, están fuera de la sociedad civil; pero hay otras fuerzas que se ubican dentro de la institucionalidad mexicana y el Estado tampoco los protege, les da fuero, y no sólo eso, sino que el Estado se mueve fuera de su propio marco jurídico, es decir, quiebra su marco jurídico.

Sin Estado de Derecho sólido (que es la tradición europea y la tradición burguesa, porque el Estado de Derecho sólido defendía a los comerciantes y a los empresarios de las arbitrariedades de los antiguos grupos dominantes) no se puede hablar de sociedad civil en sentido estricto y eso es un poco la realidad, mejor o peor, de América Latina.

¿No tenemos entonces rostros de sociedad civil?

Mi opinión para no ser tan tajante es que en America Latina la sociedad civil es un proceso por construir, pero no podemos fingir... En América Latina no tenemos tradición de Estado de Derecho sólido. En América Latina la sociedad civil es un proceso necesario y por construir. No podemos fingir que en nosotros existe una sociedad civil fuerte por muchas razones: primero porque en términos socieconómicos no hemos creado los mercados nacionales que son un fundamento efectivo para la



sociedad civil. Segundo, al no crear un mercado nacional, tampoco hemos consolidado un Estado de Derecho.

Nuestros Estados de Derecho sólidos son en realidad expresiones oligárquicas de minorías que se definen a sí mismas como mayorías amparadas en aparatos ideológicos como la iglesia, los medios de comunicación masivos, el monopolio no de la fuerza sino de la violencia, contra los sectores que protestan o que emergen y porque además, tenemos una cultura que define ciertas cosas como buena educación, como saber oficial y desprecia los intensos sabores y saberes de nuestros pueblos, de los campesinos, de las capas medias que, entre otras cosas, saben, admirablemente, sobrevivir y a veces potenciarse en sus propios circuitos democráticos.

Si la sociedad civil está por construir, entonces ¿también el Estado sólido de derecho debe ser construído?

No trato de tirar un balde de agua fría a aquellos que hablan de sociedad civil pero convendría muy bien saber de qué estamos hablando. Muchas veces estamos hablando de intereses particulares o incluso de aspiraciones ideológicas comunitarias que toman el rostro de movimientos sociales y que se expresan a través de ellos o de movimientos sociales cuya existencia es sumamente frágil y que usualmente existen porque el poder arbitrario lo permite porque cuando son demasiado contestatarios entonces se produce un Tlatelolco (México 1968), o un golpe de Estado; se produce la militarización, Chiapas. Por ejemplo, cuando un obispo decide vivir por lo menos parcialmente las raíces de su pueblo, ya el Estado no quiere que ese obispo exista sino que lo saquen de la curia; la misma iglesia ya se siente desagradada porque el obispo salió respondón.

Los límites de nuestra sociedad civil son muy estrechos y con el modelo neoliberal más estrechos todavía, porque el interés particular que se impone en la sociedad civil es el de la lógica del gran capital y ni siquiera la lógica del gran capital productivo, sino la del capital financiero y de los sectores especulativos. De ahí que en América Latina la sociedad civil es algo por construir, que está en proceso, varía de país en país, es un deseo.

¿Desde dónde se construye el Estado de Derecho sólido?

Es un sueño. La raíz de un Estado de Derecho sólido es el movimiento popular, pero tiene condiciones favorables que, aunque parezca raro, organismos como el Fondo Monetario Internacional piden a los gobiernos latinoamericanos la transparencia y accountability, es decir, responsabilidad. Eso favorece la idea de la división social del poder. Favorece la liquidación de la impunidad de los políticos y podía favorecer un reacercamiento entre sociedad política y sociedad civil en el futuro, eso está por verse.

Entonces, para la construcción del Estado de Derecho sólido hay aliados, está la tradición política de occidente, que obviamente

La raíz de un Estado de Derecho sólido es el movimiento popular

nosotros no reproducimos, no somos Suecia, no somos Inglaterra, no somos Francia, y no digo que debamos serlo, que eso sea el ideal, no, digo que hemos fingido ser Suecia.

Por ejemplo, que un gobierno como el de Guatemala se sienta democráticamente igual al gobierno de Suecia en las Naciones Unidas, es ridículo. Las instituciones políticas suizas no tienen nada que ver con el reinado del terror que expresan las instituciones "democráticas" guatemaltecas. Hemos fingido.

Resido en un país que es la Suiza Centroamericana, eso es ridículo. En Costa Rica se acaba de discutir hace meses, si podía haber refe-

réndum como en el caso suizo y no hay acuerdo entre los grupos políticos. Hay decidido rechazo en que no puede haber un referéndum cuya agenda sea una convocatoria desde abajo, desde el pueblo social; para eso Costa Rica no está madura. De ahí que no se puede escuchar la voz del pueblo, ni siquiera un referéndum. Eso es patético y pintoresco porque Costa Rica se autorreconoce a sí misma como la Suiza Centroamericana y el referéndum suizo puede ser iniciado por los ciudadanos.

Aquí, se habla de referéndum, es decir, de iniciativas llevadas a cabo dentro de la juricidad, por los ciudadanos, es decir, por una figura jurídica; no de un referéndum llevado por los seres humanos, por los sectores sociales derivadas de las necesidades sentidas de la población. Una cosa es ser ciudadano y otra cosa es ser humano, sector social que tienen necesidades sentidas que muchas veces exceden los marcos jurídicos.

Entonces imaginar que en Costa Rica se realice un referéndum desde las necesidades sentidas de la población sería como prever, en ese caso, un pánico generalizado. Y estamos hablando de la "democracia más estable" de América Latina y ésa no acepta ni ciudadanos por la base, ni necesidades humanas, están fuera del marco jurídico, entonces, en ese sentido, las necesidades humanas de los movimientos populares son base fundamental de un estado de Derecho, pero podemos encontrar aliados insospechados en instituciones políticas e ideologías de la sociedad occidental.

Es decir, movimiento popular - régimen democrático - Estado de Derecho se interrelacionan. En Europa los regímenes democráticos y el Estado de Derecho se movieron ganando derechos cívicos y ganando después el poder de Estado, de modo que el poder de Estado garantizaba esos derechos cívicos, derechos burgueses y de ahí se movieron a derechos sociales. Así, el movimiento es derechos cívicos en proceso, que se condensan en derechos políticos y que se proyectan a derechos sociales.

En América Latina nuestras oligarquías se han auto regalado y concedido algunos derechos políticos pero no tenemos derechos cívicos y todavía cuando uno habla de derechos sociales la gente imagina comunismo y/o toma la ametralladora o corre despavorido. Nuestras realidades históricas son realidades distintas y no haremos gran cosa en el siglo que se va a iniciar si intentamos seguir calcando experiencias históricas que en América Latina son distintas.

Sólo la lucha popular precipitará espacios de transferencia de poder, sin transferencia efectiva de poder y sin una recreación de la sensibilidad colectiva y de las cotidianidades, no habrá otra América Latina

¿Cuál es el futuro de estos temas en el Continente?

Mirando al futuro vamos hacia una sociedad civil entendida como humanamente bien ordenada. Es decir, fundada en las necesidades sentidas y expresadas y reconcidas, siento que vamos lenta y penosamente y con la oposición de los autoritarios, de las jerarquías, de los verticales y dentro de nuestros propios miedos por compartir. Tenemos como horizonte una sociedad humanamente ordenada que es una sociedad de satisfacción de necesidades, de reconocimiento y por lo tanto de sueños compartidos. Esto, dicho así, puede sonar romántico pero necesita de un análisis exhaustivo, metodológico.

Vamos también hacia la configuración de Estados humanamente sólidos porque la planetarización, la globalización no es incompatible con la existencia de pueblos, de naciones y de estados.

Así como la municipalidad no desapareció cuando hubo estado nacional así tampoco la planetarización, la globalización no hacen desaparecer los estados nacionales, lo que redefine sus funciones, sus alcances y sobre todo rearticula sus lealtades. Estado y Nación tienen mucho tiempo y probablemente no desaparezcan en lo que es la experiencia humana.

Estado sólido de derecho ¿cómo construirlo si por ejemplo en México no lo hemos tenido y ahora se ha desdibujado? La experiencia mexicana es la experiencia de una larga historia de corrupción estatal, de inexistencia de una burocracia profesional, y por lo tanto, éso ha deteriorado enormemente las tramas sociales nacionales, probablemente, esto no puedo decirlo porque no vivo allá, ha privilegiado las solidaridades primarias, las solidaridades regionales, las corporativas no corruptas. Entonces, la experiencia de México es una experiencia peculiar probablemente por eso, también la transición de México sea más intensa y de más corto aliento que otras sociedades latinoamericanas.

Lo que yo llamo configuración de un Estado sólido de derecho son

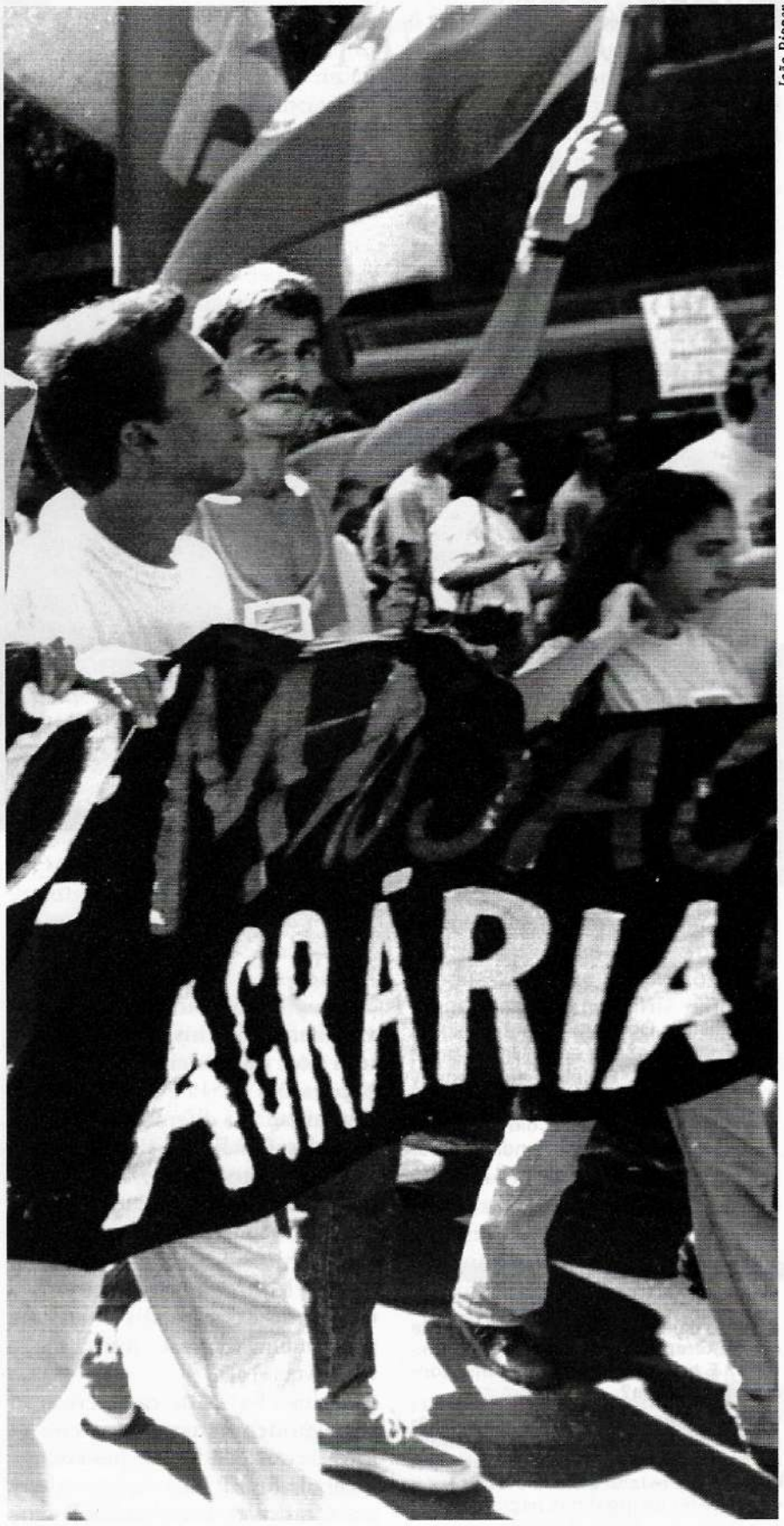
las formas jurídicas de la autorrealización, la autonomía y la autoestima de los individuos que colaboran en colectividad, ese esfuerzo no podrá realizarse sin la colaboración de muchos, de la mayoría de los ciudadanos en el planeta. El problema latinoamericano es también nuestro problema y es aquí un problema popular, es un desafío para la gente de buena fe en todo el planeta. Entre nosotros es una tarea popular.

Sólo la lucha popular precipitará espacios de transferencia de poder, sin transferencia efectiva de poder y sin una recreación de la sensibilidad colectiva y de las cotidianidades, no habrá otra América Latina. Ahora la esperanza es que esta reconfiguración de poder proviene desde grupos que aparentemente son disímiles pero que tienen raíces comunes, son mujeres con prioridad de género, indígenas, jóvenes, creyentes religiosos antiidolátricos, obreros y campesinos. Es decir, hay múltiples movimientos que pueden encontrarse en su proceso de producción de identidad e ir configurando una sensibilidad de nueva vida, o mejor dicho, de por primera vez, vida, en lugar de mera existencia.

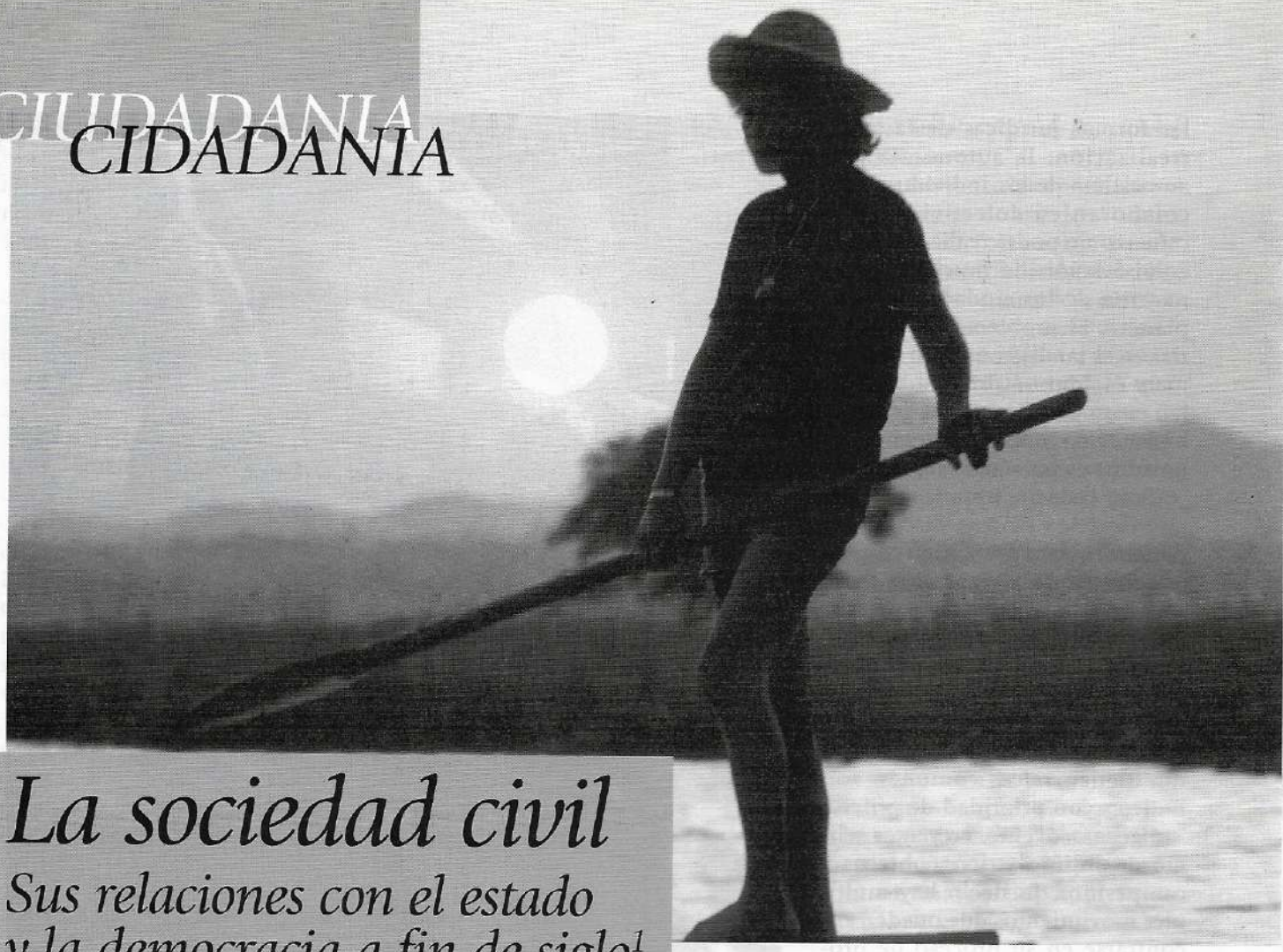
El referente límite de mi análisis es que si no realizamos ésto no habrá planeta y éso es una tarea urgente.

¿Prevees la posible realización del sueño bolivariano de la Patria Grande?

No, yo no soy muy partidario del sueño bolivariano, la idea de unidad en América Latina es una idea de hegemonía, lo que existe es la posibilidad de articular, así como el samaritano se articula con el judío sin dejar de ser samaritano, sin dejar el judío de ser tal; articular para crecer. Esto quiere decir, no abandonar jamás la raíz, lo pequeño y al mismo tiempo lo intenso que nos constituye. ■



João Ripper



La sociedad civil

Sus relaciones con el estado y la democracia a fin de siglo[1]

Nelson Villarreal Durán
Docente de Antropología Filosófica en la Universidad Católica del Uruguay
Investigador del Centro Latinoamericano de Ecología Social y de la Fundación por el Progreso del Hombre

Quando nasce o conceito de sociedade civil? Sofreu mudanças ao longo da história? E hoje? Aparece como uma concepção unívoca?

Se lhe interessa conhecer algumas respostas a esses interrogantes, entender a complexidade do termo e suas relações com o estado e a democracia, não deixe de ler as próximas páginas!

El concepto de sociedad civil emerge en la historia como ruptura con un poder absoluto y es expresión de la pluralidad, la diversidad y la diferencia en las sociedades. Está ligado al surgimiento de la era moderna y la complejización de las sociedades que se hacen urbanas. En los burgos es un estamento, clase o grupo social quien lidera este proceso (el desarrollo del capitalismo es una consecuencia de esta nueva etapa o viceversa).

A los efectos de caracterizar el tema podemos comparar con la idea de sociedad civil que emerge luego de los estados dictatoriales y autoritarios en Latinoamérica o de la crisis del estado de bienestar o del socialismo real del este europeo en la década de los 80 en este siglo.

Sociedad civil, sociedad política y estado son tres elementos a tener en cuenta en el proceso que se desencadena desde la revolución francesa. Cómo se relacionan y articulan será la historia del siglo XIX y sobre todo del XX. Estrictamente la sociedad civil será expresión de la vida privada entendida como economía en la que se manifiesta la subjetividad o la cultura, la sociedad política será el surgir de los partidos políticos y con ellos la contradicción entre la sociedad política como la expresión del ciudadano y de la sociedad política como expresión de la lucha de clases sociales (tanto para liberales como para socialistas).

Serán los filósofos políticos como Locke y Rouseau, entre otros, que tematizarán la dimensión po-

[1] Ponencia Seminario NUEVAMERICA – OBSUR Montevideo 24 y 25 de setiembre de 1998.

João Ripper

lítica de la sociedad, en un caso centrado en el individuo, en el otro, en la sociedad. Con Kant tendremos una síntesis. Luego vendrán los economistas como Adam Smith por un lado y Marx por otro que manifestarán que el desarrollo de la sociedad civil es expresión de la economía, por lo que se considera el lugar de debate real.

Las luchas y conflictos de mediados de siglo pasado y de principio de este, configuraron un relacionamiento entre la sociedad civil, la sociedad política y el estado que da origen a un acotamiento o absorción de la sociedad civil y política por parte del estado, quien va a tener, desde la década del 30 hasta los 60, en una primera etapa y de los 70 a los 90 en una segunda etapa el rol de guiar los intereses de la sociedad. Es así que, tanto el welfare state como el socialismo real o los populismos latinoamericanos buscan expresar un pacto o equilibrio en el conflicto interno a la sociedad en la perspectiva del desarrollo económico.

Estos estados que se configuran con fuerza hasta principios de la década del 60 en A.L y hasta los 70 en EEUU y 80 en la URSS y la Europa socialdemócrata entran a hacer crisis, sea por la presión de sectores que no pueden acceder a los logros civilizatorios, por las malformaciones internas (burocracia, dictadura, disociación con el pueblo, corrupción, etc.), los embates externos de una sociedad civil y política que demanda mayor libertad y participación en todo el mundo y la trasnacionalización de los mercados.

Finalmente esta dinámica es absorbida y copada por los que tienen más poder económico en las sociedades, llegando así a un quiebre no sólo de los pactos que dieron origen al Estado del Bienestar, sino al proceso político que permite una participación y libertad reales para que la justicia sea posible, que es la democracia.

En el siglo XXI, el estado no aparecerá como administrador, sino como articulador de los intereses y necesidades de las mayorías

¿QUÉ ES LA SOCIEDAD CIVIL (SC)?

El término no por muy recurrente es unívoco, por lo que se requiere rastrear sus orígenes y sobre todo cómo ha devenido y cómo se alude a ello, a los efectos de, al menos, lograr una cierta intersubjetividad y comprensión compartida, no universal sino posicionada en los objetivos que nos proponemos social y comunitariamente desde una práctica a favor de una sociedad más justa, diversa y fraterna.

Como expresión de la sociedad es un emergente de sus conflictos y del poder en la misma. Gil de la Torre dice: "se caracteriza a esta realidad como el espacio social y las instituciones que se encuentran, en mayor o menor grado, fuera del estado, ambas instancias se ubican en un lugar distinto respecto al centro del poder y son diversas en cuanto a las funciones que desempeñan".

Hoy es común sentir hablar del concepto de tercer sector como sinónimo de SC y ésto es incorrecto, primero porque el tercer sector viene a ser un aspecto de la sociedad civil y hacerlo extensivo a toda ella es desconocer otros actores y sujetos. Tercer sector es sólo la bisagra no lucrativa entre el estado y el mercado para los liberales; alude a una concepción restrictiva de la SC.

La caracterización de lo que es la SC veremos que depende de las relaciones de poder que se dan entre la sociedad y el estado, siendo la cuestión democrática el terreno donde se expresa con más claridad.

Un recorrido histórico-social de la idea muestra que para algunos las relaciones de poder se dan en el estado y no en la SC, es el caso de Hegel, donde es el momento previo al estado y es el individuo que ha abandonado el núcleo familiar para asumir la competencia en la economía. En esta concepción sólo priman los intereses individuales y sólo el estado es quien representa los intereses universales.

En otros casos se plantea que existe una clara distinción entre estado y SC, cumpliendo cada uno un rol en las instancias de dominación. Es el caso del Estado Liberal donde el consenso es producido por la SC a través de la sociedad política y el estado es el que ejerce el rol coercitivo.

Para Marx también la SC es expresión de los intereses individuales egoístas que sólo logra su emancipación cuando como sociedad política adquiere, a través del sufragio universal, el objetivo colectivo que le permite encontrarse con su ser real. Será el proletariado organizado y con intereses

políticos que podrá emanciparse a los efectos de tomar el poder del estado. Tanto la Escuela de Frankfurt como los escritos de Gramsci y sobre todo las prácticas latinoamericanas sobre lo popular, quebrarán esta visión hegeliana de Marx.

Una tercera visión plantea que las fronteras entre SC y estado son difusas y que el poder se ejerce en uno como en otro lado. Será Gramsci quien verá en el estado una combinación de coerción y consenso como producto de la articulación entre sociedad civil y sociedad política. La SC no será sólo expresión de los individuos y las relaciones económicas sino de organizaciones diversas y nexos ideológico-culturales que expresan el conflicto y la movilidad social.

Hasta los 80, tanto el pensamiento latinoamericano como la práctica han recurrido a Gramsci para dar respuesta al tema, conjugando reflexiones teóricas propias emergidas de la educación popular, la teología de la liberación, etc.

En los 90, a pesar que el instrumental marxista es dejado de lado, perdura el concepto de sociedad civil que se desprende del pensamiento de Gramsci y entra en relación con la práctica latinoamericana, asociándose fuertemente con la recuperación de las democracias y la política.

Con esta cosmovisión, el poder no se centra sólo en el estado y Foucault desde otra perspectiva vendrá a manifestar esta fragmentación, lo que muestra que todos, de alguna manera, tenemos poder. De igual forma el poder que se logra en la SC terminará para Gramsci en el estado y el problema es una cuestión de correlación de fuerzas, tanto en la sociedad civil como en el estado. Hoy el problema de la SC es centrarse en los procesos de democratización que consolidan ciudadanías en diversidad y ello trasciende a los estados que se visualizan en los últimos años.

¿ES INEVITABLE PREGUNTARSE QUÉ ES LO QUE PASÓ ENTRE LA SOCIEDAD Y EL ESTADO EN LAS ÚLTIMAS DÉCADAS EN TODO EL MUNDO?

La demanda y lucha por democratización va mostrando que el estado democrático reconquistado en la década de los 80 en América Latina ya no puede dar cuenta de los intereses de todos y el concepto de SC comienza a expresar la capacidad de la gente para organizarse y resolver sus necesidades y aspiraciones dado que la democracia que se consolida no le parece contentar. El estado y la política de las post-dictaduras se muestran incapaces de articular las demandas de la gente y de resolver sus necesidades de integración y desarrollo igualitario, asociándose SC a mercado.

En algunos casos la sociedad civil le da la espalda a un estado que se la dio primero a ella y se comienza a organizar en la perspectiva de gestar cambios sociales que no sólo respondan a la inmediatez, sino que no quiere caer en los errores de otras etapas. Aquí emerge un nuevo concepto de sociedad civil más integral, participativo y radical que expresa la diversidad y complejidad excluida de nuestras sociedades dependientes, que busca comprender y asumir la economía como cuestión social y política.

Este proceso se da en un momento donde los estados nacionales se han debilitado y el tema es continental y mundial, por lo que la cuestión es aún más compleja que a principios de este siglo donde el territorio estaba circunscripto a una nación, hoy y el siglo próximo nos enfrenta aceleradamente a un espacio común dominado por pocos, pero con muchos que buscan algo distinto.

Pareciera que el estado como expresión de la sociedad se transformó en su enemigo, tanto con el autoritarismo y terrorismo de las dictaduras en Latinoamérica, como con el totalitarismo del socialismo real de Europa del Este y hasta la disociación del ciudadano con el estado de bienestar en Europa y EEUU. Esta nueva realidad mostró que no siempre el estado produce la justicia, ni es garante de la democracia, tampoco lo será sólo el mercado.

SOCIEDAD CIVIL Y RADICALIZACIÓN DE LA DEMOCRACIA

La SC sintió la necesidad de reconstruir los intereses públicos que ya no eran representados por el estado (y aquí podemos visualizar todos los procesos de luchas y organización popular y social bajo las dictaduras y comienzos de la democracia en los 80-90), pero también se desencadenaron los intereses privados e individuales, que legítimos o no, hegemonizaron el imaginario de libertad y participación de la gente y de los pueblos, dado que el desarrollo de las fuerzas productivas en el capitalismo post-industrial y de la revolución tecnológica reclamaron de un paradigma individualista a los efectos de responder a la aceleración que se daba, amplificado por los medios de comunicación y el estilo de consumo.

Aquí confluyeron cuatro elementos: revolución tecnológica, crisis de los estados nacionales, desaparición de los países del socialismo real y nuevas formas de organizarse y comunicarse. Este paradigma, conocido como neoliberalismo, hoy está en crisis y busca a fines de siglo reformularse en las llamadas reformas de segunda generación de los organismos internacionales y en la tercera vía de la economía de las políticas de centro.

Una sociedad civil, que por un lado ha sido hegemonizada por los intereses de la economía como cuestión privada y de los más fuertes; y por otro donde se manifiesta la emergencia de la diversidad de la sociedad que se expresa en la lucha por los DDHH, la aceptación de la diversidad y diferencia de género, de etnia, etária y sobre todo de producir y consumir en una forma que no se ponga en juego la igualdad social y

João Ripper



el ambiente en que vive la comunidad humana, afirma la importancia de las prácticas, los instrumentos, los métodos y paradigmas que facilitan y posibilitan lograr un desarrollo sustentable para todos.

En la mayoría de las reformas implementadas en los estados de nuestros países mediante políticas neoliberales, el estado como único instrumento para desarrollar los intereses de la sociedad no puede ser el único actor. El necesario reposicionamiento del estado del siglo XXI tendrá que tomar en cuenta que "lo público" ha adquirido una cierta autonomía como expresión de los intereses de la gente y que en las condiciones actuales se reclama una forma que no pretenda encontrar la solución de todos los problemas en el estado como administrador, sino como articulador de los intereses, jerarquizando las necesidades de las grandes mayorías y su diversidad de vida. Es en este aspecto donde la SC organizada con intereses públicos y ciudadanos adquiere fundamental importancia.

CONSOLIDACIÓN DE LO PÚBLICO MÁS ALLÁ DEL ESTADO: UNA NUEVA FORMA DE RELACIONAMIENTO

Hoy el problema del estado parece ser sobre sus objetivos, su rol y su tamaño, la democracia tiene que ver con su alcance y en los mecanismos de participación desde lo local a lo regional, sin embargo la SC es equívoca, porque depende de cómo se relacione con el estado y la vida democrática.

Un elemento que emerge y que parece clave en esta nueva etapa, a los efectos de lograr una forma de desarrollo inclusivo, es "lo público no estatal", como fortalecimiento de la SC organizada, en función de intereses no lucrativos y ciudadanos, en el que se pueden poner viejos y nuevos movimientos sociales, organizaciones de base, intermedias y de coordinación continental y mundial, diversas asociaciones y las ONGs.

Aquí emerge la cuestión del desarrollo local como espacio real de participación territorial, comunal y vecinal para que la gente pueda incidir; tambiém, la necesaria vinculación entre las organizaciones de la SC y la sociedad política a los efectos de lograr plasmar las prácticas en programas sociales y económicos para las mayorías; finalmente la necesaria configuración de formas de economía popular y social que permitan reconquistar la práctica de la propiedad social sin pretender que ésta sea estatal. Por otro lado, se reclama la interacción con el mundo empresarial permitiendo que este actor clave en la economía local, regional y mundial se descubra como parte de un proceso político y social y no sólo de lo financiero.

Es aquí donde la cuestión democrática aparece como el medio y el instrumento idóneo para la participación y el logro de los objetivos de la gente, en tanto parte de una sociedad que se va construyendo y en la que todos tienen, no sólo el derecho sino el deber de incidir. Ahora bien, aquí la democracia no sólo son los partidos políticos sino sobre todo la organización de la sociedad en sus distintos niveles, en los que entra el estado, la sociedad civil y política en tanto mercado y organización social, por un lado, y ciudadanía en diversidad, por otro.

La construcción de las políticas públicas debe emerger de la participación democrática y no de la imposición de la minoría mayor, por lo que el concepto de políticas de estado puede ser muy engañoso cuando los estados no son expresión de las mayorías. En este sentido, los economistas institucionalistas y los socio-economistas consideran que lo que existe es la sociedad y ésta tiene dos instrumentos para llevar adelante la igualdad y la producción de riquezas: el estado y el mercado, nosotros agregamos a la SC organizada sin fines de lucro, pero con objetivos políticos, a los efectos de permitir el dinamismo y control compartido del desarrollo sustentable que debe darse si se quiere reorientar el proceso civilizatorio en favor de toda la especie humana en armonía con la naturaleza.

La sociedad civil, a través del sistema político, tiene que buscar un nuevo pacto, democratizar el estado y mantener canales de comunicación inclusivos con los ciudadanos

ALGUNOS ELEMENTOS A TOMAR EN CUENTA

La sociedad civil, a través del sistema político, tiene que buscar un nuevo pacto, democratizar el estado y mantener canales de comunicación inclusivos con los ciudadanos. Para lo que se requiere una descentralización funcional y una gestión transversal del estado en relación a la sociedad, a los efectos que se fortalezca la participación ciudadana y la radicalización de la democracia.

Una posible alternativa a fines de siglo XX está, por un lado, en la construcción de un estado social en la responsabilidad política y mixta en la ejecución de algunas políticas públicas; por outro, en buscar consolidar una sociedad de bienestar donde lo público no se agota en lo estatal, recreando el ser ciudadano como actor de derechos y deberes, abierto a la aldea global desde la polis local.

Lo público adquiere la significación de un espacio dinámico en el que interaccionan distintos actores estatales, de la comunidad y el mercado con una lógica y objetivos comunes.

Se requiere una nueva cultura de relacionamiento y concertación entre estado y sociedad. La percepción del estado ausente ha generado la necesidad de la participación ciudadana en la construcción de las políticas públicas, y ello debe verse como favorable y no sólo como negativo posibilitando un mayor compromiso de la gente para una sociedad más justa en diversidad.

NOS PODRÍAMOS HACER LAS SIGUIENTES PREGUNTAS:

¿En qué sentido la autonomía relativa de la sociedad civil favorece la democracia y el acceso de las grandes mayorías a las posibilidades de dignidad?

¿Cuáles son las nuevas formas de participación que se están dando en nuestros lugares de compromiso que apuntan hacia un fortalecimiento de la sociedad civil, caracterizada por el interés comunitario, el desarrollo local y la generación de formas de economía social?

¿Cuáles son los mecanismos para rearticular la participación y la responsabilidad local, con la responsabilidad central del Estado en un enfoque que no elimine la dialéctica estado-sociedad civil, facilitando así la incidencia de la gente en los proyectos públicos? ■

CLAES – "Sociedad Civil y Ciudadanía" en página WEB: www.sicoar.com.uy

Flisfisch Angel – "Notas acerca de la idea del reforzamiento de la Sociedad Civil" CLAEH, Montevideo, 1987.

Gil del la Torre – "El concepto de Sociedad Civil", Phronesis, México, 1995.

Hernández Vega – "La idea de sociedad civil – avance teórico" UNAM, México, 1995.

Villarreal Durán - "Es posible integrar a los excluidos en la globalización" Cuadernos de Marcha, Montevideo, 1997.

UNA EXPERIENCIA DE DESCENTRALIZACIÓN

Transferencia del poder político a la sociedad civil en la comuna de Montevideo.

Antoinette Mayor
Integra el equipo de Vivienda de la Organización San Vicente "Obra Padre Cacho"

En el año 1990, accede por primera vez al gobierno de la Intendencia Municipal de Montevideo el Frente Amplio. Aquí se origina el proceso de descentralización en Montevideo. Este proceso ha implicado una continua y paulatina transferencia de poder político a la sociedad civil, pues ha consistido en la redistribución del poder político tanto en lo administrativo como en lo social y lo político.

Montevideo se encuentra dividido territorialmente en 18 zonas, comprendiendo el área urbana, suburbana y rural. En cada una de estas zonas funciona un Centro Comunal Zonal, oficinas municipales que tienen a su cargo la gestión de diversos servicios y obras de la zona como: información e inicio de trámites, alumbrado público, mantenimiento de las áreas verdes y espacios públicos, programas sociales que comprenden diversas áreas de políticas sociales directas: infancia, salud, juventud, la mujer, personas con discapacidad, tercera edad, obras comunitarias, banco de materiales, servicios de bienestar social, actividades culturales, entre otros. Estos centros están integrados por funcionarios municipales administrativos, equipos técnicos y obreros.

A su vez en cada una de las zonas funcionan las Juntas Locales o Comisiones Delegadas, órgano político que programa obras y servicios municipales en cada zona, y los Concejos Vecinales, órgano local autónomo de participación social en la gestión de gobierno.

En el proceso de descentralización, a las Juntas Locales y Concejos Vecinales se le trasladaron potestades de decisión y competencia que hacen una estructura más participativa, eficaz y transparente de la gestión del gobierno municipal.

Por intermedio de los Concejos Vecinales, las organizaciones sociales y vecinos de los zonales son capaces de ser protagonistas del devenir histórico de su barrio, zona, organización en que están insertos. Ocupan un espacio donde pueden hacer visibles las dificultades, carencias y necesidades concretas de la realidad en donde viven, que son sentidas por los vecinos con quienes comparten cotidianamente.

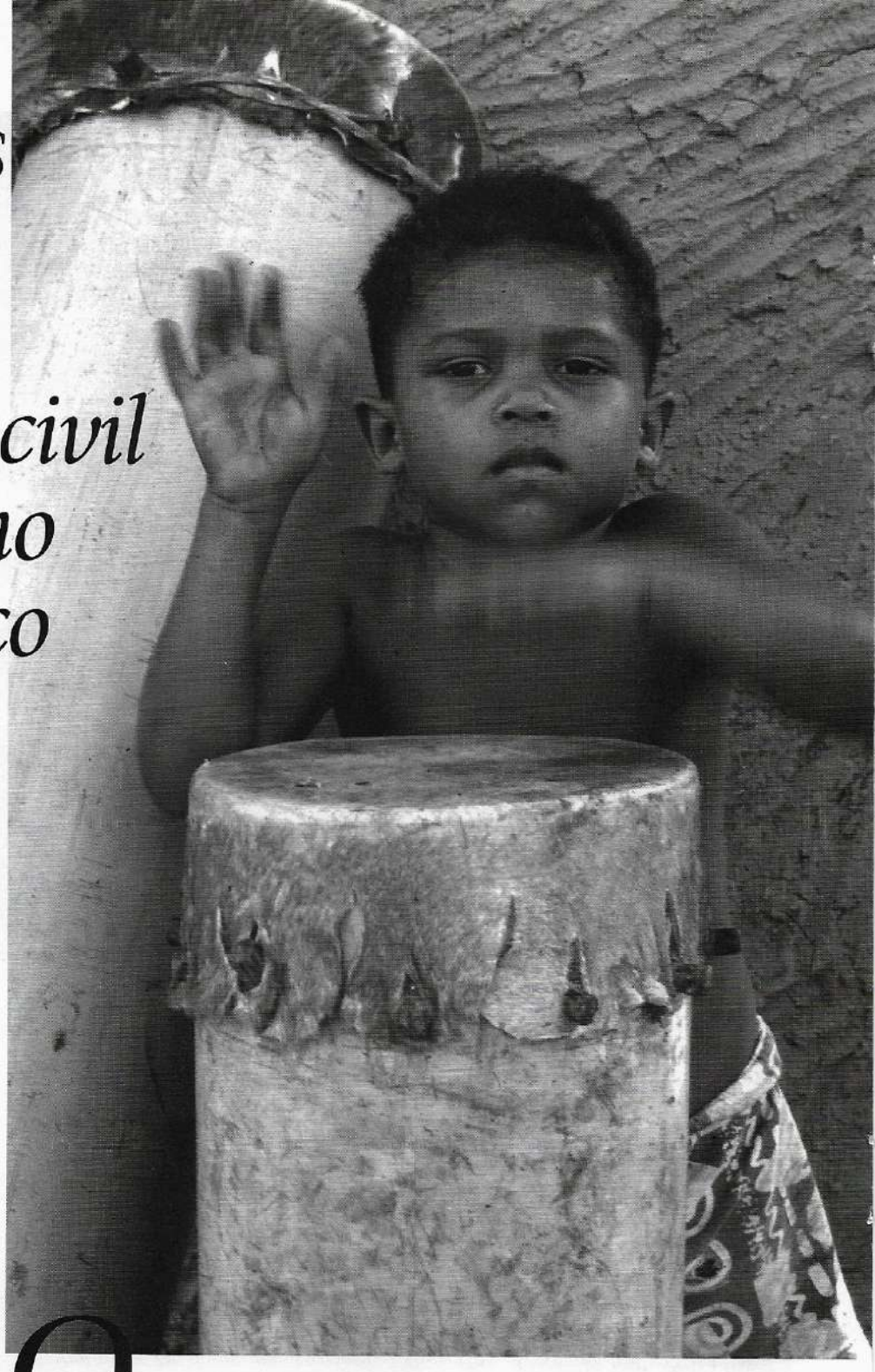
La articulación entre la Junta Local, el Concejo Vecinal y el Centro Comunal Zonal ha permitido adquirir por parte del gobierno central de la Intendencia de Montevideo y de los equipos técnicos, un análisis más acabado de las necesidades, problemáticas y dificultades de las diferentes zonas de Montevideo. Pues cada zonal representa una realidad diferente frente al otro. De esta forma, la articulación de esfuerzos de los diversos actores ha llevado a la elaboración, implementación y evaluación de los planes anuales y el plan quinquenal de cada Centro Comunal Zonal de acuerdo a las demandas de su población de influencia.

La descentralización presenta sus logros y dificultades. Se valora muy positivamente la creación de nuevos actores sociales: los concejales; la participación social, la calidad que ha adquirido la misma; los vecinos, que han presentando verdaderos programas de acción; la capacitación; el involucramiento con las diversas realidades de su zonal, y la capaciadad de valorizar, ceder y priorizar problemáticas según las urgencias, sabiendo que muchas veces sus necesidades quedan postergadas. Ha sido importante el asesoramiento y acompañamiento de los equipos técnicos a las Juntas Locales y Concejos Vecinales, en el proceso de creación y consolidación de la descentralización, además de ser responsables de la gestión de los programas en los diferentes zonales.

Pero también tiene sus dificultades: los costos de la participación social: económicos, familiares, laborales; descreimiento ante la lentitud de los logros, sobrecarga de instancias de participación, falta de comprensión de las organizaciones barriales del papel del concejal. Carencias importantes en la información y la comunicación en la gestión local. En cuanto a la estructura municipal, la necesidad de un mayor involucramiento en el proceso. A su vez se percibe una tendencia a reproducir mecanismos de burocratización desde los Centros Comunales, superposición e indefinición de competencias entre áreas de central y las descentralizadas.

Hoy la Intendencia Municipal de Montevideo, tras dos gobiernos consecutivos de la coalición de izquierda, está abocada a las elecciones de Concejales que se realizarán el 25 de octubre del corriente. Estos Concejos Vecinales que serán electos trascenderán a las autoridades actuales, y tienen un papel relevante pues de su continuidad y capacitación se dará consolidación a estas estructuras en los barrios y al próximo plan quinquenal.

La descentralización ya es irreversible. Tiene sus beneficios y sus costos, sus aciertos y desaciertos, pero este proceso ha dado paso a la integración de la ciudadanía en la construcción de su devenir histórico, al encuentro de las autoridades con las realidades de cada zona, y su diversidad. Los vecinos de Montevideo elaboran, implementan y evalúan los planes y programas junto a los equipos técnicos, autoridades y funcionarios. Se le ha transferido potestades a la ciudadanía. La profundización en estos mecanismos de participación hacen a la cooperación entre lo público y lo privado, hacen al fortalecimiento de la demoracia.



Sociedade civil e pluralismo democrático

"Dêem-me um ponto de apoio e levantarei o mundo"
(Arquimedes)

Leandro Konder
Filósofo
Professor do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Brasil

Uma renovação da teoria da praxis social. Esse é o ponto de apoio "arquimediano" que postula o filosofo Leandro Konder como estratégia viável para detonar, no seio das sociedades latino-americanas, um movimento transformador capaz de alterar o ameaçador quadro hegemônico atual das políticas neoliberais, potencializando o papel crucial das "novas" forças emergentes da sociedade civil e o pluralismo democrático.

Os democratas, inquietos com a atual situação das sociedades da América Latina, ansiosos para transformá-las, indagam muitas vezes: qual poderia ser a alavanca desencadeadora do movimento transformador? Qual poderia ser o ponto de apoio que permitiria a essa alavanca - como queria Arquimedes - modificar o estado de coisas atual, tão frustrante?

Essa indagação ainda pode ser desdobrada em outra: existirão, afinal, uma determinada alavanca e um determinado ponto de apoio que, de fato, permitiriam a realização do processo das mudanças essenciais?

Uma observação do panorama não nos proporciona, nas circunstâncias em que nos achamos, elementos para uma resposta conclusiva, plenamente convincente.

Geraldo Kosinski

O Estado, por exemplo, é um instrumento sem dúvida muito poderoso - imprescindível, mesmo - para a promoção de transformações políticas e sócio-econômicas profundas. Por isso, temos boas razões para repudiar as ações dos neoliberais empenhados em desmontar e enfraquecer o aparelho do Estado, com o objetivo de entregar mais e mais setores da vida social à dinâmica perversa do mercado, que tende sempre à concentração de capital e de renda, com o agravamento das desigualdades sociais (os ricos ficando cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres).

No entanto, por imprescindível que seja a ação estatal, é impossível acreditarmos que o Estado, tal como o conhecemos no nosso continente, com todas as suas deformações históricas seculares, possa ser a alavanca ou o ponto de apoio das mudanças democratizadoras pelas quais ansiamos.

O próprio Estado necessita de mudanças para que possamos realmente nos servirmos dele. E qual poderia ser a alavanca para a modificação do Estado? Qual poderia ser o ponto de apoio arquimediano para a hipotética alavanca?

Muitos responderão, convictamente: a sociedade civil. O italiano Antonio Gramsci nos ajudou a reconhecer as potencialidades de uma mobilização do conjunto das organizações que florescem à margem do Estado, às vezes mantendo com ele relações tensas, capazes de influir sobre a opinião pública e sobre as decisões políticas dos governantes.

Percebemos, contudo, que a sociedade civil é bastante heterogênea. Os sindicatos e as organizações profissionais mobilizam suas respectivas categorias em torno de justas reivindicações salariais, mas encontram naturais dificuldades para sensibilizar seus associados para batalhas políticas travadas em âmbito nacional, quando tais batalhas não são vistas como diretamente concernentes a cada grupo.

Para superar a cristalização de uma perspectiva meramente corporativa (sempre limitada, mesmo quando legítima), os partidos políticos democráticos se esforçam para ligar os combates setoriais à grande luta pela hegemonia no plano do conjunto da sociedade, em cada país. Defrontam-se, porém, com imensas dificuldades. Quando se fixam numa postura sectária, comprometidos com um discurso doutrinário, freqüentemente ficam isolados, com apoio popular insuficiente. E, quando adotam uma linha mais moderada e flexível, um discurso mais brando, impregnam-se de inocuidade "populista" e reduzem a dimensões melancólicas seu potencial como agentes transformadores.

Assim como o Estado, os sindicatos, os partidos e outras organizações da sociedade civil podem ter uma ação "alavancadora" fundamental, mas precisam ser também "alavancados" por movimentos baseados em outros pontos de apoio.

Nosso desafio é prático, histórico, político

É possível, portanto, que aquele determinado ponto de apoio pedido por Arquimedes não exista no quadro em que nos movemos. O nosso não é o desafio teórico com que se defrontava o notável físico da Antigüidade: é um desafio prático, histórico, político, que só poderemos enfrentar com alguma expectativa de êxito se contribuirmos para a mobilização de sujeitos plurais diversos que precisarão atuar como um conjunto heterogêneo de alavancas diferentes, contando com distintos pontos de apoio.

Como poderemos contribuir para a formação, a consolidação e o enriquecimento dessa nova consciência democrática pluralista?

De saída, nos damos conta de que o nosso não é o pluralismo da perspectiva liberal, que tende a acolher a diversidade desde que comprometida com a manutenção da estrutura social atual e com a preservação dos privilégios: o pluralismo democrático é o do difícil (mas decisivo) aproveitamento das contribuições de todas as forças e tendências presentes na massa amplamente majoritária dos não-privilegiados.

Trata-se, então, de saber ouvir e aprender a assimilar o que dizem sujeitos tão diversos como os representantes de culturas historicamente reprimidas, de etnias perseguidas, de todos os tipos de trabalhadores explorados, e também de saber ouvir e aprender a assimilar o que expressam os anseios dos jovens, as curiosidades e as fantasias das crianças, os protestos de todos os tipos de excluídos e discriminados, as memórias e as preocupações dos velhos, as aspirações das mulheres, as crenças mais sinceras dos religiosos, as expressões dos valores que resistem à tirania quantificadora do mercado, isto é, as manifestações de uma sensibilidade que repele a brutal redução pragmática de todas as coisas a mercadorias vendáveis (uma das causas da gravíssima crise ética contemporânea).

Se conseguirmos contribuir para a formação e o fortalecimento dessa consciência pluralista democrática, não passaremos a dispor nem de uma alavanca nem de um ponto de apoio arquimediano para realizar na prática a profunda transformação democratizadora de que as nossas sociedades estão precisando, no nosso continente. Mas passaremos a contar com uma fabulosa reserva de energias criadoras, que nos impulsionarão na busca de novos caminhos, mais eficientes, e nos fortalecerão enormemente nos combates que travaremos por uma causa mais irresistivelmente reconhecida como justa. ■

Sociedad civil y pluralismo democrático



"Denme un punto de apoyo y levantaré el mundo"
(Arquímedes)

Leandro Konder
Filósofo
Profesor del Departamento de Educación de la Pontificia Universidad Católica de Rio de Janeiro – Brasil

Una renovación de la teoria de la praxis social. Este es el punto de apoyo "arquimediano" que postula el filosofo Leandro Konder como estrategia viable para detonar en el seno de las sociedades latinoamericanas un movimiento transformador, dinamico, capaz de alterar el amenazador cuadro hegemónico actual de las políticas neoliberales, potencializando el papel crucial de las nuevas fuerzas emergentes de la sociedad civil y el pluralismo democrático.

Los demócratas, inquietos con la situación actual de las sociedades de América Latina, deseosos de transformarlas, indagan muchas veces: ¿cuál podría ser la palanca desencadenadora del movimiento transformador? ¿Cuál podría ser el punto de apoyo - como quería Arquímedes - que le permitiera modificar a esta palanca el estado de cosas actual, tan frustrante?

Esta indagación aún se puede desdoblar en otra: ¿existirán, realmente, una palanca determinada y un punto de apoyo determinado que, de hecho, permitan la realización del proceso de cambios esenciales?

Una observación del panorama, en las circunstancias en que nos encontramos, no nos proporciona elementos para una respuesta conclusiva, plenamente convincente.

João Ripper

El Estado, por ejemplo, es un instrumento sin duda muy poderoso - realmente imprescindible - para la promoción de transformaciones políticas y socio-económicas profundas. Por eso, tenemos buenas razones para repudiar las acciones de los neoliberales empeñados en desmontar y enflaquecer el aparato del Estado, con el objetivo de entregar cada vez más sectores de la vida social a la dinámica perversa del mercado, que tiende siempre a la concentración del capital y de la renta, con el agravamiento de las desigualdades sociales (los ricos siendo cada vez más ricos y los pobres cada vez más pobres).

Sin embargo, por imprescindible que sea la acción estatal, es imposible creer que el Estado, tal y como lo conocemos en nuestro continente, con todas sus deformaciones históricas seculares, pueda ser la palanca o el punto de apoyo de los cambios democratizadores que queremos.

El propio Estado necesita de reformas para poder realmente servirnos de él. Y, ¿cuál podría ser la palanca para la transformación del Estado? ¿Cuál podría ser el punto de apoyo arquimediano para la hipotética palanca?

Muchos responderán convencidos: la sociedad civil. El italiano Antonio Gramsci nos ayudó a reconocer las posibilidades de una mobilización del conjunto de las organizaciones que florecen al margen del Estado, a veces manteniendo con él relaciones tensas, capaces de influenciar la opinión pública y las decisiones políticas de los gobernantes.

No obstante, nos damos cuenta que la sociedad civil es bastante heterogénea. Los sindicatos y las organizaciones profesionales movilizan sus respectivas categorías en las justas reivindicaciones salariales, pero encuentran naturales dificultades para sensibilizar a sus asociados para las batallas políticas trabadas en el ámbito nacional, cuando tales batallas no son vistas como directamente concernientes a cada grupo.

Para superar la cristalización de una perspectiva meramente corporativa (siempre limitada, aunque sea legítima), los partidos políticos democráticos se esfuerzan por enlazar los combates sectoriales a la gran lucha por la hegemonía en el conjunto de la sociedad en cada país. Sin embargo, se encuentran con inmensas dificultades. Cuando adoptan una postura sectaria, atrapados en un discurso doctrinario, frecuentamente quedan aislados, con un apoyo popular insuficiente. Y, cuando adoptan una línea más moderada y flexible, un discurso más blando, se impregnan de inocuidad "populista" y reducen a dimensiones melancólicas su potencial como agentes transformadores.

De este modo, el Estado, los sindicatos, los partidos y otras organizaciones de la sociedad civil pueden tener una acción de apoyo fundamental, pero al mismo tiempo precisan ser también sustentados por movimientos con base en otros puntos de apoyo.

Nuestro desafío es práctico, histórico, político

Es posible, por lo tanto, que aquel punto concreto de apoyo pedido por Arquímedes no exista en el cuadro en que nos movemos. El nuestro no es el mismo desafío teórico con el que se enfrentaba el notable físico de la Antigüedad; es un desafío práctico, histórico, político, que sólo vamos a poder enfrentar con alguna expectativa de éxito si contribuimos a la movilización de sujetos plurales diversos que deberán actuar como un conjunto hetereogéneo de herramientas diferentes, contando con distintos tipos de apoyo.

¿Cómo podremos contribuir a la formación, consolidación y el enriquecimiento de esta nueva consciencia democrática pluralista?

Enseguida nos damos cuenta que el nuestro no es un pluralismo de perspectiva liberal, que tiende a acoger la diversidad siempre que se comprometa a mantener la estructura social actual y a preservar los privilegios: el pluralismo democrático es el del difícil (pero decisivo) aprovechamiento de las contribuciones de todas las fuerzas y tendencias presentes en la masa ampliamente mayoritaria de los no-privilegiados.

Se trata, entonces, de saber oir y aprender a asimilar lo que dicen sujetos tan diversos como los representantes de las culturas históricamente reprimidas, de etnias perseguidas, de todos los tipos de trabajadores explotados, y también de saber oir y aprender a asimilar lo que expresan las ansias de los jóvenes, las curiosidades y las fantasias de los niños, las protestas de todos los tipos de excluídos y discriminados, las memorias y las preocupaciones de los ancianos, las aspiraciones de las mujeres, las creencias más sinceras de los religiosos, las expresiones de los valores que resisten a la tiranía cuantificadora del mercado, esto es, a las manifestaciones de una sensibilidad que repele la brutal reducción pragmática de todas las cosas a mercancías vendibles (una de las causas de la gravísima crisis ética contemporánea).

Si conseguimos contribuir para el surgimiento y fortalecimiento de esta conciencia pluralista democrática, no pasaremos a disponer ni de una palanca ni de un punto de apoyo arquimediano para realizar la profunda transformación democratizadora que nuestras sociedades están precisando, en nuestro continente. Pero tendremos a nuestra disposición una fabulosa reserva de energías creadoras, que nos impulsarán en la búsqueda de nuevos caminos, más eficientes y nos fortalecerán enormemente en los combates que trabemos por una causa irresistiblemente reconocida como justa. ■



Signos de solidariedad

La participación popular en Bolívia

Arq. Luis F. Ramírez Velarde
Planificador urbano regional,
ex subsecretario
nacional de Participación
Popular en Bolivia

A experiência de participação popular desenvolvida a nível nacional na Bolívia, amparada pela Ley de Participación Popular que nos apresenta Luis Ramírez Velarde, é significativamente importante. Ela nos revela a força e o poder do "local" organizado, quando criadas as condições para viabiliza-lo. Assim, se apresenta também como um modelo de administração possível e que age contra as forças hegemônicas que dominam em escala planetária. Vale a pena conhecê-la!

Hasta hoy en día en el campo boliviano han persistido los "ayllus" o la organización comunal de una u otra manera y ante la indiferencia de los gobiernos, este espíritu solidario ha sido el motor de todas las obras realizadas en el campo a través de la ayuda mutua y el esfuerzo propio. Construcción de escuelas, postas sanitarias, obras de riego o caminos no hubieran sido posibles sin la decisión de estas comunidades organizadas.

Contrasta fuertemente este espíritu con la pérdida de valores en nuestro mundo actual, donde se ensalzan los esfuerzos individualistas y la lucha competitiva para levantarse por encima de los demás, con el resultado de unos cuantos que tienen todo y los muchos que apenas les alcanza para sobrevivir, todo esto cobijado por el Modelo Globalizador que se nos viene imponiendo.

El derecho a vivir con dignidad, a la organización social, a la solidaridad, son derechos innatos en el hombre que se deben respetar.

En este marco podemos concebir el proceso de participación popular que se vive en Bolivia, como una respuesta ante la pobreza de más del 70 % de nuestra población en general y del 94 % en nuestras áreas rurales. Donde la población, marginada de los servicios básicos y caracterizada por un crónico subempleo e ínfimos ingresos, no tenía la oportunidad de hacer escuchar sus reclamos o propuestas en la estructuración de las políticas del desarrollo.

A esto, además, se debe añadir

João Ripper

la aguda debilidad del órgano público más cercano a la población, el municipio, que en Bolivia sólo existía, en realidad, en las principales ciudades del país y con un cerrado concepto urbano. Donde fuera de estos puntos regados en el territorio, el resto de la población no formaba parte del 90% de los ingresos de coparticipación municipal del país que se concentraba en las 10 principales ciudades, dejando sin un centavo al resto de los pueblos y municipios menores.

Ante esta situación, ante las constantes demandas de los sectores marginados y ante ricas experiencias participativas de algunas ONGs en proyectos específicos de desarrollo comunal o de contados municipios con proyectos participativos, finalmente, en la gestión de Gobierno del presidente Sánchez de Lozada (1993 – 1997), se intentó una respuesta que remeció las estructuras de gobierno para acercarlas al pueblo.

Se trata de la Ley de Participación Popular, dictada en abril de 1994, que institucionalizaba el proceso participativo en todo el país, no sólo reconociendo el derecho de todo ciudadano a participar en el desarrollo nacional, sino especificando claramente que los grupos populares organizados y anteriormente marginados y olvidados, son los principales actores de la participación popular y junto con ellos el municipio reconceptualizado es el órgano público más próximo a la población y por tanto también actor importante de este proceso.

La Ley de Participación Popular institucionalizaba el proceso participativo en todo el país, reconociendo en los grupos populares - anteriormente marginados y olvidados- los principales actores de la participación popular.

Se reconoce con esta ley automáticamente la personería jurídica de las organizaciones territoriales de base – la organización originaria, la organización comunal del campo y la organización vecinal en las ciudades – tal cual existe y organizada según su tradición, usos y costumbres, y se les concede el derecho a priorizar los proyectos en sus comunidades, lo que equivale a iniciar un proceso de planificación participativa en forma sistemática y obligatoria en todos los municipios. Además se crean los Comités de Vigilancia con representantes elegidos por estas organizaciones para constituirse en cada municipio con el fin de articular a las organizaciones de base con su gobierno local y ejercer un estricto control social sobre el gobierno municipal. Es tanto su poder que de no estarse cumpliendo la ley en un municipio o de no ejecutarse adecuadamente los planes de desarrollo participativos, el Comité de Vigilancia puede sentar una denuncia que de no ser atendida puede culminar con el congelamiento del presupuesto municipal hasta que se corrijan los errores denunciados.

El mismo municipio es totalmente reconceptualizado, concibiéndoselo ahora en su dimensión territorial más amplia y a cargo del desarrollo urbano y rural, equitativamente. Así el territorio nacional, ahora sí, se subdivide en municipios cubriendo todo el país. Además se asigna el 20% de todos los ingresos del país como fondos de coparticipación municipal a



João Ripper



distribuirse en forma equitativa, de acuerdo a la población de cada municipio.

Desde 1994, entonces, es que gradualmente la población se ha venido adueñando de esta medida. Ya se han inscrito más de 14000 organizaciones comunitarias en todo el país y éstas participan activamente en la formulación de sus planes de desarrollo y en el control de su aplicación. Los 311 municipios existentes reciben desde entonces diariamente su coparticipación directamente, a medida que se abonan los ingresos correspondientes en el tesoro nacional y además cuentan con ingresos propios específicos y la posibilidad de acudir a fondos nacionales y regionales para incrementar sus posibilidades de inversión. No hay rincón en el país que no haya iniciado una serie de proyectos y obras en lugares donde jamás había llegado el desarrollo. Una clara prueba del éxito de esta medida, es que por primera vez en la historia de Bolivia, después de las primeras elecciones municipales bajo este régimen, casi una tercera parte de los concejales municipales provienen de las filas o dirigencias de organizaciones indígenas o campesinas de base; ya no son alcaldes solamente los ciudadanos de saco y corbata de las ciudades!

Junto con los grupos populares, el municipio reconceptualizado es el órgano público más próximo a la población, constituyéndose en actor importante de este proceso.

Desde luego que la medida no es perfecta y adolece de múltiples problemas, pero los mismos son superables en la medida que se vaya ejercitando el derecho a la participación popular. Los principales reclamos tienen que ver con las altas posibilidades de politizar este proceso o manipular su desarrollo con fines partidarios, lo que ha sucedido ya en algunos lugares; se dice también que es un

João Ripper

proceso que atomiza la participación al nivel local y pierde de vista los grandes intereses nacionales, que si bien puede ser cierto en una primera etapa, creemos que puede considerarse como un primer paso a perfeccionar para luego dar los siguientes pasos hacia una plena participación a nivel regional y nacional. La respuesta está en la consolidación de las organizaciones de base, en su toma de conciencia y en su capacitación, lo que hará más difícil su manipulación y asegurará un verdadero control de las organizaciones por la comunidad entera.

El cambio de gobierno el año pasado ha representado un desinterés de las nuevas autoridades por esta medida y poco apoyo a la consolidación de estas organizaciones y a la capacitación y asesoría hacia los nuevos municipios que recién comienzan a caminar. Ante los posibles peligros que esto significa para un proceso joven, sostenemos que ha llegado la hora de la responsabilidad de la sociedad civil en el apoyo a estas medidas. Corresponde a ONGs, Universidades y a la propia Iglesia en sus actividades de promoción social, el prestar estos servicios de asistencia técnica, capacitación y respaldo a las organizaciones locales o de incorporación de sus miembros a estas organizaciones, para seguir perfeccionando este proceso de solidaridad en el pueblo, este desarrollo de una democracia participativa a la par de la democracia representativa formal de nuestras estructuras políticas.

Este ejemplo boliviano ha trascendido sus fronteras. Se han reclamado explicaciones sobre este proceso en seminarios, talleres o grandes reuniones internacionales y se han visitado todos los países de nuestra América dandolo a conocer. En muchos países también se ven prácticas exitosas en este campo y nos toca compartir e intercambiar experiencias para mejorar cada vez más su aplicación. Y los cristianos, como militantes de la solidaridad, tenemos un importante papel en este proceso.

Cochabamba, agosto de 1998

A EXPERIÊNCIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTO ALEGRE/RS - BRASIL

Textos extraídos do livro Orçamento Participativo – Reflexões sobre a Experiência de Porto Alegre, de Luciano Fedozzi, Tomo Editorial Ltda e Fase, Rio de Janeiro, 1997.

"O Orçamento Participativo promovido pela prefeitura Municipal de Porto Alegre é uma modalidade de gestão pública baseada na participação direta da população nas diversas fases que compõem a elaboração e a execução do orçamento público municipal, especialmente na indicação das prioridades para a alocação de recursos de investimentos.

Instituído em 1989 pela Frente Popular e ora consolidado numa dinâmica operacional específica, essa modalidade de gestão é resultante de um complexo cenário sócio-político local e da interação de múltiplas variáveis intervenientes e entre os governantes do Município (Executivo e Legislativo) e a população local, especialmente os atores dos chamados movimentos comunitários de Porto Alegre".

Luciano Fedozzi
Sociólogo

"O Orçamento Participativo em Porto Alegre é um ensaio concreto de reforma do estado atual. Combina a democracia direta, de participação voluntária, com a representação política, permitido que se constituam, de maneira pactuada, políticas públicas inspiradas nas necessidades das classes populares".

Tarso Genro
Prefeito de Porto Alegre de 1993 a 1996

"Discutir o orçamento público de forma aberta e séria é reivindicação antiga dos movimentos sociais que há décadas se batem por moradia, saneamento básico, educação, saúde, lazer e cultura dignos para todos. Portanto, a discussão da receita e da despesa pública no Orçamento Participativo acaba sendo um debate e uma disputa, em campo aberto, sobre a renda da cidade, sua geração, apropriação e distribuição e o papel do governo, o chamado poder público, nessa questão. O momento é apropriado para esse debate também porque a onda neoliberal prega e pratica o estilhaçamento das vontades e o retalhamento do Estado, segundo os interesses privados que mais "competentemente" incidiram sobre ele. Entre o estado antigo das oligarquias, pesado, ineficiente e injusto para com a maioria, e o estado neoliberal insensível à desgraça de milhões, eficiente para poucos e irresponsável socialmente, o Orçamento Participativo é uma luz, ainda que tênue a iluminar outro caminho. O reforço da cidadania, a construção e/ou oxigenação de espaços não formais e auto-regulados de formulação e deliberação política, a apropriação coletiva da res pública, o casamento da democracia representativa com a democracia direta, a solidariedade e a consciência protagônica, o controle do governo e dos governantes são elementos latentes no Orçamento Participativo que apontam para avanços impostergáveis na desprivatização do Estado e na democratização radical da sociedade".

Olívio Dutra
Prefeito de Porto Alegre de 1989 a 1992
Governador eleito para 1999 a 2002

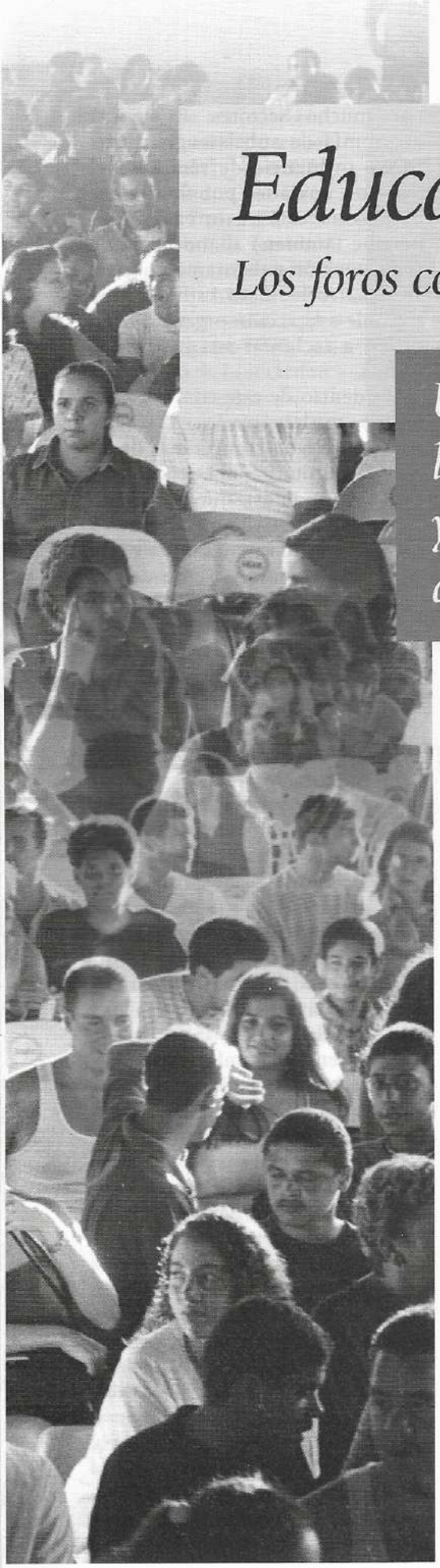
EDUCACION/EDUCAÇÃO



Educación y democracia

Los foros comunitarios

Un espacio para la participación y la construcción de propuestas



Fotomont. sobre foto/João Ripper

Mais do que uma proposta de trabalho, os Foros Comunitários são exemplos vivos do poder de revolta, mobilização e proposição das organizações comunitárias de bairro em Santo Domingo.

Modelo de desenvolvimento de uma cultura democrática, com muitas virtudes e ainda um longo percurso pela frente, estes Foros nos levam a acreditar no presente e no futuro, a pensar, como o poeta catalão: "Caminante no hay camino, se hace camino al andar...".

"Antes creía que era suficiente para mí con atender a mi familia, preocuparme de sus cosas y ayudar a mis vecinas. Desde que estoy en el grupo, mi mundo se ha ampliado. Ahora me interesa todo lo que pasa en el país, digo mi opinión en las reuniones y trabajamos juntos para resolver algunos problemas del vecindario." (Testimonio de una participante del foro comunitario de Santo Domingo)

Josefina Espaillat
Centro Poveda

PRESENTACIÓN

Desde 1985 el Centro Poveda ha impulsado una propuesta educativa que propicia relaciones democráticas como estilo de vida y de aprendizajes marcados por la participación de tod@s que interactuan en la práctica educativa. De esta manera y desde el ámbito de lo educativo, se viene aportando a los procesos de transformación social que vive nuestro país. La propuesta desarrolla tres ejes básicos: la construcción de sujetos (fortaleciendo la autoestima, la identidad, la capacidad propositiva y la posibilidad de articularse en proyectos), la construcción colectiva de conocimiento (a partir de la realidad y a través de un diálogo de saberes que capacita para una comprensión nueva y crí-

tica de la sociedad en la que vivimos y a la vez para transformarla) y la gestión y organización de relaciones y espacios desde una perspectiva democrática y participativa.

Es dentro de este marco y uniendo esfuerzos con instituciones dominicanas como el Centro de Estudios Sociales Padre Juan Montalvo, el Comité para la Defensa de los Derechos Barriales (COPADEBA), el Centro Dominicano de Investigación y Asesorías Legales (CEDAIL) y el Centro de Promoción Audiovisual (CEPA) que se está desarrollando el Proyecto Sociedad Civil, Educación y Democracia, cuyo propósito fundamental es fortalecer la relación escuela-comunidad.

Las acciones de este proyecto están orientadas a incentivar desde la práctica, los valores de participación, la búsqueda de consensos, la reflexión crítica y el fortalecimiento de la capacidad propositiva de manera que se institucionalicen, al interior de los grupos e instancias, procesos participativos y mecanismos democráticos permanentes que fomenten el desarrollo de una cultura democrática.

Es desde esta perspectiva que se implementan acciones de formación, de investigación, de organización y comunicación tendientes a fortalecer estas dimensiones en los sujetos e instituciones participantes. Dentro de este proceso, los foros comunitarios se convierten en un espacio de confluencia de los intereses intersectoriales para el desarrollo local y por su concepción y la metodología que aplican, en un lugar privilegiado de experiencia, de reflexión, profundización, creación de consenso y búsqueda conjunta de soluciones a problemas comunitarios.

Durante los meses de octubre de 1997 hasta febrero 1998, escuelas, organizaciones e instituciones de los municipios de Jimaní y la Vega y de las Zonas Norte y Oeste del Distrito Nacional participaron activamente en la preparación y realización de tres foros comunitarios:

"Por el Derecho a la Vida", "Familia y Calidad de Vida" y "La Educación ante la Violencia". En este artículo pretendemos relevar la importancia de los mismos como espacios de participación y de construcción colectiva.

Los Foros Comunitarios reconocen a los pobladores/as como los principales sujetos del proceso, identificando problemas y buscando soluciones en conjunto.

CONTEXTO Y TEMA DE LOS FOROS COMUNITARIOS

La población vinculada a la preparación y realización de los foros comunitarios pertenece en su mayoría al medio urbano y semiurbano y en menor proporción al medio rural. Son maestr@s, estudiantes, madres/padres, representantes de asociaciones comunitarias, barriales y de comunidades eclesiales de base, entre otr@s, de los municipios de Jimaní y la Vega y la Zona Norte y Oeste de Santo Domingo.

En Jimaní, la cercanía de la frontera marca especialmente a esta población. El contrabando de artículos de primera necesidad (alimentos, gasolina, ropas, etc.) constituye un "modus vivendi" para muchos sectores. Existe una economía de subsistencia y una fuerte influencia de remesas del exterior, enviadas por familiares. Esta zona está realmente (y se percibe también) abandonada de toda atención gubernamental para su desarrollo. Esto la hace muy sensible a la acción organizada en orden a reclamar sus justos derechos.

Es dentro de este contexto que las/os multiplicadores/as del proyecto eligen como tema de su foro comunitario "El Derecho a la Vida". Afirman así, que el mismo constituye el derecho fundamental por excelencia y fuente de los derechos civiles, políticos, económicos y culturales: "Los intereses socioeconómicos de ciertos grupos relativizan la vida de los otros y muchas personas son marginadas, vejadas, torturadas y desaparecidas. La explotación irracional de los recursos naturales, las condiciones rudimentarias en que se mueve la industria en nuestros países y el afán desmedido de ciertos grupos sociales están ocasionando la aniquilación de la flora y la fauna; definitivamente, atentar contra la naturaleza es atentar contra la vida humana... La defensa del derecho a la vida nos incluye a tod@s. Cada persona que habita este planeta, cada uno de nosotr@s tiene algo que hacer por la vida." (Saludo a la vida, Jimaní, 23 de noviembre, 1997).

En Santo Domingo nos ubicamos en los barrios marginados de la Zona Norte (Gualey, Guachupita, la Ciénaga, Cristo Rey y Sabana Perdida) y Oeste (Los Alcarrizos y Herrera/Las Palmas). Zonas densamente pobladas con escasez y mal funcionamiento de los servicios públicos y carencias económicas fuertes, con abundante presencia del sector informal, alto nivel de subempleo y desempleo. Am-

plias capas de la población en edad de escolaridad sin atención; bajos niveles de aprovechamiento escolar; fuertes indices de repitencia y deserción escolar. También se observa un cambio acelerado en los patrones culturales producto de la constante migración clandestina hacia USA y un incremento acelerado de la violencia.

La violencia es un desafío para toda la sociedad dominicana y se hace especialmente acuciante en los contextos de marginalización y exclusión que son ya en sí una violencia. En nuestra sociedad encontramos rasgos muy marcados de una cultura autoritaria en donde muchas personas intentan resolver los problemas por vía del decreto, de la imposición y la fuerza. Está presente en las organizaciones, en la iglesia, en la escuela, en la familia, en los partidos políticos y en los funcionarios públicos.

"La Educación ante la Violencia", tema del foro comunitario en Santo Domingo, revela una pregunta y un deseo. ¿Puede la educación contribuir a la superación de la violencia? Queremos que la educación aporte luz, proponga caminos para la superación de la violencia. Queremos una educación que nos ayude a comprender el contexto de violencia institucionalizada y de exclusión permanente en que vivimos y contribuya de manera significativa en la formación de ciudadan@s que defiendan la vida y sean sujetos democratizadores de la cotidianidad y del espacio público. Es urgente desarrollar una cultura del diálogo y la paz desde instancias como la familia, la escuela, los partidos políticos y el gobierno.

La población vinculada al foro comunitario de La Vega pertenece a los barrios del municipio y a zonas rurales de "La Loma" (Guaiguí, Guarey y Guanábano), con problemas similares a los anteriores. El foro comunitario centró su atención en las repercusiones que la crisis socio-económica está teniendo en el grupo familiar. Como el desempleo de muchos padres/madres, el trabajo en condiciones inhumanas de muchas mujeres en las zonas francas, la migración de un significativo número de madres y en muchos casos de los padres también en busca de mejores condiciones de vida, la incorporación de menores al trabajo, etc., están afectando a la familia.

El foro comunitario de la Vega, que trabajó el tema "Familia y Calidad de Vida", se preguntó. ¿Qué condiciones posibilitan una mejor calidad de vida para la familia? ¿Qué conjunto de políticas sociales, en el ámbito de la educación, de la producción, de la salud, entre otros, son necesarias implementar para asegurar una mejor calidad de vida para las familias dominicanas?

LOS FOROS COMUNITARIOS: una metodología de participación y construcción colectiva

Quizás conviene señalar que en el proyecto Sociedad Civil, Educación y Democracia estamos impulsando una nueva concepción del espacio "foro". Hasta ahora, en el país se han desarrollado foros donde los especialistas tienen el papel principal, plantean el problema y presentan los escenarios y las posibles alternativas de solución. L@s asistente, adoptan una actitud pasiva de escuchar, a lo más, entrar en algunos debates. En algunos casos se forman grupos de trabajo que al finalizar el evento presentan sus conclusiones.

Los foros comunitarios promovidos por el Centro Poveda han seguido otro camino. El de reconocer a l@s pobladores/as como actores y sujetos insustituibles y principales del proceso. Asesores y actores se unen para concebir su realización en un rico proceso de reflexión de los grupos, escuelas y organizaciones comunitarias sobre su realidad, para identificar "problemas" relevantes que juntos quieren profundizar para su mejor comprensión y búsqueda de propuestas de solución

Cada región, una vez elegido su tema, elaboró unas pautas de reflexión que fueron trabajadas en escuelas y organizaciones durante dos meses. Se realizaron mini foros para ir llegando a consensos sobre puntos claves de las pautas como:

- elementos o causas fundamentales que generan el problema;
- acciones o experiencias que había realizado la comunidad, escuela, grupo para enfrentar el problema;
- acciones y/o estrategias prioritarias a emprender para contribuir a la solución o superación del problema;
- identificación de las instituciones, organizaciones y personas con responsabilidad en el problema y con quienes se debía contar;

A manera de ejemplo presentamos el esquema que siguió Jimaní.

Las organizaciones y escuelas de cada región, como indicaba la carta de convocatoria, prepararon de manera visible, en papelógrafos y/o cartulina sus reflexiones y propuestas sobre los puntos de la pauta. Con este nivel de reflexión y profundización llegamos a la realización de los foros comunitarios.

El evento como tal, se desarrolló en varios momentos. El primero consistió en la presentación de los barrios, comunidades e instituciones participantes en el foro comunitario y en la visualización de todas las reflexiones y aportaciones preparadas por los centros educativos, organizaciones y grupos. Tod@s las personas tuvieron la oportunidad de conocer lo que las demás pensaban y proponían con respecto al tema central, al poder leer los papelógrafos que adornaban las paredes de nuestro foro.

Para el segundo momento, en cada región, se contó con el apoyo

de un facilitador, que con una intervención de unos 20 a 30 minutos, ayudó a la profundización e iluminación del tema central del foro en línea prospectiva.

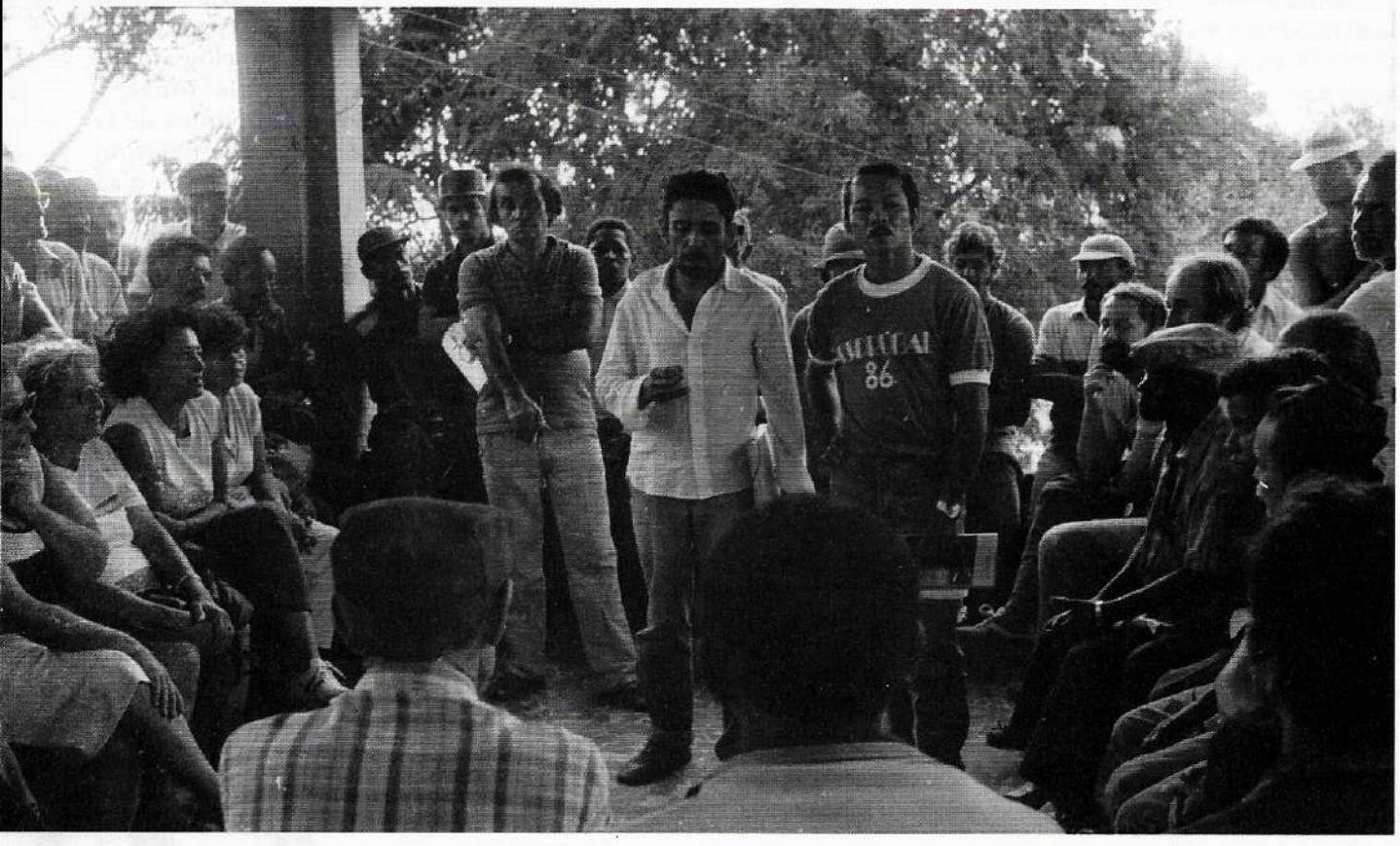
Después de un rico intercambio de preguntas y aclaraciones entre l@s participantes y los expositores pasamos al tercer y último momento del foro comunitario. En grupos de trabajo se priorizaron las principales acciones a emprender para la superación del problema y la identificación de las instituciones, organizaciones y autoridades locales con las que se debía contar. Luego de la la presentación de los trabajos de grupo, se dió la oportunidad a las autoridades y representantes de instituciones gubernamentales para que se expresaran.

A continuación presentamos las principales propuestas, aportadas por los grupos de trabajo del Foro Comunitario " La Educación ante la Violencia":

- *Unificación de criterios y esfuerzo conjunto en la comunidad para superar el problema de la violencia.*
- *Creación de comités de trabajo contra la violencia con integrantes de las distintas organizaciones del barrio.*
- *Demanda a las autoridades gubernamentales y municipales de mejor atención a los servicios básicos y respeto al derecho de l@s ciudadan@s.*
- *Educación en valores en los distintos ámbitos en que vivimos y trabajamos. Fortalecimiento de la formación de ciudadan@s en las organizaciones y escuelas.*
- *Estímulo a comunidades educativas para que integren a los padres y madres, estudiantes, educadores/as y a personas interesadas de la comunidad, en un diálogo permanente y a una acción en pro de una educación de calidad para tod@s.*
- *Control de los medios de comunicación para que no generen más violencia*
- *Creación de escuelas laborales y guarderías infantiles.*
- *Mejora de los salarios de l@s mestr@s de la educación básica y de los emplead@s de los niveles más bajos.*

En su conjunto las aportaciones y reflexiones sobre los temas centrales del foro comunitario evidencian qué condicionamientos de orden socioeconómico, cultural y político están en la base de problemas como derecho a la vida, violencia y calidad de vida. Y que, por tanto, mejoras en las fuentes de empleo, en los salarios, en la oferta de servicios básicos y en una educación de calidad para tod@s que enfatice un enfoque en valores, pueden suponer una contribución significativa para la superación de estos problemas.

Asimismo los aportes indican que las personas, grupos y comunidades afectadas están dispuest@s a participar en el proceso asumiendo responsabilidades y en este sentido reconocen la necesidad de coordinar esfuerzos y acciones entre las organizaciones comunitarias y barriales para evitar duplicidad y tener un mayor impacto. Reconocen la necesidad de concertación



João Ripper

entre ellas y con las instituciones gubernamentales con competencia, en los problemas y soluciones identificad@s.

Maestros/as, estudiantes, madres/padres, represenantes de asociaciones comunitarias, barriales y de comunidades eclesiales de base de Santo Domingo y de los municipios de Jamaní y la Veja son los sujetos que preparan y realizan los foros.

BALANCE CRÍTICO DE LOS FOROS COMUNITARIOS

Fortalezas

- Estimulan y movilizan a las organizaciones, escuelas y grupos comunitarios a reflexionar sobre la propia realidad.
- Promueven la capacidad pro activa y propositiva de las personas, grupos y organizaciones ante los problemas identificados en su realidad.
- Propician la coordinación de esfuerzos y acciones al interior de los centros educativos y organizaciones y de éstos con la comunidad.
- Favorecen actitudes y un clima de respeto, diálogo, reflexión y discusión en el plano de igualdad; elementos todos ellos que propician relaciones democráticas y una cultura democrática.
- Centran su atención en los actores y actrices que padecen los problemas y los consideran sujetos con capacidad de proponer y concertar con otras instancias con poder de decisión.
- La metodología empleada favorece la identificación de problemas, la priorización de los mismos y permite además la apropiación de procedimientos de creación de consensos a diferentes niveles: escuelas, grupos, organizaciones, comunidades y barrios.
- Sirven de referentes en la elaboración de planes de desarrollo comunitario.
- Fue reconocido por las autoridades y representantes gubernamentales que participaron como espacio de "protesta con propuestas". Saludaron la iniciativa como contribución positiva a las relaciones entre la sociedad civil y el estado.
- Presencia de autoridades locales y representantes de instituciones gubernamentales fue significativa en los foros comunitarios de La Vega y Jimaní.
- En Jimaní y La Vega se lograron algunas respuestas de las autoridades a las demandas planteadas.

Debilidades

- Crearon muchas expectativas en relación a la presencia de las autoridades locales y representantes gubernamentales que no siempre fue posible alcanzar, lo que origina frustración en personas y grupos.
- En la preparación no se previó una estructura de seguimiento al foro comunitario conformada fundamentalmente por representantes de las organizaciones y centros educativos participantes.
- En Jimaní, representantes políticos ven las actividades del foro como contraparte a sus gestiones.
- Débil presencia de autoridades locales y representantes de instituciones gubernamentales en el foro de Santo Domingo.

En general, los foros muestran que la sociedad dominicana vive un momento propicio, especialmente en los grupos socialmente menos favorecidos, para tomar parte e impulsar procesos de descentralización que reconozcan su autonomía, sus voces, su lógica y su identidad comunitaria.

Los foros comunitarios crearon un espacio para que pobladores de un mismo entorno se juntaran en lo que puede calificarse como un encuentro interbarrial, intercomunitario. Fueron l@s representantes de Juntas de Vecinos, Comunidades Eclesiales de Base, Clubes de Amas de Casa, Asociaciones de Agricultores y Comunidades Educativas quienes expusieron con claridad objetiva los males que padecen y las causas mediatas e inmediatas de sus padecimientos. También tuvieron la oportunidad de descubrir juntos las fuerzas con las que pueden contar para buscar salidas y las fuerzas con las que no pueden contar.

Fue ocasión para hacer planteamientos reivindicativos claros y precisos y para dejarse sentir como sujetos de una sociedad civil que emerge significativamente, necesita su lugar y reclama su derecho a ser tomada en cuenta: "a las autoridades hay que hacerséles sentir que existimos y que tenemos una palabra que decir y un esfuerzo articulado que aportar en la gestión municipal" (testimonio de un participante en el foro de La Veja) . ■



Escola cidadã

Uma disputa pela qualidade social

Edith I. S. Frigotto
Professora da Faculdade de Educação da UFF
Doutoranda da PUC-Rio

Contrariando la perspectiva dominante en el escenario educacional, donde impera la lógica de mercado y el inmovilismo político, el proyecto de la Escuela Ciudadana de la ciudad de Porto Alegre (Brasil) que presentamos a seguir, constituye un vivo ejemplo de que es posible construir una escuela para todos/as, democrática y participativa, cuando existe voluntad política y colaboración comunitaria.

A realidade educacional brasileira não tem sido um cartão-postal para o nosso país em virtude dos altos índices de evasão e repetência mostrados em todos os levantamentos quantitativos. Por outro lado, muitos municípios e alguns estados têm se empenhado na busca de solução desse problema através de ações político-educacionais que possam reverter a atual situação. Neste contexto destaca-se o projeto Escola Cidadã do município de Porto Alegre, tanto por sua característica de prioridade política, quanto pela forma como está sendo construído.

A GÊNESE DO PROJETO

Embora o projeto Escola Cidadã tenha se iniciado em 1994, com a segunda Administração popular do governo do Partido dos Trabalhadores – principal partido de oposição hoje no Brasil e que está no governo municipal de Porto Alegre - RS, desde 1989 –, ele pode ser considerado uma continuidade da gestão anterior à medida que incorpora algumas de suas ações, tais como a ampliação de vagas para acolher as crianças e adolescentes que se encontravam fora da faixa etária para o ingresso na 1ª série e o desafio seguinte de fazê-las permanecer na escola. Este segundo passo marcou aquela proposta educacional de Porto Alegre pela ênfase nas teorias de conhecimento da vertente construtivista.

A partir de 1993, a construção do projeto Escola Cidadã se caracterizava pelos processos de demo-

João Ripper

cratização da escola nas suas diferentes esferas, objetivando a promoção e a formação da cidadania. A busca por parte da Secretaria Municipal de Educação (SMED) da co-autoria da comunidade na construção de uma escola democrática e de qualidade que incluísse a população gerou a criação dos Conselhos Escolares e modificações no processo de eleição de diretores visando a paridade entre os segmentos.

A crença de que só um projeto resultante de uma construção coletiva, encaminhada através de processos participativos levou a equipe central a propor uma ampla discussão com os segmentos da escola sobre os princípios norteadores de uma nova escola transformadora e libertadora. Essa proposta concretizou-se no projeto Constituinte Escolar, coordenado pelos Conselhos Escolares.

A CONSTITUINTE ESCOLAR

A primeira fase desse projeto foi a discussão organizada em cada escola da rede, segundo seus próprios critérios, sobre os temas: a escola que temos; a escola que queremos; e como chegar a escola que queremos. Essa discussão propiciou uma avaliação da escola e de seus agentes de forma que se organizasse um diagnóstico da atuação da escola na sociedade atual e de suas estratégias de enfrentamento dos problemas mais recorrentes.

A reflexão pelo coletivo da comunidade escolar sobre as concepções de Escola, Currículo e Conhecimento resultou na segunda fase do projeto da Constituinte Escolar que objetivava a formulação dos princípios norteadores da Escola Cidadã que pudessem operar profundas modificações na estrutura da escola com vistas à superação dos mecanismos de exclusão das classes populares. A preparação do Congresso Constituinte deu-se a partir da formação de 4 grupos temáticos em cada escola em torno dos temas: gestão da escola, organização curricular, avaliação e princípios de convivência. O produto de cada unidade constituiu-se na base de referência para a realização de Encontros Regionais, com vistas a sistematização das discussões e a elaboração das propostas para o evento.O Congresso Constituinte realizou-se com a participação de delegados de cada unidade escolar e de representantes da SMED. Embora todos tenham tido direito à voz, a equipe central não teve direito a voto. Foram elaborados e votados 94 princípios, divididos nas temáticas acima apontadas. Esses princípios formaram os parâmetros para a construção de novos Regimentos Escolares que representassem relações democráticas na organização da escola e para a reorganização curricular baseada, a partir de então, na interdisciplinaridade.

Uma primeira fase: discutir a escola que se tem, a escola que se quer e os caminhos para chegar à escola que se quer

O CURRÍCULO EM QUESTÃO

A forte crítica ao conhecimento fragmentado e desvinculado de outros saberes culturais, construída nos princípios, gerou um movimento de repensar a questão curricular que deveria ter como ponto de partida a realidade de cada comunidade escolar, sem, no entanto, cair num espontaneísmo, mas buscando uma nova atitude através da inter-relação entre as disciplinas. A reflexão sobre o currículo passa pela compreensão de que ele pode funcionar como veículo de concepções e, portanto, revelador de intenções, seja no sentido de preservar como de problematizar as relações de dominação das diferentes esferas de poder, através da seleção, organização e divulgação de determinados significados sócio-culturais, tanto epistemológicos, quanto valorativos e normativos. A concepção de que o currículo pode ser construído coletivamente, baseado na diversidade de saberes culturais, que devem ser valorizados, mas também questionados, configura-o como revelador do compromisso com os sujeitos e com a história. Essa nova percepção provocou nos professores o desejo de repensar a organização curricular em função de um projeto social explicitado por todos os agentes e não mais uma definição/sistematização externa que deva ser executada pela escola. É nesse sentido que as contradições e os conflitos deixam de ser anomalias para serem incluídos como parte do processo.

A ORGANIZAÇÃO EM CICLOS DE FORMAÇÃO

Essa visão processual de currículo, pressupondo um movimento dialético de ação-reflexão-ação vem acompanhada de uma proposta de reestruturação da rede na organização dos tempos-espaços escolares. Segundo os textos da SMED, só uma reestruturação da escola poderá dar conta da superação dos mecanismos que historicamente excluem uma parcela da população do acesso ao conhecimento historicamente construído. Assim a reorga-

nização em 3 Ciclos de Formação (de 3 anos cada), atingiria todo o ensino fundamental, aumentando-o para 9 anos. As justificativas para a organização em ciclo são colocadas basicamente em função do respeito ao ritmo, ao tempo e às experiências de cada educando, e às possibilidades de organização coletiva e interdisciplinar da escola. Os ciclos flexibilizam a seriação, permitindo um reagrupamento dos alunos em função de interesses comuns e da adequação idade/escolaridade. Essa adequação deverá ser feita paulatinamente, através das Turmas de Progressão, onde os alunos podem avançar para o ciclo seguinte a qualquer momento, desde que tenham condições de acompanhar seus colegas de ciclo. Essa passagem se dá através de avaliação que pode ser simples ou uma avaliação especializada que indique

João Ripper



um plano de apoio didático-pedagógico que acompanhará o aluno. A idéia dos ciclos e das turmas de progressão é de envolver toda a comunidade educativa na busca do sucesso do aluno, através da produção de novas modalidades de ações e estratégias compartilhadas que visem a inversão da lógica da exclusão e do insucesso.



COMPLEXOS TEMÁTICOS

Outro ítem que caracteriza o projeto político-pedagógico da Escola Cidadã é o desenho curricular, organizado a partir de Complexos Temáticos, na tentativa de superação da dicotomia teória/prática na construção do conhecimento. Os Complexos Temáticos são elaborados, em princípio, no início de cada Ciclo de Formação, ou de cada ano do Ciclo. O primeiro passo é a pesquisa sócio-antropológica realizada pelos professores na comunidade, através de entrevistas, diários de campo e encontros de discussão. O resultado dessa pesquisa é discutido pela equipe de professores para definir o eixo do trabalho pedagógico de forma a selecionar os conceitos das diferentes áreas que possam produzir uma compreensão dos fenômenos naturais e sociais que afetam a comunidade, partindo sempre do universo cultural dos alunos em direção a um conhecimento mais universal. Vários conceitos podem se repetir em novos complexos temáticos, compondo assim um campo conceitual.

A elaboração dos Complexos Temáticos como uma das possibilidades de organização do trabalho escolar tem sido um caminho produtivo de concretização da interdisciplinariedade, dado que só o conjunto dos professores pode definir os conceitos a serem trabalhados e as estratégias possíveis. A disputa que normalmente acontece em relação ao espaço/tempo de certas disciplinas acaba propiciando uma atualização entre os professores, à medida que cada um tem que argumentar a importância de certos conteúdos de suas disciplinas para melhor explicar as situações-problema colocadas pelo tema-eixo daquele desenho.

O PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Aliados a toda essa nova reorientação estão os processos avaliativos que acompanham os ciclos. Considerada sempre o assunto mais polêmico, a avaliação é motivo de resistência à reestruturação das escolas em ciclos. Até o momento, das 42 escolas de ensino fundamental, apenas 29 são "cicladas". O pressuposto de que na estruturação por ciclos o aluno "tem que aprender" supõe um compromisso maior do professor no sentido de que não basta ensinar a todos da mesma maneira, é preciso atender as necessidades específicas dos alunos que "ainda não aprenderam aquilo que foi ensinado". Isto provoca diferentes reações em função da não-reprovação durante o ciclo. Estes e outros elementos importantes, como a sistemática de atualização dos professores, a inclusão da um coordenador cultural na equipe diretiva, os orçamentos participativos das escolas, a relação escola/comunidade, etc. não enfocados neste texto, compõem o projeto Escola Cidadã.

No contexto atual de disputa por projetos educacionais que produzam determinados significados sócio-culturais em prol de um projeto político de sociedade, a Escola Cidadã se destaca no sentido de buscar garantir a formação de sujeitos sociais que valorizem a democracia, a participação nas orientações sociais e o exercício pleno da cidadania na contramão do contexto atual de adesão à lógica do mercado, como critério único de inserção dos sujeitos na vida social. ■



João Ripper

Pueblos indígenas:
identidad, participación y democracia

Ismael Vega Diaz
Manuel Cornejo Chaparro
Centro Amazónico
de Antropología y Aplicación
Práctica (CAAAP) - Perú

Os povos indígenas da Amazônia peruana propõem novas formas de entender a identidade étnica, já não simplesmente como um conjunto de conteúdos culturais invariáveis, mas em constante mudança, a partir do trabalho político-participativo que na atualidade estão desenvolvendo. Fique por dentro!

Tradicionalmente, la identidad étnica se ha entendido como un conjunto de rasgos o contenidos culturales (lengua, raza, vestido, rito religioso, etc.) que determinan un sentimiento y una identificación absoluta e invariable a una entidad corporativa. Sin embargo, los acontecimientos sociales, políticos y culturales producidos en las últimas décadas, donde los líderes indígenas han sido protagonistas, muestran algo distinto (Santos: 1996).

La identidad étnica es fundamentalmente un asunto de relaciones sociales que definen a un grupo en relación a otros (Barth: 1976). En este sentido, sus manifestaciones se dan en relación con modelos sociales y políticos en los que pueden convertirse en un estigma, prestigio o fortalecimiento. Por eso estas identidades se pueden negar o reivindicar de acuerdo al contexto social que rodea a las personas que se identifican como parte de una etnia.

La identidad étnica se puede entender como esa conciencia social definida como un conjunto de normas cambiantes de pertenencia a un grupo social que se vuelve relativa y contextual, que se puede fortalecer o debilitar en determinados espacios públicos como son los Gobiernos Locales.

En este sentido, entendemos que la identidad étnica proclamada actualmente por los pueblos indígenas de la Amazonía peruana, expresa la conciencia de un origen y una historia común cuya línea demarcatoria no se encuentra en la

conservación o pérdida de rasgos culturales ni en la incorporación de elementos ajenos, sino en la recreación de una adscripción particular distintiva que se remite a la tradición cultural, pero que simultáneamente se transforma con la historia vivida. A partir de lo señalado anteriormente, planteamos que la participación de los líderes indígenas en la vida social y política del Perú, produce también transformaciones en la identidad étnica. Ya no nos encontramos frente a líderes guerreros o proféticos que esperan el advenimiento mágico de tiempos mejores o la restauración de una sociedad ideal.

La experiencia de los indígenas de la Amazonía peruana en la gestión municipal es reciente, cuenta apenas con 14 años de trabajo

Actualmente estamos viendo organizaciones indígenas e individualidades con visión política regional y nacional, con plena conciencia que el desarrollo y los mejores tiempos se alcanzan mediante un proceso que requiere estrategias e interacción con otros diferentes. Los líderes indígenas de hoy en día, son capaces de imaginar comunidades donde tienen que convivir indígenas y no indígenas (Anderson: 1991).

La participación de los indígenas amazónicos en espacios públicos como los gobiernos locales, les plantea un conjunto de retos que atraviesan el problema de la identidad étnica-cultural (Varese:1996). Sin embargo, hay que tener en cuenta que la experiencia de los indígenas de la Amazonía peruana en la gestión municipal es reciente. Sólo data desde hace14 años el inicio de esta experiencia.

Desde el punto de vista cultural, un elemento a resaltar es el desencuentro entre lo occidental y no occidental, entre municipalidad y comunidad nativa, entre población indígena y no indígena que coexiste en un mismo territorio.

La mayoría de alcaldes indígenas han vivido y han aprendido la forma tradicional de organización de sus comunidades. Si a esto se añade la falta de difusión de la Ley de Municipalidades, es previsible que tengan serias dificultades para entender y asumir las funciones de una institución occidental y estatal como el municipio.

Actualmente algunos alcaldes que cuentan con facilidades y privilegios que da el poder y presionados por un plan de trabajo a cumplirse, no han sabido resolver la tensión que se produce entre esto y la reivindicación de sus derechos y sus culturas. Muchas veces la organización indígena termina siendo vista como obsoleta, un obstáculo para ejecutar el plan de trabajo.

La presencia de asesores y especialistas, también es importante para explicar las dificultades que tienen los alcaldes indígenas. Ellos constituyen el puente entre la perspectiva occidental y la perspectiva indígena, su rol es fundamental para la gestión de cualquier alcalde del país. Pero cuando se trabaja en un país multicultural y multiétnico como el Perú y particularmente en municipalidades de zonas indígenas de la Amazonía no basta la capacidad técnica. Los que trabajan en estos lugares deben ser capaces de tener una lectura intercultural de la relación entre alcalde, población y organizaciones indígenas.

"Este es un proceso en el que los indígenas tienen que aprender a golpes, y van a llegar a entender que no podemos estar peleando 5 ó 6 indígenas por ocupar la alcaldía de un sólo gobierno local" afirma Cesar Sarasara, Presidente de CONAP (Confederación de Nacionalidades Amazónicas del Perú), "ésto sucede porque se ha entendido mal la idea de que todos pueden postular. Lo que deberíamos hacer es apoyar a uno sólo porque finalmente representa a nuestra cultura".

Actualmente existen 19 alcaldes indígenas: seis Aguaruna, cinco Shipibo, tres Asháninka, dos Huambisa, un Quichua del Napo, un Yaminahua y un Yanesha. Los problemas presupuestales, que padecen todos las municipalidades, remiten a viejos problemas como el centralismo y el presupuesto que en su mayor parte controla el Ministerio de la Presidencia (23% del presupuesto general de la República). Este problema adquiere niveles alarmantes en zonas donde la población es mayoritariamente indígena como es el caso de las municipalidades de las zonas rurales de la Amazonía peruana.

Un caso a mencionar es el del Municipio Distrital de Imaza, en la provincia de Bagua, departamento de Amazonas. Allí también hay un alcalde Aguaruna. Este distrito, tiene una población aproximada de 22 mil habitantes y maneja un presupuesto mensual de 70 mil soles. Con estos presupuestos tan bajos, no llama la atención que la desnutrición crónica en todos los distritos mencionados alcance una taza de más de 70% y que la

tasa de analfabetismo se sitúe entre 30 y 35%.

Otro de los problemas que tienen que afrontar los alcaldes indígenas de la Amazonía peruana, es el desconocimiento de aspectos técnicos relacionados con la gestión, la administración y el manejo de los proyectos de gobiernos locales. Esto crea una serie de problemas, que muchas veces se tienen que ir resolviendo en el camino, con costos que son muy altos.

Un resultado positivo es que, desde las alcaldías, los indígenas han propiciado un espacio de negociación y de relación con otro tipo de gente.

Esto ha servido de alguna manera para que ahora el comerciante, las autoridades que no son indígenas y miembros del gobierno comiencen a tener otra actitud y vayan replanteándose la imagen que tienen de ellos.

Por otro lado, los gobiernos municipales son espacios que ahora los jóvenes, los futuros indígenas profesionales, ven como una posibilidad, como algo que pueden alcanzar y desde allí servir a su pueblo. Esto era impensable unos cinco u ocho años atrás. Los alcaldes han comenzado a pedir opiniones y sugerencias a los líderes indígenas.

Por eso es necesario propiciar espacios de encuentro a nivel regional y nacional para que los alcaldes, regidores, y organizaciones indígenas analicen problemáticas, elaboren alternativas e intercambien experiencias.

También se deben crear e institucionalizar formas y canales de participación que respondan a las características organizativas y culturales de la población indígena.

La nueva Ley Orgánica de Municipalidades, que se debatirá después de las elecciones, debe recuperar nuestra diversidad étnico cultural para responder a las necesidades y expectativas de los pueblos del Perú. La organización tradicional y la municipalidad tienen que establecer mecanismos de coexistencia orientados al desarrollo integral.

En este camino los pueblos indígenas de la Amazonía están dando pasos importantes. Es necesario que el Estado peruano promueva su participación a través de las municipalidades y las organizaciones indígenas en el debate de las propuestas de desarrollo para la región amazónica. ■



João Ripper

Anderson, Benedict. Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y difusión del nacionalismo. México. F.C.E, 1991.

Barth, Fredrik. Los Grupos étnicos y sus Fronteras. México. F.C., 1976.

Santos Granero, F. Globalización y cambio en la Amazonía Indígena. Quito. Flacso- Abya-Yala, 1996.

Varese, Stefano. Pueblos indígenas, soberanía y globalismo. Quito. Abya-Yala, 1996.

A PROPOSTA DO FÓRUM BRASIL SÉCULO XXI COMO UMA NOVA FORMAÇÃO POLÍTICA[1]

Augusto de Franco
Coordenador do Instituto de Política - Organizador do Fórum

Em dezembro de 1999, em Brasília, acontecerá um importante encontro de pessoas de todo o país, denominado ***Encontro do Final do Século****, visando a aprovação de uma Agenda de Desenvolvimento Humano e Sustentável para o Brasil do século XXI.*

O processo de construção dessa agenda está sendo levado a efeito pelos ***Fóruns do Século XXI*** *– Organizações da Sociedade Civil Brasileira, de âmbito estadual, regional ou municipal, que reúnem atores políticos e sociais, comprometidos com a radicalização da democracia, com a universalização da cidadania e com a conquista da sustentabilidade.*

No decorrer do ***Encontro do Final do Século*** *será fundado o* ***Fórum Brasil Século XXI****, uma organização não partidária, porém de caráter político, cujo objetivo precípuo será o de promover a implementação da referida agenda em todos os níveis.*

Em preparação deste desfecho, cada ***Fórum Século XXI estadual, regional ou municipal****, se encarregará, durante os próximos meses, de elaborar a Agenda de Desenvolvimento Humano e Sustentável para o seu respectivo âmbito...*

A Proposta do Fórum Brasil Século XXI

A construção desta Agenda é o ponto de partida, Todavia, nenhuma agenda desse tipo poderá se concretizar sem que existam condições políticas favoráveis à sua implementação... É necessário fazer política para viabilizar as condições que possibilitarão a efetivação das mudanças pretendidas numa agenda deste tipo.

Uma prática política que supere a ação predominantemente reativa, denunciativa, da maioria dos atores sociais tradicionais que interferem na cena política nacional e que não reproduza aquele tipo de oposição não propositiva que ainda é feita pelos partidos e pelas entidades sociais atuais de oposição.

Assim, faz-se necessário realizar uma operação política capaz de envolver outros atores políticos e sociais num novo sistema de relações entre Estado e Sociedade, entre os poderes e a cidadania, onde a reatividade seja equilibrada com a pró-atividade e a luta combinada com a negociação, e onde o reconhecimento do conflito e a explicitação do dissenso não inviabilizem a busca da construção do consenso, ou seja, um verdadeiro sistema de governança compartilhada...

Trata-se de um fórum de pessoas e não de instituições. Onde participarão pessoas que entendem a necessidade da mudança da configuração atual do confronto entre as forças políticas, em prol da implantação de uma nova alternativa para o país. Pessoas que se dispõem a empreender reformas, sobretudo reforma política, orientadas pelas exigências da radicalização da democracia...

1 *Trechos do texto de Augusto de Faria extraído da Revista do Terceiro Setor - RETS, Rede de Informação para o Terceiro Setor RITS, 18, nov. 1998.*

COMPRE LIVROS E REVISTAS NOVAMERICA. UMA VERDADEIRA BIBLIOTECA PARA UNIVERSITÁRIOS, PROFESSORES E AGENTES SOCIAIS.

Rua 19 de fevereiro, 160, Botafogo, Rio de Janeiro - Brasil CEP: 22280-030 Tel./Fax: (021) 542-6244 / 295-8033
E-mail: novamerica@ax.apc.org.
Home-page: www.ibase.org.br//~novamerica





La Whipala

Simbolo y construcción de identidad

Gustavo Adolfo Morales

Das profundezas da América Andina, Gustavo apresenta, neste texto, um exemplo das diversas manifestações simbólicas-culturais elaboradas e resignificadas ao longo da história indígena, que a colonização espanhola não conseguiu destruir: a Whipala. Expressão de pensamento, de vida, do sagrado. Símbolo de luta, resistência, esperança. Identidade.

Las sociedades organizadas construyen diferentes símbolos que determinan, conforman y afianzan etapas de la vida social de cada una de las sociedades.

La Wiphala es uno de esos símbolos que a lo largo de la historia está presente en la formación social de los pueblos andinos; ya en 1534 en Qusqu (hoy Cuzco) los españoles se encontraron con "banderas" con siete colores del Arco Iris; luego se encuentra una tumba con una antigüedad de 800 años en Lea, centro de Perú, donde están siete colores y siete espacios; finalmente en los tejidos sagrados de Koroma, provincia Quijarro, Potosí, se hallan figuras de siete colores. Estos datos históricos nos muestran la presencia de la Wiphala en la historia de los pueblos que habitaron estas tierras.

La Wiphala no representa um emblema (jerogífico que encierra un concepto), una bandera (pedazo de tela que indica la pertenencia de un grupo social a un espacio geográfico), ni enseña patria (insigna que representa la unidad de hombre y patria), sino más bien tiene un significado mucho más amplio abarcando lo económico, político, religioso y cultural, enmarcado en la cosmovisión andina.

En lo político, la presencia de los cuadrados "iguales" muestra la presencia de los Ayllus y las mismas posibilidades de acceso a los beneficios y derechos de los pueblos. Allí las autoridades tenían el mismo rango de importancia y, sobre todo, la composición parce-

Victor Bascopé

laria de los de ARRIBA con los de ABAJO en las mismas condiciones y posibilidades para todos los ayllus.

En lo económico, la presencia de los YANAPA (ayuda mutua de personas y famílias), el AYNI (intercambio de ayuda por trabajo o especie), La MINK'A (ayuda pagada en especie siempre), el WAQI (el trabajo compartido para beneficiarse de la misma forma), la SATAQA (personas que no están en las comunidades, para quienes se siembra y la persona beneficiada tiene que cosechar) y la WILLQICHA (con la cria de animales, comparten las hembras y los machos).

El control de los pisos ecológicos - los del altiplano tenían tierras en los valles, así los de Jesús de Machaqa tenían tierras en Timusí y otros ayllus también - permitía asegurar una producción por lo menos regular y de esta forma se aseguraba la aliementación de la población de Los Andes.

En lo religioso, la presencia de la Cruz Chakana, símbolo de la sabiduría y la estratificación social al interior de los ayllus, unifica las tres dimensiones de la cosmovisión andina ALAX PACHA (lo que está arriba), el AKA PACHA (este mundo donde el hombre vive) y el MANQHA PACHA (lo que está debajo de las personas en el mundo oscuro), y se plantea la posibilidad de unificación sobre la existencia de las personas en su conjunto social.

En lo social, dos dimensiones tiene la Wiphala, la primera es la complementariedad diferenciada del hombre y la mujer, el CHACHAWARMA, factor necesario para la formación del JAQ'I, núcleo central de la formación social de los pueblos andinos. Una Segunda dimensión es la unidad social entre lo que está por encima de la persona y la vida social de cada Jaq'i. Esta última dimensión tiene que ver con la forma de relacionamiento entre el hombre y el medio ambiente.

En lo cultural, la presencia de los colores, así como el número "igualitario" de los cuadrados, muestra la similitud de las posibilidades de cada uno de los Ayllus.

Quizás desde la llegada de los españoles, las diferentes etapas históricas de estas tierras, especialmente las recordaciones centenárias de ese hecho histórico, representaron una afirmación del sojuzgamiento europeo a los pueblos de estas tierras. Sin embargo 1992, el quinto centenário del mismo suceso, representó un movimiento de esperanza y afirmación cultural por parte de las diferentes nacionalidades coexistentes en este espacio geográfico denominado Bolívia, incluso mucho más allá de estas fronteras, en lo que los abuelos llamaban el ABYA YALA.

La Wiphala no es una bandera, tampoco enseña patria, ni estandarte u otros denominativos, sino un símbolo que permite aprehender la historia de estas tierras. Hasta 1992, la Wiphala reivindicada por algunos sectores indígenas, representaba la presencia de los pueblos que debían ser asimilados a una concepción nacional y una terca presencia de resistencia a esa intención.

La Wiphala expresa en si misma una forma de pensar y una forma de vivir para los pueblos de esta parte del mundo.

La Wiphala es pues un símbolo sagrado, con dimensiones económicas, políticas, sociales, religiosas y culturales; incluso se usa como calendario de una sociedad cuya base de vida es la agricultura.

La Wiphala de ser un símbolo de unidad, alegría y conjunto, hoy se ha convertido en un símbolo de resistencia, esperanza y lucha por mejores condiciones de vida.

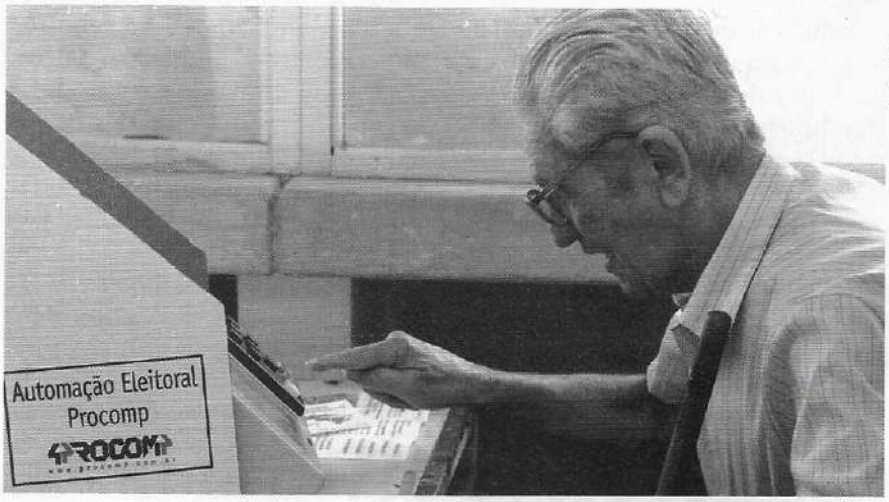
La Wiphala de ser un símbolo clandestino, pasó a ser un elemento importante en la presencia y la nacionalidad boliviana y, en la actualidad, se convierte en la posibilidad de presencia y construcción de nacionalidades andino-amazónicas de nuestro territorio. ■

Victor Bascopé



O significado político das eleições no Brasil

Os resultados eleitorais de 4 de outubro próximo passado, no Brasil, são extremamente significativos. Nesta campanha eleitoral, especialmente a partir de maio - quando as pesquisas eleitorais mostraram Lula bem perto de FHC -, a mídia e vários institutos de pesquisa usaram um verdadeiro rolo compressor a serviço do presidente FHC e de seu projeto neoliberal. Foi a eleição mais apática desde a eleição de 1970, em plena ditadura militar. Esta apatia não foi casual e, sim, resultado de uma grande campanha mediática para passar à população a impressão de que não estávamos verdadeiramente num processo eleitoral, mas num processo de continuidade. Para chegar a este resultado, os meios de comunicação impediram o debate sobre os grandes problemas do país, evitaram que se fizesse a avaliação dos quatro anos do governo FHC e sonegaram informações sobre o desastre social em que este governo nos jogou: na saúde, na educação, na seca, na moradia, na distribuição de renda.



João Ripper

Criou-se um clima de unanimidade e de ausência de alternativas. Os meios de comunicação abriram um espaço duas a três vezes maior para FHC que para Lula, e deram menos espaço ainda para Ciro Gomes. Com uma diferença importante: enquanto o noticiário sobre o presidente-candidato era positivo, exaltante ou elogioso, o noticiário sobre o principal candidato das oposições era, regra geral, crítico, diminutivo, pejorativo.

Este rolo compressor deveria ter resultado numa vitória retumbante de FHC e numa derrota acachapante da oposição. Mas não foi assim. Fernando Henrique efetivamente venceu no 1o. turno, mas por uma pequena diferença: 53,06% - menos que em 1994 (quando tivera 54,3%). Em compensação, Lula teve 31,71% (mais de 4 pontos acima de 1994: 27,04%). O número de eleitores de FHC (35,9 milhões) foi menor que a soma das abstenções, votos nulos e brancos: 38,3 milhões. Fernando Henrique foi eleito por um terço dos eleitores do país (total: 106 milhões). É preciso ressaltar, igualmente, que FHC perdeu, por exemplo, em 6 capitais do Nordeste - Teresina, São Luís, Fortaleza, João Pessoa, Aracaju e Salvador -, sem falar no Rio de Janeiro e Porto Alegre.

A outra vitória da oposição - apesar da campanha eleitoral ter sido um verdadeiro rolo compressor - foi a conquista de um maior número de cadeiras na Câmara Federal e no Senado. A oposição passou de 96 para 111 deputados federais, obtendo mais 15 vagas. A base governista perdeu 15 lugares: de 395 para 380. O PT conseguiu eleger mais 2 senadores, e chegou muito perto da vitória em 2 outros estados: Amazonas e Pará. A oposição em conjunto passou de 12 para 13 senadores. Mais significativo ainda é que os candidatos mais votados em vários estados foram candidatos da oposição.

O que isto nos revela? Em primeiro lugar, que a mídia, quando age unanimemente, é capaz de eleger qualquer candidato: assim foi no 2º turno de 1989, no 1º turno de 1994, e no 1o. turno de 1998. Notícias prejudiciais ao governo são omitidas, num processo claro de auto-censura. E os projetos da oposição não são publicados, nem tampouco se abre um debate público sobre as propostas em disputa. Em outros termos: enquanto não tivermos uma democratização dos meios de comunicação, será impossível falar de democracia neste país.

Uma segunda conclusão a ser tirada: a de que, apesar do rolo compressor da mídia (e de vários institutos de pesquisa), sua influência não é absoluta e a população não se deixa determinar inteiramente por ela. A votação relativamente baixa do presidente, assim como o crescimento da votação na oposição a nível do Legislativo e de governos estaduais é um sinal disto. Cresce, pouco a pouco, o nível de consciência do eleitorado brasileiro.

Finalmente, ao mesmo tempo que reconhecemos a performance da oposição nesta eleição, onde lutou em situação de extrema desigualdade, é preciso fazer algumas observações. A oposição não fêz um esforço muito grande para conseguir um candidato que representasse uma faixa mais ampla do eleitorado, ganhando setores descontentes com o governo. E o PT não conseguiu lançar um candidato diferente, nem reunir na sua aliança (PT-PDT) um nome com maior capacidade de ampliação. Além disso, esta aliança acabou exigindo sacrifícios dentro do PT que arranharam seriamente a democracia interna deste partido. O PT sai fortalecido das urnas, mas vai precisar achar uma solução para sua situação interna, que corre o

risco de dividi-lo.

Cabe, ainda, uma reflexão sobre as esquerdas frente à situação pós-eleitoral. Em primeiro lugar, a crise econômica internacional revelou-se como uma crise sistêmica - reconhecida por todos os atores internacionais. Além disso, esta crise atingiu de vez o país, confirmando a crítica que vinha sendo feita desde o início do Plano Real por vários economistas e políticos da oposição. Não foi a crise internacional que nos derrubou, foi a vulnerabilidade a que o governo FHC nos levou com sua política de sobrevalorização cambial, de juros altos e de dependência externa. A solução que está sendo buscada pelo governo não é um modelo alternativo, mas a manutenção do modelo, com o pagamento da conta mais uma vez sendo entregue ao povo.

As esquerdas têm a possibilidade de apontar um modelo alternativo, estratégias alternativas, de mostrar um caminho que eleja o povo como prioridade e cobre dos setores privilegiados, da camada mais rica da população, a sua parte. Há propostas já colocadas: é preciso amplificá-las, torná-las mais conhecidas, fazer um debate público destas idéias. A cada proposta do governo, é preciso oferecer a crítica e o modelo alternativo; é preciso mostrar as consequências para a vida da população, e como tais consequências poderiam ser evitadas com um outro modelo. É preciso, sobretudo, fazer a crítica da proposta neoliberal a nível internacional e demonstrar como esta política seguida nos últimos 20 anos provocou o desastre social e econômico a que estamos assistindo. O momento é este. A oposição perdeu a eleição presidencial, mas não perdeu a batalha das idéias, das propostas. Agora, poderá promover um consenso em torno de sua crítica e de suas propostas alternativas.

Ivo Lesbaupin
Sociólogo - Professor da UFRJ
Consultor de Iser/Assessoria

Anunciado prêmio de Direitos Humanos

José Gregori, Secretário Nacional de Direitos Humanos, receberá o prêmio de Direitos Humanos da ONU. Ele é o primeiro brasileiro a receber esta homenagem concedida a celebridades, como o presidente sul-africano Nelson Mandela e o líder negro americano Martin Lutter King.

CEPAL 50 Anos

Criada em 26/10/98, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (a par de outros Conselhos na África, Ásia, Europa), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL - tem procurado elaborar uma estratégia de desenvolvimento para a região.

Dirigida de 1948 a 1962 pelo economista argentino Raúl Presbish, tem desenvolvido uma corrente de análises socioeconômicas – o cepalismo – cujos principais traços são: (1) crítica à teoria clássica do comércio internacional, ressaltando que a periferia (nações subdesenvolvidas e mono-exportadoras) sofre deterioração da renda, de produto e consumo em suas relações com o centro; (2) historicamente, identifica na história econômica da América Latina três períodos – de desvinculação do mercado internacional; de 1870 a 1930 fase de crescimento para fora e entre 1930 a 1950 processo de industrialização substitutiva; (3) econômica e socialmente busca implementar uma estratégia de desenvolvimento e progresso, pela mobilização interna dos recursos, substituição das estruturas econômicas atrasadas, regionalização mais justa eficiente das atividades econômicas, fortalecimento dos órgãos de planejamento.

A partir de 1994, a CEPAL preocupa-se com a crise da dívida externa, enfatizando que se desenvolve apenas uma política de curto prazo, sem uma estratégia de longo prazo e de mudanças estruturais.

Desde 1994, a CEPAL estuda estratégias de políticas internas regionais, face à influência de capitais externos; (a) como assegurar o seu acesso estável; (b) canalizá-los para investimentos eficientes, fortalecendo a capitalização interna; (c) supervisão e regulação das instituições financeiras.

No contexto da crise de 1998, a CEPAL recomenda dois conjuntos de proposições:

- *melhoria da regulação e da supervisão financeira internas, buscando a solidez macroeconômica;*
- *adoção de novos instrumentos orientados para reduzir a vulnerabilidade em face aos ciclos financeiros internacionais, sobretudo bom manejo fiscal e* creditício *nas fases expansionistas do ciclo econômico.*

A CEPAL tem buscado, assim, uma análise sistemática dos processos de desenvolvimento das economias da América Latina e do Caribe, em vistas à proposição de medidas de inserção da economia regional, no contexto do modelo capitalista

José Carmelo B. de Carvalho
Professor da PUC-RIO

NOTICIAS

3ª Semana Social Brasileira

Mª Guadalupe Pedrero

De 4 a 6 de agosto foi realizada em Itaici (São Paulo) a 3º Semana Social Brasileira, que contou com 396 participantes, porta-vozes das preocupações e esperanças de mais de 10 mil pessoas que participaram dos 150 eventos regionais e locais realizados previamente.

Como indicam na carta, redigida durante a Assembléia para o povo brasileiro, motivados pela fé cristã e pelo compromisso com o povo perante ao novo milênio, denunciaram as dívidas sociais que atingem à população e comprometeram-se a superá-las.

Foram dias de intenso trabalho e estudo, durante os quais voltou-se a olhar para o momento nacional: hegemonia de pensamento neoliberal, fratura social, desigualdade sócio-econômica vista como algo natural, a inserção do Brasil na globalização de forma subordinada, a posição das elites perante a construção de um projeto nacional, o Estado como agente gerador de desigualdades sociais e a necessidade de produzir um novo discurso.

Partindo do plenário anterior, quando se assumiram como prioridades a reforma agrária, o desemprego e a educação, chamou-se a atenção para algumas tarefas inalienáveis tais como: (1) deslegitimizar o princípio da competitividade e afirmar que a prioridade não é a competitividade mas a solidariedade; (2) mudar a ordem do dia, enfrentando o desafio de recuperar a nossa capacidade de fazer com que os poderes públicos restabeleçam a prioridade do "político" e do bem comum sobre o "financeiro", "econômico" e o bem privado; (3) necessidade de desarmar o poder financeiro.

Duas questões permanecem como fundo: quais são as dívidas sociais? e quais são as raízes e como realizar o resgate das mesmas?

Sem desconhecer as tentativas que vêm sendo realizadas tanto pelos movimentos populares como pela sociedade civil, afirmou-se a necessidade de construir um novo projeto de sociedade, orientado por valores e por estratégias capazes de promover a distribuição de riqueza, da renda, da terra, do poder e do saber, criando oportunidades para que todos os brasileiros possam viver com justiças, dignidade e alegria.

Afirmação essa expressa na Carta ao povo brasileiro, na qual se indicam os compromissos a serem assumidos.

NOSSOS COMPROMISSOS

Convocamos o povo brasileiro e as Igrejas a concretizar os ideais do Jubileu bíblico, assumido por Jesus como sua missão permanente na construção do Reino de Deus. O jubileu consiste no regaste das dívidas sociais, recriando as condições de igualdade e de liberdade na vida do povo, concretizando o propósito de Deus: que as relações humanas sejam caracterizadas por amor, justiça e comunhão.

Convidamos a todos vocês, a todo o povo brasileiro, a assumir conosco os seguintes compromissos:

1 *Com a vida: denunciaremos o neoliberalismo e tudo que atenta contra a dignidade da vida, em todas as suas dimensões;*

2 *Com a verdade: lutaremos pela democratização da informação, incentivando as rádios e TVs comunitárias, desmascarando a manipulação e a desinformação promovidas pelos monopólios de comunicação;*

3 *Com a organização e a mobilização do povo: lutaremos pelos direitos dos povos indígenas e dos remanecentes de Quilombos, por reforma agrária, moradia digna, emprego, saúde, justiça, pela plena realização dos direitos humanos. Combateremos todo e qualquer tipo de discriminação e intolerância. Assumimos o Grito dos Excluídos, o Tribunal da Dívida Externa e a Campanha Brasil 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular;*

4 *Com a verdadeira democracia: queremos que o estado seja um instrumento da sociedade para a sociedade. Lutaremos por uma política que garanta o exercício pleno da cidadania, contra as distorções na representação proporcional e contra a corrupção eleitoral promovida pelo poder econômico;*

5 *Com um novo projeto de sociedade: trabalharemos pela instalação de uma nova ordem econômica, política, social e cultural, que rompa com a dependência frente ao capital externo, que alinhe a soberania nacional, que garanta uma vida digna e com segurança para o nosso povo e o futuro de nossa juventude. Que sejam definidos limites orçamentários para os gastos com o pagamento das dívidas externas e internas, compatíveis com o resgate das dívidas sociais e ecológicas;*

6 *Com a educação: lutaremos por um serviço educacional público, que garanta a todos os brasileiros uma educação de qualidade, fundamentada nos valores da justiça e da solidariedade. Apoiaremos as iniciativas de educação popular no campo e na cidade;*

7 *Com o direito ao trabalho: lutaremos por empregos estáveis e por salários dignos. Estimularemos iniciativas que gerem trabalho e renda para os trabalhadores e suas famílias;*

8 *Com a Campanha Internacional Jubileu 2000: assumiremos esta Campanha que pede o cancelamento da injusta dívida externa. No Brasil, exigiremos uma auditoria da dívida externa, possibilitando identificar a dívida ilegítima e injusta que deve ser cancelada;*

9 *Com o estabelecimento de uma nova ordem internacional: lutaremos para que a globalização financeira e excludente seja substituída por uma globalização solidária e ecológica.*

Itaici, agosto de 1998.

Carta que termina expressando o desejo de que *"seja lida em cada casa, em cada praça, em cada grito, em cada encontro, em cada Igreja. E que suas palavras se tornem realidade na caminhada de cada um de nós, reforçando nossa esperança e nosso sonho de justiça e solidariedade na construção de uma sociedade democrática"*.

DEBATES...AGENDA...INFORMAÇÕES...REA
REALIDADES...NOTÍCIA...REFLEXÃO...REFL
NOTÍCIA... CRÍTICA...RESENHAS...ENTREVI
INFORMAÇÕES...REALIDADES...DEBATES...

VOCÊ QUER UMA REVISTA DIFERENTE?
ENTÃO LEIA

NOVAMERICA
A REVISTA DA PÁTRIA GRANDE

Assine Agora!

Você não pode perder! 1999

DÍVIDA EXTERNA, CULTURAS, TERRA

OS DESAFIOS PARA O NOVO MILÊNIO

MOSAICO

VIEIRA, Liszt. Cidadania e Globalização, **Rio de Janeiro: Record, 1997, 142 p.**



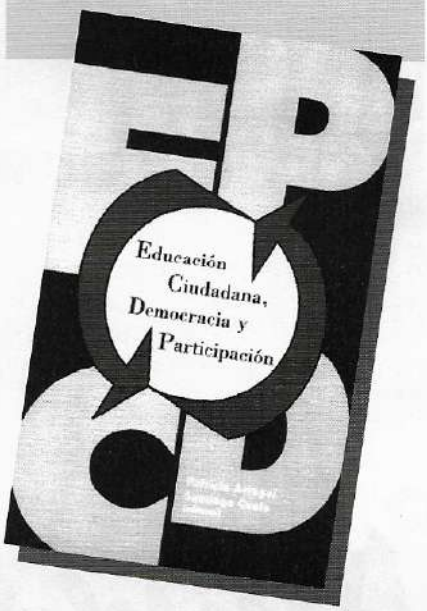
Busca articular os conceitos de cidadania, sociedade civil e globalização. A primeira parte apresenta a noção de cidadania a partir das principais teorias do direito e da democracia na Modernidade. A segunda parte analisa o paradigma da sociedade civil como conceito independente das noções de Estado e de Mercado. Procura redefinir a visão tradicional de espaço público a partir de uma análise teórica e histórica. Por fim, aponta a sociedade civil global e a emergente cidadania planetária como implicações necessárias para o processo de globalização.

GLOBALIZAR LA ESPERANZA, Cochabamba: Fundación Ameríndia, 1997, 328 pp.



Apresenta reflexão de vinte e um cientistas sociais e da religião que acompanham o desenvolvimento do projeto intitulado "Ameríndia", em preparação ao "Sínodo da América em Celebração ao Jubileu do Ano 2000". Partindo da realidade de que o processo de globalização é um fato inevitável, os autores procuram apontar para as mudanças significativas que ocorrem no final do século XX, quando a humanidade busca a redefinição de uma série de paradigmas, principalmente no campo da economia e da cultura. "Globalizar a Esperança" significa resistir a maneira neoliberal de globalizar o mundo e marcar posição contra os processos de desestruturação das culturas locais. O centralismo do mercado e a homogeneidade cultural são os desafios a serem transpostos pela América Latina e Caribe. Jon Sobrino, Gustavo Gutiérrez, Jungo Mo Sung e outros/as teólogos/as refletem sobre o papel da Igreja do Caribe e da América Latina neste novo contexto.

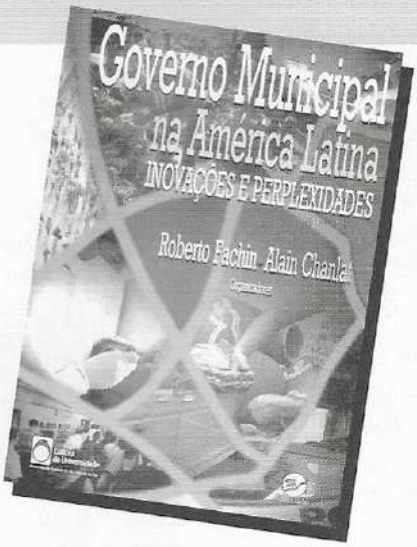
ARREGUI, Patrícia e CUETO, Santiago (org.) Educación Ciudadana, Democracia y Participación, **Lima: GRADE, 1998, 345 p.**



Contém as palestras apresentadas no seminário que, com o mesmo título, realizou-se em agosto de 1997, na cidade de Lima, Peru. Os objetivos do seminário foram: (1) dar a conhecer as experiências de educação cidadã para a promoção de uma cultura democrática, realizadas no Peru e em outros países; (2) promover um processo de reflexão coletiva sobre os diversos enfoques e marcos teóricos para uma educação cidadã; (3) analisar elementos metodológicos para melhorar a qualidade dos projetos de intervenção neste campo e (4) despertar a atenção da opinião pública para a democracia participativa e a educação cidadã. O seminário foi organizado pelo Grupo de Análisis para el Desarollo (GRADE) e teve o apoio de várias instituições, entre elas a UNESCO.

Marcelo Gustavo de Souza
Novamerica – Brasil

FACHIN, Roberto e CHANLAT, Alain (org.) Governo municipal na América Latina: inovações e perplexidades, **Porto Alegre: Editora Sulina/ Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998, 352 p.**



Privilegia e propõe o encontro de soluções inovadoras na gestão dos governos locais, mas também discute, a partir de diferentes perspectivas nacionais, temas de trabalhos apresentados em um colóquio internacional realizado na cidade de Porto Alegre e coordenado pelos organizadores. Procura dar uma visão equilibrada de contextos e experiências em diferentes países da América Latina. Apresenta uma visão histórica, jurídica e sociológica da formação das idéias centralizadoras e investiga, antropologicamente, o que é o governo de uma municipalidade. Através do relato de experiências, inovações ou (re)invenções, busca valorizar a capacidade inovadora do gestor municipal. Por fim, explora questões ligadas ao ofício do dirigente municipal e identifica as especificidades desse nível de governo, que é o mais próximo do cidadão e o que mais interfere em sua qualidade de vida. *(Da orelha do livro)*

LARROSA, Mary e BASANTA, Viviana. Haciendo memoria con los vecinos de San Vicente y el Padre Cacho, **Montevideo: CIPFE, 1998, 123 p.**



Trata-se da sistematização da história do bairro de San Vicente, um loteamento popular da cidade de Montevidéu, Uruguai. Entre 1990 e 1996, Mary Larrosa – professora de história – e Viviana Basanta – assistente social – realizaram uma pesquisa qualitativa que privilegiou a observação participante e as entrevistas semi-estruturadas com os/as moradores/as locais. A obra se apresenta numa perspectiva que busca superar a noção de história entendida apenas como um conjunto de datas, fatos e nomes, dando, assim, uma especial ênfase aos processos sociais, econômicos e ideológicos que constituem a memória da população. Afirma que o registro do cotidiano de micro processos comunitários pode servir de modelo para outras comunidades que se encontram em situações similares. O livro tem como objetivo fazer ouvir a voz de San Vicente e registrar sua memória.

PAGINAS

N. 153 Octubre 1998

FRUSTRACIONES, OMISIONES Y POSIBILIDADES DE LA SOCIEDAD CIVIL: Adiós al referéndum. Sobre cómo se burló la confianza popular/ **Rosa Alayza.** Sobre la violencia y la marginación/ **Manuel Piqueras.** REFLEXIÓN: Paradigma teológico/ **Diego Irarrázaval.** JUBILEO:TAREAS: Comunicar esperanza/ **Pedro Trigo, s.j.** Reflexiones sobre el jubileo/ **Francisco Chamberlain, s.j.** Los desafíos de la educación cristiana a las puertas del tercer milenio/ **Peter Hans Kolvenbach, s.j.** ENTREVISTA: Teología: desvelo y disfrute/ **Entrevista a Dolores Aleixandre, por Carmen Lora y Andrés Gallego.** INFORME: Guatemala: enmascaran el asesinato de Mons. Gerardi/ **Ana Gispert-Sauch.** NOTA: Obispo de los indios, obispo de América Latina. A los 10 años de la muerte de Leonidas Proaño/ **Jorge Alvarez Calderón.** DOCUMENTOS: Homilía de Fiestas Patrias 1998/ **Card. Augusto Vargas Alzamora.** Rosa de Lima: ciudadana y santa/ **Conferencia Episcopal Peruana.** Por el respeto a los derechos de la ciudadanía/ **Declaración de la Conferencia de Religiosos del Perú.** ¿Quieres vivir plenamente? Escoge, promueve, defiende la vida/ **Mensaje de la Comisión Episcopal de Familia en la IV Jornada por la Vida.** El grito de Riobamba/ **Encuentro realizado en Riobamba a los 10 años de la muerte de Mons. Leonidas Proaño.** CULTURAL: Poesía en el Perú. Recuento y homenaje/ **Sonia Luz Carrillo.** Reseñas. Publicaciones recibidas. Escriben.

SUSCRIPCIONES 6 números al año (incluido el I.G.V.) Perú S/. 36.00 + porte = S/. 50, América Latina $. 25 + porte vía aérea = $. 60, EE.UU. - Canadá $. 25 + porte = $. 70, Europa y otros $. 25 + porte = $. 75
Cheques o giros a nombre de: CENTRO DE ESTUDIOS Y PUBLICACIONES
Camilo Carrillo 479 - Jesús María - Apdo. 110107 - Lima 11 - Perú Telef. (5114) 336453 - Fax (5115) 331078
E.Mail: cepu@amauta.rcp.net.pe

narcea, s. a. de ediciones
Dr. Federico Rubio y Gali, 9 - 28039 - Madrid/Espanha - Tel 554 61 02 - Fax 554 64 87
Email: narcea@tsai.es. Internet://www.narceaediciones.es
LIBROS PARA EL PROFESSORADO

INSTRUÇÕES PARA OS COLABORADORES

A Revista NOVAMERICA/NUEVAMERICA publica artigos, objetivando colaborar com a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e democrática, promover o diálogo entre distintas culturas, propiciar elementos para uma reflexão crítica sobre a problemática latino-americana, bem como apoiar os movimentos sociais que reforcem a sociedade civil, promovam os direitos humanos e a afirmação das diferentes identidades presentes no continente.

Os trabalhos enviados serão apreciados e revistos pelos Conselhos Editorial e Técnico, que opinarão sobre a possibilidade de sua publicação. Qualquer modificação substancial indicada na revisão será submetida ao autor. Os autores cederão os seus direitos de reprodução dos artigos aceitos à Revista NOVAMERICA/NUEVAMERICA que, entretanto, autoriza a reprodução dos mesmos em outras publicações, com a citação da fonte original e o envio do(s) respectivo(s) exemplar(es) .

Os artigos deverão ter no mínimo 2 laudas e no máximo 6 laudas (70 toques x 30 linhas, letra times new roman, corpo 12, espaço 1, 5 linhas, em formato A4). As citações de até três linhas deverão ser feitas no próprio texto entre aspas e em itálico. Já aquelas com mais de três linhas deverão ser feitas, usando parágrafo, em espaço simples, sem aspas e em itálico. As notas deverão ser numeradas na ordem em que surgem no texto e listadas no final do trabalho. Indicar fontes e/ou referência bibliográfica.

As colaborações deverão ser enviadas em disquete 3 1/2 (além do texto impresso), editados em Microsoft Word for Windows, versão 6.0 ou 7.0, salvado em Documento do Word ou RTF. Além disso, devem ser acompanhadas de um resumo de até 100 palavras e de uma folha de identificação contendo: título do artigo, nome do autor/a, nacionalidade, título acadêmico, função principal, endereço, telefone e/ou fax.

SUSCRIPCION ANUAL

Brasil R$ 25,00

Otros Países Latinoamericanos U$ 15,00

Europa, Asia y Estados Unidos U$ 30,00

Suscripción de ayuda U$ 50,00

Numero avulso R$ 7,00/U$ 6,00

Las suscripciones podrán hacerse con tarjeta de crédito: Visa, Diners Club Internacional, Mastercard/Credicard, Maestro e RedeShop.

PUEDE SUSCRIBIRSE O ADQUIRIRLA EN:

Argentina: Elena Picasso - Moreno 935, 3560 Reconquista, Santa Fé, Tel. 0482 21794.

Bolívia: Ruth Riskowsky - Casilla 259, La Paz, Tel. 0591 2223237.

Brasil: Giovanina Pedroza - Rua 19 de Fevereiro, 160, Botafogo, Rio de Janeiro, CEP. 22280 - 030, Tel./Fax 021 5426244.

Chile: Victoria González - Vergara 174, Santiago 3, Tel. 6966880.

Colombia: Luz Alba Santoyo - Ap. Aéreo 85406, Niza, Bogotá, Tel. 2354825.

Europa, Ásia y Estados Unidos: Maria Isabel Ruiz - Nuñez de Balboa, 125, 3°, 28.006 Madrid, España, Tel. 91-5624650.

México: Guadalupe Romero - Xochicalco 332, Colonia Narvarte, 03020, México D. F. Tel. 5 5364949.

Perú: Carmela Zumarán - Islas Canarias 164, Lima 21, Tel. 632252.

Rep. Dominicana: Irene Veras - Juan Pablo Pina 14, Sto. Domingo, Fax 68 99276. Centro Cultural Poveda, Tel. 68 95689.

Uruguay: Carolina Mancini - Lindoro Forteza 2496, 11400 Montevideo, Tel/Fax 2 583395.

Venezuela: Mercedes Robles - Av. Este 2 esq. Sur 23, Edif. Sur 23, apto 29, La Candelaria, Caracas.

REVISTA NOVAMERICA *NUEVAMERICA*

Diretora
Susana Beatriz Sacavino

Conselho Editorial
Argentina - Elena Picasso
Bolívia - Ruth Riskowsky
Brasil - M.ª Guadalupe Pedrero
Chile - María Inés Wuth
Peru - Carmela Zumarán
Uruguai - Rosario Alves

Conselho Técnico
Ana Waleska P. Mendonça
Janett Ramírez
Susana Beatriz Sacavino
Vera Maria F. Candau

Coordenação Editorial e Supervisão Gráfica
Adélia M.ª Nehme Simão e Koff

Revisão
Adélia M.ª Nehme Simão e Koff
M.ª del Carmen López
Sílvia Alicia Martínez

Colaboração
Ana Cristina Barbosa de Araújo
Maria Consolação Lucinda
Renato Paulo dos Santos
Luis Otávio Brasil

Secretária
Giovanina Pedroza

Administração
Jayme Corrêa

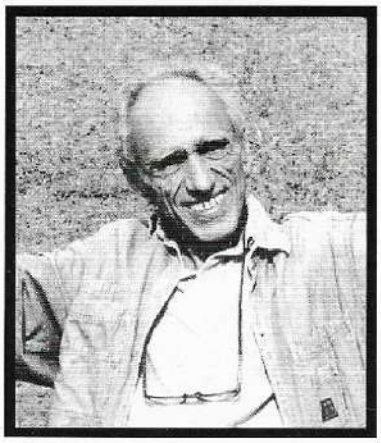
Projeto Gráfico: Luiz Agner e Rodolpho Oliva

Programação visual e diagramação
Rodolpho Oliva

Capa: Néstor Sacavino (*Fotomontagem da capa:* Rodolpho Oliva/*Fotos:* Geraldo Kosinski, João Ripper e Victor Bascopé)

Fotos: Geraldo Kosinski, João Ripper e Victor Bascopé

NOVAMERICA
Rua 19 de Fevereiro, 160, Botafogo, Rio de Janeiro, Brasil
CEP. 22280 -030
Tel./Fax: (021) 542-6244/295-8033
E-mail: novamerica@ax.apc.org
Home-page: www.ibase.org.br//~novamerica
A direção da revista não se responsabiliza pelas opiniões disseminadas nos artigos.



Em nome do bem público

Hebert de Souza - *Betinho*

PÚBLICO - esta é a palavra-chave do momento e contém a solução para um grande debate que atravessa a sociedade brasileira: privatização ou estatização? mercado ou Estado? O mercado é o deus do privado e se apresenta como se pudesse resolver todos os problemas da humanidade. Pela via do mercado tudo se resolve. O ator principal do mercado é a empresa privada, sempre eficiente, honesta, flexível, inteligente. Em contrapartida está o estatal. O Estado é pesado, deficiente, burro, burocrático, incapaz de resolver os problemas, passivo da corrupção.

O que há de verdade em tudo isso? Nem o mercado nem o Estado são capazes de resolver os nossos problemas. Isso só é possível se for introduzido na equação um outro elemento: a sociedade civil, o cidadão e o conceito de público, que não é necessariamente privado ou estatal. Isso porque podemos ter um privado com sentido social, um estatal com sentido privado e podemos ter os dois ineficientes, corruptos e incapazes.

A referência básica para avaliar o privado e o estatal é a democracia: serve o privado à democracia? Serve o estatal ao bem de todos? Serve ao público, a todos? É aí onde entra o conceito de público como critério para se definir a função democrática do privado e do estatal.

O público, segundo o dicionário, Aurélio, é "o relativo, pertencente ou destinado ao público, à coletividade. Relativo ou pertencente ao governo de um país. Que é de uso. de todos: comum. Aberto a quaisquer pessoas. Que se realiza em presença de testemunhas; que não é secreto". Fiquemos com o sentido mais comum: público é o comum, o de todos, o que tem um sentido universal, social. O público é o campo da democracia, sem democracia só há o privado ou o estatal.

O público é o que nos permite hoje escapar desse dilema entre privado e estatal, entre mercado e Estado, entre o direito de uns poucos e o de todos. Nesse sentido, o público é o espaço da solidariedade, da igualdade, da participação, da diversidade, da liberdade. Enfim, o público é a expressão da democracia aplicada ao conceito do que deve e pode ser universal, de todos. Mas é também um modo de pensar a reorganização de nossa sociedade marcada por essa dicotomia entre o privado e o estatal.

Queremos um outro modo de ser social, de equacionar essa relação entre o Estado, o mercado e a sociedade. Empresas que, privadas ou estatais, sejam públicas e, democraticamente geridas e apropriadas. Serviços que estejam abertos ao público, a toda a sociedade. Instituições que tenham o sentido do social.

Estamos num momento em que o conceito de público vem buscando a sua forma jurídica e, principalmente, o seu espaço em nossa cultura política. Privatização ou estatização: e por que não empresa pública sob o controle da sociedade? Ao invés de grandes conglomerados que definem o que fazer a sete chaves, por que não conglomerados geridos com a participação democrática da sociedade, da cidadania?

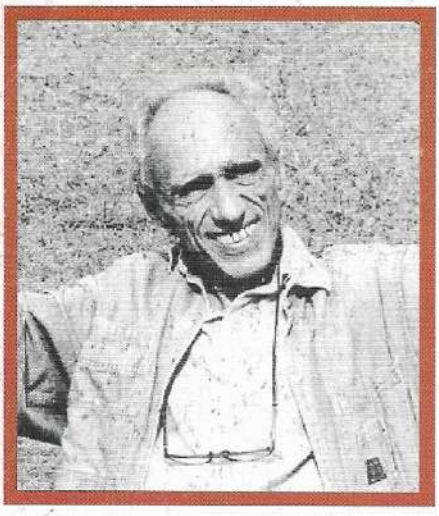
Não estamos propondo que não haja espaços privados, onde cada pessoa possa exercitar sua privacidade e defender seus direitos. Essa seria uma forma de totalitarismo do social sobre o pessoal, o individual. Também não estamos propondo a eliminação do estatal, naquilo pelo qual só o Estado pode e deve se responsabilizar como as questões da segurança, a garantia dos direitos, a proteção contra o abuso do privado contra o público.

Estamos propondo que o democrático seja abrangente, que o público seja a forma democrática de existir e equacionar os problemas de todos, onde a cidadania se realiza em toda a sua universalidade.

Com o conceito democrático do público poderemos escapar desse falso dilema entre privatização e estatização, entre o privado e o social, entre o eu e o nós. E, principalmente, escapar da falácia do mercado e dos perigos autoritários do Estado. O público inaugura a era da cidadania, encerra a era do individualismo e do estatismo

Jornal da Cidadania 16 a 30 de abril de 1995.

(Betinho faleceu em 9 de outubro de 1997)





En nombre del bien público

Hebert de Souza - *Betinho*

PÚBLICO - esta es la palabra-clave de este momento y contiene la solución para el gran debate que atraviesa la sociedad brasileña: ¿privatización o estatalización?; ¿mercado o Estado? El mercado es el dios de lo privado y se presenta como si pudiese resolver todos los problemas de la humanidad. Por la vía del mercado todo se resuelve. El actor principal del mercado es la empresa privada, siempre eficiente, honesta, flexible, inteligente. En contrapartida, está lo estatal. El Estado es pesado, deficiente, burocrático, incapaz de resolver los problemas, ...

¿Qué hay de verdad en todo esto? Ni el mercado ni el Estado son capaces de resolver nuestros problemas. Eso sólo es posible si se lograr introducir en la ecuación otro elemento: la sociedad civil, el ciudadano y el concepto de público, que no es necesariamente privado o estatal. Esto porque podemos tener privado con sentido social, y estatal con sentido privado y podemos tener los dos ineficentes, corruptos e incapaces.

La referencia básica para evaluar lo privado y lo estatal es la democracia: ¿sirve lo privado a la democracia? ¿sirve lo estatal al bien de todos? ¿sirve a lo público, al bien de todos? Es ahí donde entra el concepto de público como criterio para definir la función democratica de lo privado y de lo estatal.

Público, según el diccionario Aurélio, es "lo relativo, perteneciente o destinado a lo público, a la colectividad. Relativo o perteneciente al gobierno de un país. Que es de uso de todos: comun. Abierto a cualquier persona. Que se realiza en presencia de testigos; que no es secreto."

Quedémonos con el sentido más común: público es lo común, lo de todos, lo que tiene un sentido universal, social. Lo público es el campo de la democracia, sin democracia no hay lo privado o estatal.

Lo público es lo que hoy nos permite escapar de ese dilema entre privado y estatal, entre mercado y Estado, entre el derecho de unos pocos y el de todos. En este sentido, lo público es el espacio de la solidaridad, la igualdad, la participación, la diversidad, la libertad. Enfin, lo público es la expresión de la democracia aplicada al concepto de lo que debe y puede ser universal, de todos. Pero es también un modo de pensar la reorganización de nuestra sociedad marcada por esa dicotomía entre lo privado y lo estatal.

Queremos otro modo de ser social, de establecer la ecuación de la relación entre el estado, el mercado y la sociedad. Empresas que, privadas o estatales, sean públicas y democraticamente dirigidas. Servicios que estén abiertos al público, a toda la sociedad. Instituciones que tengan sentido de lo social.

Estamos en un momento en que el concepto de público viene buscando su forma jurídica, principalmente su espacio propio en nuestra cultura política. Privatización o estatalización: ¿y por qué no empresa pública bajo el control de la sociedad? Al revés de las grandes corporaciones que deciden con siete llaves lo que hacer, ¿por qué no corporaciones dirigidas con la participación democrática de la sociedad, de la ciudadanía?

No estamos proponiendo que no haya espacios privados, donde cada persona pueda ejercitar su privacidad y defender sus derechos. Esa sería una forma de totalitarismo de lo social sobre lo personal, lo individual. Tampoco estamos proponiendo la eliminación de lo estatal, en aquello por lo cual el Estado puede y debe responsabilizarse como las cuestiones de seguridad, la garantía de los derechos, la protección contra el abuso de lo privado contra lo público.

Estamos proponiendo que lo democrático sea abarcativo, que lo público sea la forma democrática de existir y los problemas de todos, donde la ciudadanía se realice en toda su universalidad.

Con el concepto democrático de lo público podremos escapar de ese falso dilema entre la privatización y estatalización, entre lo privado y lo social, entre el yo y el nosotros. Y, principalmente, escapar de la falacia del mercado y de los peligros autoritarios del Estado. El público inaugura la era de la ciudadanía, encierra la era del individualismo y del estatismo.

Jornal da Cidadania 16 a 30 de abril de 1995.

(Betinho falleció el 9 de outubro de 1997)

NOVAMERICA - Rua Dezenove de Fevereiro, 160 - Botafogo - CEP: 22280-030 - Tel/Fax: (55) (021) 542-6244 - E-mail: novamerica@ax.apc.org - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Nº 80 - ISSN 0325-6960